

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

**MONIQUE DE PAULA MAIDANA**

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO, VARIAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DOURADOS/MS**

Campo Grande – MS

Março – 2016

**MONIQUE DE PAULA MAIDANA**

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO, VARIAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DOURADOS/MS**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosângela Villa da Silva.  
Área de Concentração: Linguística e Semiótica.

Campo Grande – MS

Março – 2016

**MONIQUE DE PAULA MAIDANA**

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO, VARIAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DOURADOS/MS**

APROVADA POR:

---

ROSANGELA VILLA DA SILVA, DOUTORA (UFMS)

---

ELIZABETE APARECIDA MARQUES, DOUTORA (UFMS)

---

AURI CLAUDIONEI MATOS FRUBEL, DOUTOR (UFMS)

Campo Grande, MS, 30 de Março de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me concedido a oportunidade de me formar em um curso de pós-graduação, uma realidade que, até então, era tão distante da minha família;

À minha querida mãe, Selma, pelo apoio em todos os momentos da minha vida;

Ao meu noivo querido, Henrique, pelo companheirismo cotidiano e em todas as fases do mestrado;

Às minhas irmãs Camila, Mikaelly e Eduarda, pelos momentos de descontração, pela compreensão e parceria em todas as ocasiões;

À minha amiga/irmã Fernanda, pela amizade sincera e pela parceria nas nossas fases mais difíceis;

À querida Prof.<sup>a</sup> Rosangela, minha orientadora, pela competência profissional e pela responsabilidade dedicada a este trabalho;

Às minhas colegas de turma, Danieli, Simone, Thatiele e Letícia, pelas conversas descontraídas e a descoberta de um novo mundo acadêmico;

Aos meus queridos professores e funcionários do curso de pós-graduação mestrado em Estudos de Linguagens, que contribuíram de forma grandiosa para a minha formação acadêmica;

Ao colegiado do curso de pós-graduação mestrado em Estudos de Linguagens pela compreensão e concessão da prorrogação do prazo de defesa;

Às professoras da rede pública de ensino e às escolas, pela participação voluntária nessa pesquisa;

A todos que contribuíram com a elaboração deste trabalho de alguma forma.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I – DISCUTINDO CONCEITOS</b> .....	14
1.1. Concepções de língua .....	14
1.2. A gramática em questão .....	15
1.3. Sobre a norma “cultura” .....	17
1.4. A Norma padrão no Brasil.....	19
1.5. A Gramática Tradicional e as orientações dos PCN para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica .....	22
<b>CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E FATOS SOCIOLINGÜÍSTICOS...</b>	<b>24</b>
2.1. A heterogeneidade constitutiva das línguas naturais.....	25
2.1.1. Variáveis linguísticas.....	26
2.1.2. Variáveis extralinguísticas .....	27
2.2. Variação e mudança.....	29
2.3. Estrutura social e variedade linguística .....	30
2.4. Fenômenos sociolingüísticos: a língua em movimento.....	32
2.5. A mitologia do preconceito linguístico, segundo Marcos Bagno .....	37
2.6. O certo, o errado e o diferente: deficiência ou variação? .....	42
<b>CAPÍTULO III – PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E A POLÊMICA EM TORNO DO LIVRO DIDÁTICO “POR UMA VIDA MELHOR”</b> .....	<b>45</b>
3.1. A ideia estigmatizada.....	47
3.2. O conteúdo prestigiado.....	52
3.3. Explicando o nosso ponto de vista.....	56
<b>CAPÍTULO IV – O QUE PENSAM PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DOURADOS SOBRE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA</b> .....	<b>59</b>
4.1. Descrição e análise das respostas das professoras de Língua Portuguesa da Educação Básica de Dourados ao questionário aplicado.....	61

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....70**

**REFERÊNCIAS .....71**

**ANEXOS.....74**

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre o Latim e línguas românicas .....	32
Quadro 2 – Eliminação do plural redundante em Inglês .....	33
Quadro 3 – Simplificação da conjugação verbal .....	34
Quadro 4 – Comparação do Português padrão, Francês padrão e Português não-padrão.....	34
Quadro 5 – Redução do ditongo “EI” em “I” .....	36

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Página mais comentada do Livro Didático <i>Por uma Vida Melhor</i> .....	74
Anexo 2 – Texto <i>Chancela para Ignorância</i> , de Lya Luft.....	75
Anexo 3 – Texto <i>Os Adversários do Bom Português</i> , de Renata Betti e Roberta de Abreu Lima .....	76
Anexo 4 – Entrevista <i>Em Defesa da Gramática</i> , com Evanildo Bechara .....	78
Anexo 5 – Capítulo 1 do livro didático <i>Por uma Vida Melhor: Escrever é Diferente de Falar</i> .....	81
Anexo 6 – Entrevista com a Professora A .....	91
Anexo 7 - Entrevista com a Professora B .....	93
Anexo 8 - Entrevista com a Professora C .....	95
Anexo 9 - Entrevista com a Professora D .....	96
Anexo 10 - Entrevista com a Professora E.....	97
Anexo 11 - Entrevista com a Professora F .....	98
Anexo 12 - Entrevista com a Professora G .....	100
Anexo 13 - Entrevista com a Professora J .....	102
Anexo 14 - Entrevista com a Professora K .....	104



## RESUMO

Não há dúvidas de que a linguagem e a sociedade estão ligadas entre si, e é do âmbito da Sociolinguística a descrição da linguagem em seu contexto social. Dessa forma, as variações linguísticas existentes em uma língua são justificadas por fatores internos e externos à língua. A influência nas variações existentes na Língua Portuguesa advém de fatores inerentes ao próprio indivíduo, que são etnia e gêneros, e os fatores sociais como escolarização, classe econômica, faixa etária, localização dialetal dos falantes e profissão que exerce. No entanto, pode-se afirmar que a variação na fala não é inconsequente e arbitrária, mas, pelo contrário, há um uso sistemático e regular da variação possível de ser comprovada, conforme Labov (2008) e Taralo (2007). Por isso, é errôneo afirmar que há uma variedade mais “bonita” e mais “correta” do que as demais. A norma padrão, que é a variedade mais prestigiada da Língua Portuguesa, é um construto histórico e social, constituída de forma artificial desde a sua origem pelo fato de ter a literatura portuguesa como parâmetro. Posto isto, este trabalho objetiva desmistificar algumas afirmações equivocadas que são repetidas há muitos anos pela sociedade a respeito da natureza da Língua Portuguesa, como “a Língua Portuguesa é muito difícil”, “o brasileiro não sabe Português”, entre outros. Para tanto, foi necessário rever conceitos de língua, norma, heterogeneidade linguística, variação e mudança, para, em seguida, refletir sobre as críticas feitas em torno da polêmica gerada em 2011 a respeito do capítulo “*Escrever é diferente de falar*” do livro didático *Por uma vida melhor*. Em um segundo momento, realizou-se análise de questionários respondidos por professoras da educação básica de ensino da cidade de Dourados/MS, com o objetivo de investigar qual a opinião dessas docentes em relação à variação linguística da Língua Portuguesa. Apurou-se qual a importância da norma padrão da Língua Portuguesa para essas profissionais e, por fim, foi possível conhecer o posicionamento delas a respeito de alguns mitos propagados no ensino da Língua Portuguesa, como: “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”. A partir das respostas das professoras, concluiu-se que a formação em Linguística/Sociolinguística contribuiu para a constituição de um professor de Língua Portuguesa mais consciente da riqueza da variação linguística existente em nosso idioma. No entanto, algumas docentes, mesmo com essa formação, apresentam um comportamento preconceituoso em relação à variação linguística de sua língua. E a professora com formação apenas em linguística, que não teve aulas de sociolinguística na faculdade, é categórica em dizer que a variação da norma padrão é erro.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; Variação; Preconceito Linguístico; Educação básica; Dourados/MS.

## ABSTRACT

There is no doubt that there is a link between the society and language, and analyze this relationship, i.e. the language in its social context, is the scope of Sociolinguistics. Thus, existing linguistic variations on a certain language are justified by both internal and external factors to the language. The influence in the existing variations of Portuguese mostly comes from factors inherent to the individual himself, which are ethnicity and gender, as well as social factors, such as level of education, socioeconomic status, age bracket, dialectical location of language speakers and their current profession. However, according to Labov (2008) and Taralo (2007), variation in speech is not inconsequential and arbitrary but, on the contrary, there are evidences proving the systematic and regular use of variation. Therefore, it is erroneous to affirm that there is a more “pleasant” or more “correct” variation. The standard format, the most prestigious Portuguese variation, it is a historical and social construct, constituted in a rather artificial manner since its inception, recognizing Portuguese literature as the parameter to take into consideration. Having said that, this dissertation aims to demystify some misleading statements that have been used for many years by the society about the nature of Portuguese language, such as “Portuguese language is very difficult”, “Brazilians do not know Portuguese”, among others similar statements. Therefore, in order to accomplish these goals was necessary to review language concepts, standards, linguistic diversity, language variation and historical changes, before proceeding to the analysis of criticisms about the controversy generated in 2011 regarding the chapter entitled “*Escrever é diferente de falar*” from the Portuguese textbook *Por uma vida melhor* (No English edition). Subsequently, the second phase of the study proceeded with a detailed analyses of questionnaires filled by primary and secondary school teachers from both public and private education systems in the city of Dourados/MS, in order to investigate the opinion of the educators concerning Portuguese linguistic variation; it was examined the importance of Portuguese standard format for these educators, and their positioning in regard to the aforementioned misleading statements regarding Portuguese teaching, such as “Brazilians do not know Portuguese” and “Portuguese language is very difficult”. Based on these analyses, it can be concluded that a proper education in Linguistics/Sociolinguistics contributes to the formation of a Portuguese teacher more aware of the complexity and the richness of existing linguistic variation in our language. However, some educators, despite having an additional sociolinguistic education, have a prejudiced attitude towards linguistic variation of his own language. Finally, one of teachers with only a linguistic focused formation that did not get in touch with Sociolinguistics subjects in college was categorical in affirming that any variation from the standard format is an error.

**Keywords:** Sociolinguistics; Variation; linguistic discrimination; Primary Education; Dourados/MS.

## INTRODUÇÃO

O combate a qualquer tipo de preconceito é uma tendência global. A sociedade brasileira atual, assim como outros países, tenta combater os preconceitos existentes no país, sejam eles por motivos de distinção de classe social, por orientações sexuais, ou, ainda, por discriminação pela etnia, cor da pele, gênero, afirmando que esses preconceitos não possuem nenhuma razão lógica. Mas há um tipo de preconceito que é frequentemente deixado de lado por desconhecimento das razões que conduzem a ele: o preconceito linguístico.

O Preconceito linguístico está atrelado aos mitos que afirmam que a língua portuguesa é homogênea e que o brasileiro não sabe utilizar a sua própria língua. E esses mitos são diariamente reforçados nas mídias e nas escolas, tanto por intelectuais, “especialistas” em línguas e leigos.

Trata-se, na realidade, de uma postura que contraria inúmeras pesquisas no campo da Linguística, mais especificamente, da Sociolinguística, ramo que se dedica a observar a língua em sua relação com a sociedade.

O grande impulso para esse trabalho se deu com a grande polêmica em torno do livro didático *Por uma vida melhor*, selecionado pelo Ministério da Educação (MEC) destinado ao ensino de Jovens e Adultos (EJA), que evidenciou o preconceito linguístico em torno das variantes linguísticas divergentes da variante de prestígio: a norma-padrão. Essa norma, geralmente perpetuada com o nome de “norma-culta”, sempre foi, e pelo que se pôde observar, ainda é uma variante avaliada como superior às outras e é apreciada por muitos como a “verdadeira” Língua Portuguesa. Por esse motivo, é amplamente divulgada, inclusive em programas televisivos, e tomada como central nos estudos de Língua Portuguesa. A grande responsável por propagar essa norma dita “culta”, normatizando e prescrevendo para o uso, é a Gramática Tradicional.

Com a polêmica, em 2011, em torno desse livro didático, que dedica um capítulo às variantes linguísticas da língua portuguesa, pode-se testemunhar um exemplo da intolerância da sociedade em geral a respeito da heterogeneidade da língua, pois os brasileiros, com raras exceções, são guiados pelos dois mitos citados acima e se negam a aceitar qualquer afirmação contrária a eles.

A partir desse acontecimento, no presente trabalho, há uma preocupação em discutir esses mitos envolvendo a Língua Portuguesa, demonstrando que é o conjunto das variantes

linguísticas que forma uma língua, e a análise de entrevistas de professoras de Língua Portuguesa da rede pública de ensino da cidade de Dourados/MS, acerca do assunto.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo I, foi imprescindível discutirmos a respeito da concepção de língua, dos conceitos gramaticais; debater as noções de norma “cultura” e norma padrão e qual a influência que elas exercem na sociedade brasileira, inclusive no ensino de língua portuguesa, por meio da Gramática Tradicional, e a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de Língua Portuguesa.

No capítulo II, abordamos o universo da Sociolinguística, discutindo a respeito da origem dessa linha de estudos linguísticos e do seu objeto de estudo (a língua em seu contexto social). Nesse tópico, também, há a presença do conceito de variação e mudança linguística, elementos estes inerentes à natureza heterogênea de toda língua natural, de fenômenos linguísticos que demonstram a evolução da língua, bem como de fatores extralinguísticos que interferem na variação. Além disso, abordamos a questão de como a estrutura social se comporta diante da variação linguística. Além disso, foi preciso, como o objetivo deste trabalho é discutir a respeito do preconceito linguístico, apresentar a mitologia do preconceito linguístico, defendida pelo linguísta Marcos Bagno, composta por mitos difundidos na sociedade brasileira que dão origem ao preconceito linguístico.

No capítulo III, entendemos ser de suma importância, por se tratar de um retrato da opinião da sociedade no que concerne à variação linguística, apresentamos a essência e o conteúdo polêmico do livro didático *Por uma vida melhor*, do capítulo “*Escrever é diferente de falar*”, escrito por Heloísa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto, juntamente com as opiniões de jornalistas, puristas, gramáticos, linguistas e da população em geral, que se dividem em contra ou a favor do livro aprovado e indicado pelo MEC para o rol de títulos disponibilizados para distribuição às escolas da rede pública na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O capítulo IV apresenta a análise de entrevistas realizadas com professoras da rede pública de ensino da cidade de Dourados/MS. O principal objetivo da entrevista é diagnosticar a opinião que as professoras têm a respeito da variação linguística na Língua Portuguesa e, conseqüentemente, como abordam a variação linguística no ensino de Português, no dia a dia da sala de aula.

Nos anexos, reunimos textos importantes que utilizamos nas discussões e análises deste presente estudo. Além da cópia do capítulo *Escrever é diferente de falar* do livro

didático *Por uma vida melhor*, também anexamos ao trabalho o texto *Chancela para a ignorância*, de Lyz Luft; o artigo *Os adversários do bom português*, das repórteres Renata Betti e Roberta de Abreu Lima; a entrevista *Em defesa da gramática* com o gramático Evanildo Bechara; por fim, anexamos também os questionários realizados com as nove professoras voluntárias desta pesquisa.

Esperamos que este trabalho ajude a esclarecer as causas e as consequências do preconceito linguístico, instigando a comunidade acadêmica ao combate de mais um dos inúmeros preconceitos que se observa em uma sociedade. Esta sociedade precisa ser orientada no âmbito da diversidade, da heterogeneidade, respeitando toda e qualquer diferença entre os indivíduos, valorizando-as e demonstrando que os conceitos qualitativos em relação aos homens, às culturas, e em especial às línguas (certo ou errado quanto às variedades linguísticas) são gerados por padrões estabelecidos pelas classes dominantes e privilegiadas. Entendemos que uma sociedade melhor só será possível se todos os cidadãos tiverem acesso ao conhecimento e a garantia de respeito a diversidade, seja linguística, cultura ou de gênero.

## CAPÍTULO I – DISCUTINDO CONCEITOS

Este capítulo apresenta diferentes concepções de língua/linguagem de acordo com as vertentes de estudo em questão; também discute a natureza da língua portuguesa; debate distinções dos principais conceitos de gramática, os diferentes conceitos de normas, e, por fim, faz apontamentos a respeito da chamada Gramática Tradicional e as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de língua portuguesa na Educação Básica

### 1.1 Concepções de língua

Neste tópico, apresentamos concepções de língua levando em consideração algumas vertentes de estudos, lembrando que cada corrente de estudo tem uma concepção diferente, de acordo com o enfoque do pesquisador.

De acordo com Monteiro (2000, p. 13), para refletir a natureza da língua humana a fim de compreender as suas características essenciais, é necessário, destacar dois aspectos: o caráter social dos fatos linguísticos e a percepção da variabilidade a que esses fatos estão submetidos.

É consenso geral que a língua e a sociedade estão correlacionadas entre si que é impossível concebê-las separadamente. No entanto, nem sempre houve a preocupação da descrição da língua considerando os aspectos de natureza social. Monteiro (2000, p.14) cita que Saussure, em 1916, “ao estabelecer a dicotomia língua (*langue*) e discurso (*parole*), não soube como dar conta dos fatos do discurso, em virtude do caráter multiforme e heteróclito que o define”. Dessa forma, Saussure, em um recorte metodológico, determinou a *langue* (sistema regido por leis próprias e, de certa forma, homogêneo) como objeto de estudo da linguística.

Ainda que Saussure (1989) concebera a língua como um fato social, Monteiro (2000, p. 14) afirma que esse linguista precursor excluiu das tarefas da linguística a preocupação com os elementos de ordem social e pressupôs a homogeneidade como um requisito básico para a descrição. Esse mesmo raciocínio foi seguido pelas correntes do estruturalismo, da glossemática e também do gerativismo.

Da corrente estruturalista, Leonard Bloomfield (1933), para delimitar o campo de interesse da linguística, adota um enfoque estritamente formalista, e desconsiderou diversos

aspectos da linguagem, como, por exemplo, a natureza do signo e sua função social, que ficaram à margem de qualquer descrição linguística.

Por sua vez, Louis Hjelmslev (1953) foi ainda mais rígido na definição de linguagem: “a análise das relações entre as formas que integram um sistema linguístico não podia deter-se na observação de uma variabilidade extra-sistemática e superficial” (MONTEIRO, 2000, p. 14). Ou seja, deve-se conceber a linguística como uma totalidade auto-suficiente, uma estrutura *sui generis*, e não como um aglomerado de fenômenos não linguísticos.

Apesar de se distanciar em grande parte dos demais modelos, de acordo com Monteiro (2000, p. 15), a corrente gerativista concorda no ponto em que admitem a homogeneidade linguística e desconsidera a reflexão sobre os conteúdos sociais. Assim, o Chomsky, fundador da gramática gerativa, delimitou a competência de um falante-ouvinte ideal como objeto de sua teoria linguística, sendo que esse falante-ouvinte ideal é membro de uma comunidade homogênea, conhece muito bem a sua língua e não está exposto a nenhum problema que pudesse vir a prejudicar sua memória, causar dispersão mental e deslocamento de atenção ou de interesses.

Dessa forma, percorreu-se um longo percurso até os linguistas incorporarem aspectos sociais à descrição das línguas. No entanto, foram os trabalhos de Labov, na década de 70, que atenderam os propósitos de escrever a heterogeneidade linguística e de encontrar um modelo capaz de dar conta da influência dos fatores sociais que atuam na língua, e rapidamente tornou-se o representante mais conhecido da *teoria da variação linguística*.

Labov acreditava que todo enfoque linguístico teria que ser social em virtude da natureza do fenômeno que é a linguagem. Em razão disso, esse linguísta até considerou redundante o termo *sociolinguística*. No entanto, Monteiro (2000, p. 16) afirma que a língua não apenas é um fator social, mas também tem implicações de ordem psicológica, fisiológicas, entre outras.

## 1.2. A gramática em questão

O termo “gramática” apresenta diversos usos, em contextos diferentes. Por causa de sua pluralidade de significados, é necessário fazer um esboço de conceitos importantes existentes a respeito desse termo.

Devido a sua natureza polissêmica, é indispensável sermos cautelosos ao discutirmos gramática, e especificar muito claramente de qual gramática está se falando, pois, de acordo com Neves (2004, p.29), há vários conceitos de gramática.

Dessa forma, ao falarmos de gramática, segundo Antunes (2007), podemos falar:

a) das regras que definem o funcionamento de determinada língua [...]; b) das regras que definem o funcionamento de determinada norma [...]; c) de uma perspectiva de estudo, como em: ‘a gramática gerativa’, ‘a gramática estruturalista’, ‘a gramática funcionalista’; d) de uma tendência histórica de abordagem, como em: ‘a Gramática Tradicional’, por exemplo; e) de uma disciplina escolar, como em: ‘aulas de gramática’; ou ainda: f) de um livro, como em: ‘a gramática de Celso Cunha’”(ANTUNES, 2007, p. 25-6).

De modo geral, podemos afirmar que gramática significa “conjunto de regras”. Há, de acordo com Possenti (1996, p. 65), basicamente três maneiras de entendimento dessa expressão: 1) conjunto de regras que devem ser seguidas; 2) conjunto de regras que são seguidas; 3) conjunto de regras que o falante da língua domina. A partir disso, é necessário que façamos uma breve retomada dos conceitos para esclarecer as distinções entre eles.

Dentre esses conceitos está a *Gramática Normativa*, que é definida como “mecanismo geral que organiza as línguas” (NEVES, 2004, p. 29), ou seja, um conjunto de regras que devem ser seguidas por quem pretende se expressar corretamente, pois é tida como a norma padrão da língua, e todas as outras variantes não-padrão são afamadas como *erradas*. Considerando que esse tipo de gramática é normatizada pela tradição (baseada nos autores consagrados) e prescrita para o uso, também é chamada de *Gramática Prescritiva*.

Por outro lado, temos outra concepção de gramática, a *Gramática Descritiva*, que recebe esse nome “porque faz, na verdade, uma descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função” (TRAVAGLIA, 2002, p. 27). Sendo assim, a gramática descritiva é um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua. Diante disso, estabelecem-se regras de uso a partir dos fatos descritos dessa língua, partindo da concepção de que gramática é um conjunto de regras que são seguidas (POSSENTI, 1996, p. 65). As regras não são determinadas *a priori*, como na Gramática Normativa. Antes, observa-se o uso, para só então depreender as regras.

Por sua vez, a *Gramática Internalizada* é definida como um “conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar” (TRAVAGLIA, 2002, p. 27). Ainda é importante ressaltar que o conhecimento linguístico do falante é desenvolvido de acordo com a sua dotação genética humana, e segundo condições sociais e antropológicas. Dessa forma, considera-se a noção de gramática como um conjunto de regras que o falante domina, e essas



regras não são ensinadas da forma convencional e não dependem do acesso à chamada “norma culta”. Há uma revisão dos conceitos de certo ou errado, que passam a ser vistos como adequação ou inadequação: “nessa concepção de gramática não há erro gramatical, mas a inadequação da variedade linguística utilizada em uma determinada situação de uso da língua” (TRAVAGLIA, 2002, p. 27), ou ainda, o uso inadequado de um recurso linguístico que para determinada situação e intenção seria menos aconselhável.

### 1.3. Sobre a norma “cultu”

É praticamente consensual entre os linguistas que “nenhuma língua é uma realidade unitária e homogênea. Pelo contrário, uma língua é formada por um conjunto de variedades. Portanto,

[...] não existe língua para além ou acima do conjunto das suas variedades constitutivas, nem existe língua de um lado e variedade de outro [...] empiricamente a língua é o próprio conjunto de variedades. Trata-se, portanto de uma realidade intrinsecamente heterogênea (FARACO, 2008, p.33).

A partir disso, podemos afirmar que uma língua não é uma entidade propriamente linguística, mas é uma entidade cultural e política, definida também por critérios políticos e culturais, e não somente por critérios linguísticos. Devido a essa heterogeneidade inerente a qualquer língua, uma comunidade linguística não se caracteriza por uma única norma, mas por um determinado conjunto de normas.

Assim, “os diferentes grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso próprio. Assim, numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas linguísticas” (FARACO, 2008, p.42). E nenhum falante fica restrito a apenas uma norma, mas domina muitas delas, que serão utilizadas de acordo com a situação da interação linguística.

Nesse sentido, não se entende norma, de acordo com Neves (2004, p.29), como uma modalidade linguística que normatiza os usos considerados modelares de uma língua, impondo regras para o uso, mas como uma modalidade que reflete a normalidade, a regularidade e a frequência de usos na fala de indivíduos, aquilo que é comum a uma comunidade linguística. E não há uma norma essencialmente “pura”, pois elas absorvem particularidades uma das outras, portanto, são sempre hibridizadas.

Devido às diversas normas existentes, Faraco (2008, p.55) afirma que no desdobramento dos estudos linguísticos, fez-se necessária a qualificação dessas normas com a

utilização de adjetivos como regional, popular, rural, informal, juvenil e, a mais privilegiada, culta. Tudo isso, partindo da necessidade de diferenciar mais precisamente as várias formas de uso, “buscando dar adequado acolhimento à heterogeneidade linguística e à correlação das normas com seus diferentes condicionantes sociais” (FARACO, 2008, p. 55).

Ao reconhecermos que as variedades existentes em uma língua contribuem para percepção de que, linguisticamente falando, os diferentes modos de expressar são equivalentes, pois cada um faz uso de suas próprias normas. Esse reconhecimento, juntamente com a qualificação das normas, também colaborou para a percepção de que há uma hierarquização social entre as normas. Essa hierarquização não é definida por fatores linguísticos, mas por fatores políticos e socioculturais. No topo da hierarquia, está a chamada *norma culta*.

Na qualificação de *norma culta*, há “um emaranhado de pressupostos e atitudes nem sempre claramente discerníveis” (FARACO, 2008, p. 56). O adjetivo “culto” “pode sugerir que esta norma se opõe a normas ‘incultas’, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura” (idem). Sendo assim, os falantes da considerada norma culta podem acabar julgando os falantes das demais normas como “ignorantes”, “sem cultura”, “incultos”, “não sabem falar”, “falam errado” etc.. Contudo, “não há um grupo humano sem cultura, como bem demonstram os estudos antropológicos.

Dessa forma, de acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p.13), a crença de que há uma variedade superior a outras é um dos mitos que se consolidaram na cultura brasileira. Essencialmente, uma variedade linguística é um instrumento identitário, ou seja, um recurso que atribui identidade a um grupo social.

Em uma comunidade onde estão presentes diversas variedades regionais,

[...] Os falantes que são detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam. Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais (BORTONI –RICARDO, 2004, p. 33-4)

Gnerre (1998) corrobora afirmando que uma variedade linguística tem o valor que os seus falantes têm na sociedade, ou seja, “vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1998, p.63).

Assim, como afirma Bortoni-Ricardo (2005),

O comportamento linguístico é um indicador claro de estratificação social. Os grupos são diferenciados pelo uso da língua. Em sociedades com histórica distribuição desigual de renda (entre as quais o Brasil poder ser considerado paradigmático), as diferenças são acentuadas e tendem a se perpetuar. Pode-se afirmar que a distribuição injusta de bens culturais, principalmente das formas valorizadas de falar, é paralela à distribuição iníqua de bens materiais e de oportunidade (BORTONI –RICARDO, 2005, p.14).

Consequente a super valorização da norma culta, não há o reconhecimento da verdadeira essência da língua e a realidade linguística brasileira. Perde-se tempo com questões equivocadas e irrelevantes em matéria de língua, acompanhadas de um discurso purista e preconceituoso que apequena e encurta a riqueza da língua.

#### 1.4. A norma padrão no Brasil

A norma *comum/standard*, de acordo com Faraco (2008, p.76), é uma variante linguística que as pessoas letradas usam em práticas de expressão mais monitoradas. Por outro lado, a norma padrão não pode ser considerada propriamente como uma variedade da língua, mas, sim, como um construto sócio-histórico que referencia um processo de uniformização.

Então, enquanto a norma *comum/standard* é uma variedade que abarca uma expressão viva da língua que é utilizada por um determinado grupo em determinadas situações, “a norma padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p.75).

Por causa da natureza da norma padrão, neste estudo, entendemos norma, de acordo com Neves (2004, p.34), como uma modalidade linguística que normatiza os usos considerados modelares de uma língua, impondo regras para o uso, como já foi dito anteriormente.

A norma padrão pode se tornar uma referência supra-regional e transtemporal, e, nesse sentido, ela é importante e útil, pois tem a autonomia de padronizar a vastidão de variedades linguísticas inerentes a uma língua. Mas isso não será completamente conquistado em todas as comunidades linguísticas ou em todas as modalidades de expressão (escrita ou falada), pois para tal feito, seria necessário “homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador sobre as demais normas” (FARACO, 2008, p.75).

Na realidade brasileira, a norma padrão foi construída de forma artificial desde sua origem. Isso ocorreu porque, na segunda metade do século XIX, não se teve como base para criação dessa norma a norma presente na sociedade brasileira, mas, muito pelo contrário, a elite letrada conservadora se dedicou em estabelecer um modelo português de escrita utilizado por alguns escritores do romantismo de Portugal como norma padrão no Brasil.

Então, “o modelo não foi, portanto, a língua de Portugal, como muitos pensam, imaginando uma homogeneidade que, de fato, não existe, já que o português de lá é, como qualquer língua, um emaranhado de variedades” (FARACO, 2008, p. 81, grifo do autor). Esse modelo tomado como padrão não foi imposto pelos intelectuais lusitanos, eles tiveram uma pequena participação nesse processo. Na realidade, esse movimento foi de total responsabilidade da elite letrada brasileira.

Em segundo plano, essa atitude brasileira apresentava um desejo de viver em um país mais branco e europeizado, demonstrando grande desapontamento com a presença de um caráter mestiço e multirracial no Brasil. Com efeito, a elite brasileira reagia contra toda e qualquer manifestação linguística diferente do modelo lusitano proposto na intenção de uniformizar a língua, taxando muitas vezes algumas variantes como “português de preto” ou “pretoquês”, afirmando que se tratava de degradação e corrupção da língua.

Portanto, é possível inferir que o objetivo fundamental do projeto da norma-padrão no Brasil foi o combate contra as variedades do português popular, possuía a intenção de calar línguas indígenas e variedades rurais. Segundo Faraco (2008),

Nesse afã, os formuladores e defensores da norma-padrão se opuseram com igual furor às características das variedades cultas faladas aqui. O excessivo artificialismo do padrão que estipularam impediu, porém, que se estabelecesse efetivamente entre nós (FARACO, 2008, p. 82).

Ao olhar do presente para o passado, percebe-se que o projeto da instalação da norma-padrão no Brasil fracassou, pois feriu excessivamente o senso linguístico dos falantes urbanos letrados brasileiros, e nunca conseguiu, de fato, alterar a face linguística do nosso país. Contudo, muitos puristas continuam a ter as mesmas atitudes de mais de um século atrás: impondo regras, discriminando e tentando eliminar variedades diferentes da norma-padrão.

Como já dissemos anteriormente, muitos puristas ainda lutam por uma Língua Portuguesa homogênea no Brasil. “Entretanto, lançando os olhos para o que temos hoje, cabe perguntar: por que as gramáticas continuam a veicular padrões? Literatura ameaçada não temos. Língua em extinção não temos [...]” (NEVES, 2004, p.34). Então, conclui-se que as

regras impostas são mais utilizadas como um fator de distinção social do que algo de caráter linguístico.

Mas toda a responsabilidade do império da padronização não deve ser atribuída apenas aos estudiosos da língua considerados como normativos. Deve-se também destacar o fascínio que o povo tem pela “boa linguagem”, embasado no mito de que essa linguagem proporcionará uma posição social mais elevada, pois se atribui a ela uma capa de “prestígio social” e um valor social positivo.

Para tanto, de acordo com Neves (2004, p. 35), as pessoas recorrem a lições explícitas sobre os padrões que “regem” as línguas, sendo que, se os grandes manuais não trazem essas lições, os falantes vão buscar em livretos de receitas que afirmam que se pode e ou o que não se pode usar. Ou ainda recorrem aos chamados “consultórios gramaticais” presentes em revistas, programas televisivos e colunas de jornais, que dão dicas e explicações sobre as regras gramaticais e seus usos.

Assim, correção gramatical é o comportamento que mais se tem ao tratar de estudo de línguas. Com isso, acaba-se por confundir norma com língua, entendendo que “conhecer a língua significa conhecer a norma, as prescrições, o uso ‘correto’, e, especialmente, saber explicar os ‘desvios’ e os ‘acertos’” (NEVES, 2004, p. 36).

Na verdade, como resultado desse processo, tem-se uma variedade linguística prestigiada e todas as demais são consideradas como erradas e feias. E a partir da visão de que apenas uma norma rege toda a língua é que muitos acreditam que a língua está decaindo. No entanto, essa afirmação não é verdadeira, pois a Linguística Histórica, disciplina que estuda a evolução das línguas ao longo do tempo, demonstra que as mudanças nunca alteram a plenitude de nenhuma variedade linguística, mas sim apenas pequenas partes da estrutura dessa variedade. Ao tratar de língua, devemos reconhecer o seu caráter naturalmente heterogêneo.

Muitos linguistas defendem a ideia de que a atual norma-padrão deva ser reformulada, sendo que os fenômenos inerentes à linguagem urbana comum devam ser incorporados a essa norma. Então, esses postulam a fixação de uma norma padrão que seja o efetivo reflexo da norma *comum/standard* brasileira.

O grande movimento da urbanização, a expansão escolar e as redes de relações que se estabelecem no meio urbano “favorecem para a manutenção da relativa unidade das nossas variedades *comuns/standard* e criam condições para a sua extensão social” (FARACO, 2008, p. 86). Desse modo, mesmo com a existência de um grande número de variedades

linguísticas, a força centrípeta da linguagem comum urbana tem uma grande tendência ao nivelamento das variedades ditas cultas e as outras variedades.

É imprescindível ter a consciência de que necessitamos de uma grafia-padrão, mas “precisamos ir além da uniformização ortográfica, isto é, precisamos também regulamentar fenômenos sintáticos, considerando o fracasso evidente das tentativas padronizadoras do século XIX” (FARACO, 2008, p.87). Alguns desses fenômenos a serem padronizados são: algumas regências verbais (como *obedecer o princípio*, ou *obedecer ao princípio*, ou as duas formas?); e algumas concordâncias verbais (como *aluga-se casas*, ou *alugam-se casas*, ou as duas formas?).

Diante dessa realidade, é imprescindível disseminarmos esses conhecimentos linguísticos para que a norma-padrão perca a sua aura privilegiada e para que, cessem atitudes preconceituosas contra as outras variedades linguísticas. Para tanto, é necessário que se tenha um ensino efetivo e democrático, como discutiremos a seguir.

#### 1.5. A Gramática Tradicional e as orientações dos PCN para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica

Da concepção de gramática normativa, que expusemos anteriormente, origina-se a designação Gramática Tradicional. Esse termo, que ouvimos com frequência, refere-se à tradição construída em torno dos princípios da gramática normativa, utilizados tanto nos manuais que prescrevem o seu uso, como também no ensino de língua.

Durante muitos anos, a Gramática Tradicional (de agora em diante, GT) serviu como linha mestra no ensino de Língua Portuguesa e também como parâmetro para que as pessoas em geral “aprendessem” a utilizar sua própria língua.

A língua que a GT toma como “certa” é espelhada especialmente no uso de escritores consagrados, e é ainda bastante atrelada à Língua Portuguesa utilizada em Portugal. Tudo aquilo que foge às regras impostas por essa gramática é considerado como “desvio” ou como “erro”, e assim, qualquer outra variedade de língua é excluída.

A prática pedagógica tradicional sempre colocou o ensino de gramática no centro do ensino de português. E sendo assim, “*ensinar gramática e ensinar português* foram sempre, na concepção tradicional, expressões sinônimas” (FARACO, 2008, p.24, grifos do autor).

Há alguns anos, tenta-se modificar a maneira de ensinar a Língua Portuguesa, especialmente com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino de Língua Portuguesa (1997 e 1998), que propõem um trabalho diferenciado para esse ensino.

Em relação ao preconceito linguístico, os PCN (1998), ao tratarem da fala que cabe à escola ensinar, afirmam que este preconceito se deve ao fato de as variedades linguísticas de menor prestígio serem consideradas como inferiores.

Para tentar livrar-se do preconceito linguístico, o documento enfatiza que a escola precisa admitir que o Brasil é um país culturalmente rico, por abranger inúmeras raças, crenças e culturas. E, além disso, que há uma diversidade linguística muito grande, cada uma com sua história e particularidade precisam ser respeitadas. Portanto, não há uma forma correta de falar. O que há, na verdade, são diferentes situações comunicativas, que exigem variedades linguísticas diferentes. Trata-se de adequar o discurso às circunstâncias de uso.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 25) colabora afirmando que a linguística e os linguistas recomendam que a norma culta seja ensinada na escola, todavia, os saberes sociolinguísticos e os valores culturais, que o aluno tenha aprendido em seu ambiente social, devem ser preservados. Dessa forma, resguarda-se, conforme Bortoni-Ricardo (2005),

O direito que o educando possui à preservação de sua identidade cultural específica, seja ela rural ou urbana, popular ou elitista. A aprendizagem da norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 25).

Cabe, neste momento, aprofundarmos as discussões sobre como se constrói o preconceito linguístico e suas implicações na sociedade. Para isso, é necessário retomarmos alguns pressupostos da Sociolinguística, o que faremos no capítulo seguinte.

## CAPITULO II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E FATOS SOCIOLINGUÍSTICOS

Neste capítulo, abordamos questões referentes à Sociolinguística: sua origem, seu conceito e seu objeto de estudo. Discutimos também a questão do preconceito linguístico que é gerado a partir da intolerância da sociedade a respeito das variedades linguísticas existentes na língua portuguesa.

Não há dúvidas de que a linguagem e a sociedade estão ligadas entre si, e essa relação é a base da constituição do ser humano, uma vez que a história da humanidade narra a organização de seres em sociedade, detentores de uma língua, que é utilizada como sistema de comunicação. Essa relação entre fala e sociedade é estudada pela Sociolinguística.

Apresentou-se o termo Sociolinguística em 1964, em um congresso na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), organizado por William Bright, tendo como participantes vários estudiosos, como: John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, entre outros. Com os trabalhos apresentados nesse evento, Bright publicou o livro intitulado *Sociolinguistics [Sociolinguística]* (1966). Em sua introdução, o referido autor define a Sociolinguística como o processo de correlacionar as variantes linguísticas de uma comunidade à estrutura social dessa mesma comunidade e, ainda, afirma que o objeto da Sociolinguística é a diversidade linguística (BRIGHT, 1966 *apud* ALKMIN, 2009, p.28).

Para Mollica (2003), a Sociolinguística é

Uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo (MOLLICA, 2003, p.9).

Assim, considera-se do âmbito da Sociolinguística a análise da linguagem no seu contexto social, em que a relação entre língua e sociedade é indispensável para o seu estudo. Recorre-se, dentro dos estudos sociolinguísticos, às variações provindas do contexto social para explicar os “problemas” que surgem da variação própria do sistema linguístico. Em outros termos, a Sociolinguística parte daquilo que é exterior à língua para explicar aquilo que lhe é imanente.

Portanto, “o que a sociolinguística faz é correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares” (CAMACHO, 2009, p. 50).



Cezario e Votre (2009, p.141) corroboram afirmando que “a sociolinguística parte do princípio de que a variação e a mudança são inerentes às línguas e que, por isso, devem ser levadas em conta na análise linguística”. Sendo assim, o sociolinguista é interessado em todas as manifestações verbais nas diferentes variedades de uma língua.

De acordo com os preceitos da Sociolinguística, podemos afirmar que as razões para a variação na fala não advêm de um uso inconsequente e arbitrário de um falante, mas sim de um uso sistemático e regular da variação, que é uma propriedade intrínseca aos sistemas linguísticos. E um de seus objetivos é entender quais os principais fatores que motivam a variação linguística.

Assim, segundo Alkmim (2009, p. 31), “o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social”, ou seja, durante a interação entre falantes, e, para tanto, parte-se da *comunidade linguística*, um grupo de pessoas que interagem verbalmente entre si e compartilham um mesmo conjunto de normas linguísticas, sendo que cada comunidade linguística se caracteriza por um modo particular de falar, que se denomina *variante linguística*.

## 2.1. A heterogeneidade constitutiva das línguas naturais

Toda e qualquer língua falada em qualquer comunidade possui variantes. Dessa forma, pode-se afirmar que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. A língua e a variação caminham de mãos dadas. E essa diversidade linguística é encarada pela Sociolinguística como uma qualidade inerente ao fenômeno linguístico e não como um problema que deve ser resolvido. Nesse sentido, ao se valer de oposições como língua e fala ou tentar aprender apenas o que é invariável na língua, reduz-se a verdadeira compreensão do fenômeno linguístico, que deve ser visto pelo seu total e não só pelo aspecto formal e estruturado.

Diante disso, Camacho (1988, p. 28) afirma que o instrumento de comunicação de membros de uma nação, sendo que estes estão ligados por fatores socioculturais e políticos, identifica-os ou distingue-os de membros de outra nação, entre outros elementos tão ou mais importantes que este.

A diferença entre os idiomas é, justamente, resultado do pouco contato cultural que eles têm entre si, e essa diferença causa dificuldade da comunicação entre falantes de línguas diferentes. Mas esta distinção não é o principal fator da diversidade linguística, pois a língua é um objeto histórico que está sujeita a constantes mudanças por ser um saber transmitido.

Mesmo sendo transmitida de geração em geração, a etapa da língua usada no presente é semelhante à etapa usada no passado e não idêntica. Portanto, pode-se dizer que a língua “se transforma no tempo e se diversifica no espaço” (CAMACHO, 1988, p. 29).

Nesse sentido, Monteiro (2000, p. 59) afirma que “duas ou mais formas distintas de se transmitir um conteúdo informativo constituem, pois, uma *variável linguística*. As formas alternadas, que expressam a mesma coisa num contexto, são denominadas de *variantes linguísticas*” (MONTEIRO, 2000, 59).

Nas próximas sessões, discute-se a respeito da variação linguística na dimensão interna, verificando os níveis gramaticais de análise (lexical, fonológico, morfológico, sintático e discursivo) e os condicionadores internos, e na dimensão externa, observando a interação dos condicionadores externos.

### 2.1.1 Variáveis linguísticas

Nesse tópico, tratamos a variação linguística nos diferentes níveis linguísticos: variação lexical; variação fonológica; variação morfológica e variação discursiva. Cada item gramatical citado é fenômeno variável, podendo se tornar variável linguística, variável interna ou variável intralinguística.

Ao tratar de variação linguística, toma-se como exemplo a *variação lexical* que surge primeiramente, ou seja, há a maior percepção de ocorrências desses fenômenos, além de ser divertido observar alguns casos. Essa variação está associada à variação regional, onde se tem a mesma realidade representada por léxicos diferentes de acordo com a região, assim como, também está relacionado à variação estilística.

Podemos observar essa variação nos seguintes exemplos (COELHO et alii., 2015, p. 24): abóbora, jerimum; bergamota, tangerina, laranja-cravo, mimosa; mandioca, aipim, macacheira, banheiro, toalete, casinha; pandorga, pipa e papagaio.

Estudos sociolinguísticos também apontam *variação fonológica* em diversos fenômenos na Língua Portuguesa do Brasil. Como ocorre no fenômeno despalatalização, também conhecida como Yeísmo<sup>1</sup>, onde ocorre a troca do <lh> por <i>: “*paia*” por “palha”, “*veia*” por “velha”, entre outros fenômenos.

No nível linguístico, ainda há a *variação morfológica*, em que ocorre a alteração de algum morfema (unidade mínima significativa) da palavra. Na maioria das ocorrências dessa

---

<sup>1</sup> Esse fenômeno será melhor explicado no tópico 2.4.

variação, há também a presença da variação fonológica. Podemos exemplificar através do fenômeno assimilação (COELHO et alii., 2015, p. 27): “*cantano*” por cantando, “*anda*” por andar.

Denomina-se a variação no nível da sintaxe como **variação sintática**, como podemos concretizar nos seguintes exemplos (COELHO et alii., 2015, p. 27) referentes a construções relativas: “o filme *a que* me referi é muito bom”/ “O filme *que* me referi é muito bom”/ “O filme que me referi *a ele* é muito bom”.

Por fim, tem-se a *variação discursiva*, onde são encontrados dados interessantes com relação às palavras que encadeiam trechos discursivos que desempenham papel de conectores (“e”, “mas”, “porque”, “portanto”), expressões de natureza adverbial (“aí”, “assim”, “então”), marcadores discursivos (“quer dizer”, “digamos assim”), entre outros.

### 2.1.2 Variáveis extralinguísticas

No presente tópico, tratamos da variação linguística em sua dimensão externa. Para tanto, explanamos a respeito da variável regional ou geográfica, variável social e variável estilística.

Em uma comunidade relativamente extensa que usa um mesmo idioma, percebem-se variações na pronúncia de sons, no uso do vocabulário e na construção sintática. Trata-se da *variável regional ou geográfica*. Essa variação está associada, como afirmam Cezario e Votre (2009, p.144) a distâncias espaciais entre cidades, estados, regiões ou países diferentes.

A diversidade linguística geográfica advém do fato da bagagem linguística de nativos de uma determinada localidade ser influenciada por fatores culturais, políticos e econômicos. Com isso, esses falantes desenvolvem “um comportamento cultural próprio que os identifica e os distingue de outras comunidades” (CAMACHO, 1988, p.31). Pode-se perceber na fala dos moradores da região sul do Brasil, a pronúncia das vogais finais como médias, por exemplo, “leite quente”; já em outras regiões, a pronúncia dessas vogais é alta: “leiti quenti”.

Ainda é importante ressaltar que limite geográfico não equivale a limite linguístico, pois o primeiro é politicamente fixado e, na maioria das vezes, não impede, na fronteira, a incorporação de elementos linguísticos de outra região devido à intercomunicação entre seus falantes. Portanto, é falso afirmar que as fronteiras geográficas também são fronteiras linguísticas, pois “os limites entre duas línguas não são nítidos, mas graduais” (CAMACHO, 1988, p. 29).

As variantes linguísticas também podem ser resultado de fatores sociais, que geram a chamada *variável social*. É improvável que falantes de uma mesma comunidade utilizem-se das mesmas formas de expressão, pois o processo de domínio da língua é inacabado e se origina do intercâmbio com membros da comunidade.

Segundo Camacho (1988, p.30), a bagagem linguística de cada falante de uma comunidade é adquirida em uma classe social regida por normas de conduta e padrões culturais e linguísticos distintos de membros de outro âmbito.

De acordo com Votre (2003, p.51) “as formas de expressão socialmente prestigiadas das pessoas consideradas superiores na escala socioeconômica opõem-se aos falares das pessoas que não desfrutam de prestígio social e econômico”.

As variantes utilizadas por pessoas desprovidas de prestígio social e econômico tendem a ser coletivamente estigmatizadas. “A forma estigmatizada é interpretada como inferior, em termos estéticos e informativos, pelos membros da comunidade discursiva” (VOTRE, 2003, p.52).

Além do nível socioeconômico, o grau de escolaridade, a faixa etária e o gênero do indivíduo são fatores importantes que influenciam a diversidade linguística de uma comunidade geograficamente homogênea.

Em relação à *variável escolaridade*, Bortoni-Ricardo (2004) afirma que os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade da escola que frequentou exercem influência no repertório linguístico desse falante.

Embora estejamos em uma sociedade tão diversificada, a escolaridade é muito importante no desempenho linguístico de um falante, pois, nessa sociedade privilegia-se a norma padrão. Desde o primeiro contato com o ambiente escolar, já é apresentada essa norma para o aluno, e continua assim por toda a sua vida escolar/acadêmica. Conseqüentemente, quanto maior o nível de escolaridade e quanto mais se estuda a norma padrão, mais a língua do indivíduo se assemelha à norma privilegiada.

Levando em consideração a *variável faixa etária*, tem-se principalmente a distinção que os jovens querem manter do padrão adulto, ultrapassado, de acordo com eles, ao criar e fazer uso de gírias. Ou ainda, o uso de termos que caíram em desuso por pessoas mais idosas, que por algum motivo não acompanharam a evolução da língua.

A maneira de falar entre o homem e a mulher é distinta, pois há diferenças de tom de voz, ritmo, diferenciação das escolhas lexicais, ou até mesmo das omissões de vocábulos. Com isso, tem-se a *variável gênero do falante*.

As diferenças mais evidentes situam-se no plano lexical. De acordo com Paiva (2003), “parece natural admitir que determinadas palavras se situam melhor na boca de um homem do que na boca de uma mulher” (PAIVA, 2003, p. 33).

Além disso, no processo de escolarização, as mulheres são mais receptivas à atuação normativa da escola, enquanto os homens têm a propensão de manifestar um estilo mais independente.

Por fim, para Camacho (1988, p.33), “não há falante de região ou meio social homogêneo que fale sempre da mesma forma”, ou seja, todo falante possui diferenças de estilo de acordo com as situações a que é exposto, com isso, tem-se a *variação estilística*.

De acordo com os exemplos, um falante pode usar um *estilo informal*, que exige um grau mínimo de reflexão, e um *estilo formal*, que exige um grau máximo de reflexão. A escolha do estilo se dá de acordo com a situação em que o falante se encontra. Caso contrário, se o falante não se adequar a essa situação, pode sofrer algum tipo de rejeição. Cada ato linguístico apresenta um estilo específico, e já que a variação estilística é considerada o resultado da forma linguística específica do ato verbal, conclui-se “que tantas são as variedades quantas são as situações momentâneas em que se realiza a atividade verbal” (CAMACHO, 1988, p. 35). Segundo este autor, essa capacidade que todo indivíduo tem de adaptar-se à situação de comunicação, alternando estilos mais ou menos formais, é denominada *competência comunicativa e sociolinguística*.

## 2.2 Variação e mudança

Devido à natureza heterogênea e multifacetada, as línguas não constituem uma realidade estática, mas, pelo contrário, elas mudam com o passar do tempo, modificando a sua configuração estrutural.

No entanto, Tarallo (2007) afirma que “nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança; mudança, sim, implica sempre variação” (TARALLO, 2007, p. 62). Ou seja, nem toda variação passa pelo processo de mudança, mas, por outro lado, toda mudança linguística passa pelo processo de mudança, descrito a seguir.

O processo de mudança linguística não é simples: uma variante, entre muitas outras, passa pelo processo de adoção de acordo com a norma da comunidade. Geralmente, o conhecimento de variantes históricas e o reconhecimento delas pela comunidade falante se dá

pela modalidade escrita da língua, pois o caráter dessa modalidade consiste em “preservar o passado de um instrumento de comunicação” (CAMACHO, 1988, p. 30).

Simplificando o processo de mudança linguística, inicialmente, há uma variante, entre muitas, que sofre o processo de adoção pela norma de um grupo restrito de falantes. Posteriormente, esta variante propaga-se e é adotada por um grupo socioeconomicamente expressivo que a identifica como forma de prestígio ao confrontar com a forma que está sendo substituída. Por fim, essa nova variante, que já é utilizada por toda a comunidade, fixa-se na modalidade escrita. Na maioria das vezes, o termo substituído permanece no vocabulário de falantes mais velhos.

Assim, de acordo com Camacho (1988),

Podem conviver no mesmo plano temporal variantes em desuso com suas respectivas substitutas, estritas, porém, alguns poucos falantes de idade avançada que, paralelamente à evolução dos usos e costumes, mantêm formas de expressão adotadas como prestigiosas pela norma pedagógica ou social de décadas atrás (CAMACHO, 1988, p.30).

As mudanças linguísticas acompanham de perto a evolução da própria sociedade. Elas ocorrem quando os usuários de uma determinada região, classe social ou nível intelectual sentem a necessidade de alterar alguma forma de expressão.

### 2.3 Estrutura social e variedade linguística

Em toda língua, há um conjunto de variedades linguísticas que são estabelecidas pela estrutura sociopolítica da comunidade e às quais são atribuídos valores, ou seja, “em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores” (ALKMIM, 2009, p. 39).

Percebe-se a existência de variedades de prestígio e de variedades não prestigiadas nas sociedades em geral, sendo que a variedade de prestígio é a variedade padrão, nas sociedades ocidentais. Essa variedade é socialmente mais valorizada e seu uso é necessário em situações de interação devido à formalidade exigida.

Na verdade, segundo Alkmim (2009),

O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que o definem como “correto” de falar (ALKMIM, 2009, p. 40).

Historicamente, a variedade padrão está ligada aos grupos socialmente dominantes, pois se acredita que o melhor modo de falar e o melhor uso das regras correspondem a esse grupo.

Por meio do estabelecimento da padronização, tenta-se representar uma homogeneidade em meio à realidade de variantes linguísticas. Apesar de ser mais reconhecida, a variedade padrão não detém características que a garantam como “naturalmente” superior às outras. A padronização é historicamente imposta, ou seja, cada época determina o que considera como correto (pronúncias, construções gramaticais, expressões gramaticais) e algumas formas adotadas em determinada época podem não ser consideradas em outra, por isso, deixam de ser usadas (FISHMAN, 1970 *apud* ALKMIM, 2009, p.40-1).

É inadequado afirmar que há línguas pobres, inferiores ou incompletas. Linguisticamente falando, toda língua é adequada à sua comunidade, “é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive” (ALKMIM, 2009, p. 41). Também é inadequado dizer que há línguas pobres de vocabulário ou que possuem sistemas gramaticais imperfeitos, “seria um contrassenso imaginar seres humanos com uma ‘meia ideia’” (ALKMIM, 2009, p. 41). Quando há necessidade, o contato cultural permite o empréstimo de termos de outros idiomas para suprir essa “necessidade”.

O que se pode afirmar é que os julgamentos feitos quanto ao valor das línguas e das variantes não são feitos de acordo com preceitos linguísticos, mas de acordo com julgamentos de natureza política e social. “Em resumo: julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social” (ALKIMIN, 2009, p.42).

De acordo com a Sociolinguística, a diversidade linguística faz parte do fenômeno linguístico. É necessário aceitar a natureza variável da língua. “A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo” (ALKMIM, 2009, p. 42). A título de exemplificação, todos ficam horrorizados quando escutam uma palavra pronunciada errada ou percebem ausência da concordância verbal, tudo isso devido à intolerância linguística. Essa intolerância é compartilhada por muitos especialistas da língua e pelo senso comum, que acredita na existência de uma língua que representa “o bem social a disposição de todos” (ALKMIM, 2009, p. 42).

O falante aprende a variante linguística a que é exposto, por isso é necessário que entendam que não há nada de errado com as variantes. Os falantes das classes menos favorecidas não deturpam a língua, mas dão continuidade a sua herança linguística que vem lá

do Latim quando essa língua sofre mutação e transforma-se nas línguas românicas faladas hoje em dia em todo o mundo.

#### 2.4. Fenômenos sociolinguísticos: a língua em movimento

Devido à grande dimensão territorial do Brasil, e por causa de fatores sociais (como diferentes níveis de escolaridade, faixas etárias e gênero do falante) pode-se perceber uma grande variação linguística no idioma oficial do país. Vários fatores podem influenciar na diferença morfológica, lexical, fonético-fonológico e sintática na Língua Portuguesa.

Em seu livro “A língua de Eulália: uma novela sociolinguística”, Marcos Bagno (2004), linguista brasileiro engajado na luta contra o preconceito linguístico, destaca alguns dos fenômenos mais corriqueiros e mais estigmatizados pertencentes à variedade não-padrão da Língua Portuguesa. Para explicar a origem desses fenômenos, Bagno (2004, p. 40) faz relação do Latim, mais precisamente o Latim Vulgar, com algumas línguas chamadas românicas (as línguas que nasceram a partir do Latim Vulgar).

O fenômeno chamado *Rotacização* ocorre quando há a troca do “L” pelo “R” nos encontros consonantais, quando se diz, por exemplo, “*chicrete*” ao invés de “chiclete”, ou “*broco*” ao invés de “bloco”. Esse fenômeno não se dá de forma aleatória, explica-se por meio da comparação com a língua latina. Bagno (2004, p.44) traz um quadro que ilustra essa relação:

**Quadro 1 – Comparação entre o Latim e línguas românicas**

LATIM	FRANCÊS	ESPAÑHOL	PORTUGUÊS
ecclesia-	église	iglesia	Igreja
Blasiu-	Blaise	Blas	Brás
plaga-	plage	playa	Praia
sclavu-	esclave	sclavo	Escravo
fluxu-	flou	flojo	frouxo

Fonte: Bagno (2004, p.44).

Como podemos visualizar no quadro, nas palavras exemplificadas, os encontros consonantais com “L” originalmente em língua latina permaneceram no francês e no espanhol. No entanto, em Língua Portuguesa, o “L” é trocado por “R”. Esse fenômeno pode



ter ocorrido em algumas das etapas do processo de evolução do Latim Vulgar até Língua Portuguesa atual.

Dessa forma, podemos perceber que a Língua Portuguesa apresenta uma tendência natural em transformar o “L” em “R” nos encontros consonantais. A partir disso, é possível afirmar que os falantes que pronunciam “*froco*” e “*ingrês*”, ao invés de “floco” e “inglês”, não deturpam a norma padrão aleatoriamente, mas, pelo contrário, seguem o fluxo natural de sua língua.

Outro fenômeno muito recorrente na variedade não-padrão do Português é a *eliminação das marcas de plural redundante*, quando há apenas a marcação do plural no primeiro determinante da oração, como percebemos nos versos da música “Cuitelinho”, de Nara Leão: “As garça(ø) dá(ø) meia volta/ senta(ø) na beira da praia”.

Nesse exemplo, apenas o artigo “A” recebe a marca de plural “S”. As demais marcações, que segundo a norma padrão deveriam ser feitas em “garça (“garças”), “dá” (dão) e “senta” (sentam), são suprimidas pelo fato de a variante não-padrão ser mais econômica, mais modesta, de acordo com Bagno (2004, p. 51). Assim, a marcação do primeiro determinante é o suficiente para essa variedade.

Esse fenômeno da eliminação da marca do plural redundante também pode ser percebido no Inglês, como podemos visualizar nos exemplos de Bagno (2004, p. 53):

### **Quadro 2 – Eliminação do plural redundante em Inglês**

<p>-My beautiful yellow <u>flower</u> died yesterday (Minha bela flor amarela morreu ontem)</p> <p>- My beautiful yellow <u>flowers</u> died yesterday (Minhas belas flores amarelas morreram ontem)</p>
--

Fonte: Bagno (2004, p. 53)

De acordo com os destaques nas orações acima, a única informação que temos de que se trata de mais de uma flor é dada pelo “S” na palavra “flowers”. O restante da oração permanece inalterado. Do mesmo modo ocorre na variedade não-padrão.

A *simplificação das conjugações verbais* é um fenômeno semelhante à eliminação do plural redundante exposto anteriormente. Segue-se o mesmo conceito de economia linguística, e procura-se evitar o excesso de marcas para indicar um único fenômeno. Assim, no caso dos verbos, basta apenas a presença do pronome-sujeito (eu, tu, ele etc.) para indicar a pessoa verbal, como podemos observar no quadro a seguir elaborado por Bagno (2004, p. 66):

**Quadro 3 – Simplificação da conjugação verbal**

Conjugação do verbo AMAR no presente do indicativo	
PORTUGUÊS PADRÃO	PORTUGUÊS NÃO-PADRÃO
eu AMO	eu AMO
tu AMAS	tu/você AMA
ele/ela AMA	ele/ela AMA
nós AMAMOS	nós/a gente AMA
vós AMAIS	vocês AMA
eles AMAM	eles AMA

Fonte: Bagno (2004, p. 66).

A partir do quadro acima, podemos perceber que, enquanto o Português padrão apresenta uma forma verbal para cada pronome, totalizando seis formas verbais, o Português não-padrão reduz para apenas duas conjugações: amo (eu) e ama (tu, você, ele, ela, nós, a gente, vocês e eles).

A transformação do “LH” em “I” (também chamado de *Yeísmo*) é outro fenômeno característico da variedade não-padrão do Português. Nesse caso, ao falante dessa variedade pronunciam “*abeia*” ao invés de “abelha”, também “*cuiê*” ao invés de “colher”. Lausberg (1981, p. 71) explica esse fenômeno da seguinte forma:

Por afrouxamento e, finalmente, abandono da oclusão central, forma-se do /ʎ/ (difícil de pronunciar por causa da elasticidade reduzida do dorso da língua) muito naturalmente a fricativa /y/ como no francês, espanhol popular e dialetal (LAUSBERG, 1981, p. 71 *apud* BAGNO, 2004, p.59).

Assim, o fonema /ʎ/ (símbolo que representa o som “lhe”) é produzido com a ponta da língua tocando no palato, bem próximo de onde se produz o fonema /y/ também no palato. Dessa forma, por mais acomodação e por aproximação, o falante da variante não-padrão da Língua Portuguesa realiza essa assimilação entre os fonemas.

Bagno (2004, p. 58) nos traz outro quadro no qual faz comparação entre a norma padrão e a não-padrão do Português e o Francês padrão:

**Quadro 4 – Comparação do Português padrão, Francês padrão e Português não-padrão**

Português Padrão	Francês padrão	Português não-padrão
abelha	abeille /abéye/	abêia

alho	ail /ay/	ai
batalha	bataille /batáye/	bataia
colher (substantivo)	cuiller /küyé/	cuié
falha	faille /faye/	faia
filha	fille /fíye/	fia
palha	paille /páye/	paia
trabalhar	travailler /travayê/	trabaiá

Fonte: Bagno (2004, p. 58).

Bagno (2004, p. 58) tenta fazer uma rápida transcrição fonética do francês, e, a partir dela, conseguimos perceber as semelhanças de pronúncia entre o francês e a variedade não-padrão do Português. Assim, pode-se acreditar que a Língua Portuguesa esteja passando pelo mesmo processo linguístico pelo qual o francês já passou anteriormente. Então, transformação do “LH” em “I” presente na variedade não-padrão da Língua Portuguesa não aleatória e errônea, mas, pelo contrário, segue o fluxo lógico de uma língua.

A transformação de “ND” em “N” e de “MB” em “M” é um fenômeno possível de explicar linguisticamente. Esse fenômeno se dá por meio da assimilação que, “como o próprio nome já diz, é a força que tenta fazer com que dois sons diferentes, mas com algum parentesco, se tornem iguais, semelhantes” (BAGNO, 2004, p.77). Dessa forma, essas assimilações acontecem porque /n/ e /d/ são fonemas dentais, ou seja, são produzidos pela mesma zona de articulação. Da mesma forma, acontece com os fonemas /m/ e /b/ que são fonemas bilabiais.

Então, quando um falante diz “*falano*” e “*comeno*” em vez de “falando” e “comendo”, ou “*tamem*” ao invés de “também”, ele está fazendo uso da assimilação, um recurso muito usado na formação da Língua Portuguesa. Com essa simplificação dos fonemas semelhantes, a fala torna-se mais econômica e fácil de ser pronunciada.

No processo de transformação do “OU” em “O” também ocorre o fenômeno da assimilação pelo fato de as vogais “O” e “U” serem mais fechadas e, conseqüentemente, muito parecidas. Com isso, pode-se explicar porque a grande maioria dos brasileiros fala “*poco*” e “*ropa*” ao invés de “pouco” e “roupa”.

Além do mais, o ditongo “OU” é resultado de uma transformação histórica que ocorreu no processo de formação da Língua Portuguesa. Na sua língua de origem, o Latim, havia o ditongo “AU”, formado por uma vogal aberta (“A”) e por uma vogal fechada (“U”), e aos poucos foi sendo pronunciado “OU” (duas vogais fechadas) devido à diferença entre o

timbre das vogais. Então, segundo Bagno (2004, p. 83), palavras como “paucu” e “lauru”, estavam transformando-se em “pouco” e “louro” em Português.

Da mesma forma, pode-se explicar a *redução do ditongo “EI” em “I”*. Nesse fenômeno também acontece monotongação, ou seja, a assimilação de sons semelhantes que se transformam em um só. Mas, ao contrário do caso exposto acima, a monotongação do “EI” em “I” ocorre apenas diante das consoantes “J”, “X” e “R”, como Bagno (2004, p. 88) demonstra no quadro a seguir:

#### Quadro 5 – Redução do ditongo “EI” em “I”

Língua escrita	Língua falada
beicho	beicho
beijo	bêjo
brasileiro	brasilêro
cheiro	chêro
deixa	dêxa
jeito	jeito
leigo	leigo
peito	peito
peixe	pêxe
primeiro	primêro
queijo	quêjo
queixo	quêxo
seiva	seiva

Fonte: Bagno (2004, p. 88).

Por fim, na Língua Portuguesa ocorre a *Redução de “E” e “O” átonos pretônicos* porque “quando as vogais E e O são postônicas sofrem o que a gente chama de *redução*: elas são pronunciadas de maneira mais fraca e soam como um I e um U” (BAGNO, 2004, p. 96), como nos seguintes exemplos: a palavra “ovo” é pronunciada “ôvu”, a frase “ele bebe” é pronunciada “êli bebi”.

Então, é natural e comum em praticamente todos os países que falam a Língua Portuguesa que aconteça esse fenômeno de variação, não é uma exclusividade do Brasil.

Com isso, ratifica-se o conceito de que não existe língua homogênea, o que na verdade é um mito. E acreditar que as variantes devem ser eliminadas, justifica-se a “a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais” (ALKMIM, 2009, p. 42). Isso significa impor a cultura da classe dominante sobre as outras gerando o chamado preconceito linguístico, que é propagado por meio de mitos que há muitos anos vêm sendo defendidos por leigos e profissionais da área da linguagem.

Esses mitos formam a *mitologia do preconceito linguístico*, discutida pelo linguista Marcos Bagno (2007), que estudamos no próximo tópico.

## 2.5. A mitologia do preconceito linguístico, segundo Marcos Bagno

Atualmente, muito se luta contra os preconceitos existentes na sociedade, demonstrando que eles não possuem nenhum fundamento lógico. Mas essa tendência não abarcou o *preconceito linguístico*, que é muito comum no Brasil. Na verdade, esse tipo de preconceito é diariamente reafirmado em programas de televisão, em livros, em colunas de jornais e revistas, em manuais que ditam o que é “certo” e o que é “errado” e também pelas tradicionalíssimas gramáticas normativas e livros didáticos.

Esse preconceito é evidenciado em afirmações falaciosas que transmitem a ideia ruim que o brasileiro tem de si e de sua língua. Tais afirmações fazem parte do que Marcos Bagno (2007) chama a *mitologia do preconceito linguístico*. Nesse momento, apresentamos os vários mitos elencados pelo autor e suas implicações na disseminação desse tipo de preconceito.

### MITO 1: “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”

Segundo Bagno (2007, p.18), esse é o maior e o mais sério mito dos que compõem a mitologia do preconceito linguístico, mas, mesmo assim, é defendido por muitos intelectuais. A educação é muito prejudicada por esse mito, pois ao afirmar a existência de uma unidade linguística e ao renegar a verdadeira diversidade linguística do país, a escola tenta impor sua norma linguística como se essa língua fosse comum a todos os brasileiros, independentemente das diferenças de faixas etárias, de região, de situação econômica e de grau de escolaridade. Aqui, tem-se presente (o que não deveria existir) a confusão entre *monolinguísmo* e *homogeneidade linguística*, pois o fato de o português ser falado pela maioria dos brasileiros, não significa que essa língua “seja um bloco, coeso e homogêneo” (BAGNO, 2007, p. 18). Na realidade, há muitas variantes linguísticas provindas dos diferentes fatores sociais as quais os falantes estão expostos.

Assim, apesar de a maioria dos brasileiros falar a mesma língua, o português, essa língua apresenta “um *alto grau de diversidade e de variedade*”, não só por causa da grande extensão territorial, mas também devido à trágica injustiça social presente no Brasil, que explica a existência de “um grande abismo linguístico” entre os falantes da variedade dita “cultura”, privilegiados pelo ensino, e os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro. Se for levada em consideração a ideia de língua homogênea, os falantes das variedades não-padrão podem ser considerados “os *sem-língua*”, de acordo com Bagno (2007, p.18). As variedades que eles fazem uso possuem a sua gramática particular, mas, mesmo assim, são desprestigiadas e ridicularizadas.

Portanto, é necessário, segundo Bagno (2007),

Que a escola e todas as instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a *verdadeira diversidade linguística de nosso país* para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão (BAGNO, 2007, p. 18).

MITO 2: “Brasileiro não sabe português/ Só em Portugal se fala bem português”

Essas duas expressões refletem o complexo de inferioridade da nação brasileira diante de Portugal, e são defendidas por muitos brasileiros, como se ainda fossemos “uma colônia dependente de um país mais antigo e mais ‘civilizado’”, segundo Marcos Bagno (2007, p.21).

Ainda se tem uma concepção errônea de que o Brasil é um país subdesenvolvido por causa de sua população que não é pura, formada por duas raças “inferiores” (a negra e a indígena) e uma “superior” (a branca europeia). Essa ideia ainda é sustentada, mesmo com a destruição científica do mito de raça pura. Assim, uma população não “pura” não poderia fazer uso de uma língua “pura”. Facilmente, encontram-se relatos de intelectuais lamentando a “‘corrupção’ do português falado no Brasil, língua de ‘matutos’, de ‘caipiras infelizes’, arremedo tosco da língua de Camões” (BAGNO, 2007, p.21).

A ideia de que “brasileiro não sabe português” e que “só em Portugal se fala bem português” são especulações infundadas transmitidas de geração para geração pelo ensino tradicional da gramática na escola. O brasileiro sabe português. Na verdade, o português utilizado no Brasil é diferente do de Portugal. Linguisticamente falando, a língua utilizada no Brasil possui as suas particularidades lexicais, semânticas e fonéticas, e, devido a isso, os linguistas optam pelo uso do termo *português brasileiro*.

No entanto, o estudo sobre a língua portuguesa do Brasil fica estritamente ligado ao português de Portugal. As mesmas regras gramaticais utilizadas lá são adotadas por aqui,

mesmo com todas as diferenças linguísticas existentes entre as duas nações, por exemplo: em Portugal se diz *Dê-me um beijo* e *Assisti ao filme* e por isso os brasileiros devem, segundo a norma padrão, fazer o mesmo uso, e não *Me da um beijo* e *Assisti o filme*, como é frequentemente utilizado por aqui.

MITO 3: “Português é muito difícil”.

Esse mito está relacionado ao anterior. As regras que aprendemos na escola não correspondem ao português falado no Brasil, mas sim à norma gramatical de Portugal. “Por isso achamos que ‘português é uma língua difícil’: porque temos de decorar conceitos e fixar regras que significam nada para nós” (BAGNO, 2007, p. 35).

Podemos afirmar que todo nativo sabe a sua língua, ou seja, sabe as suas regras internas natural e intuitivamente. Por isso uma criança de 3 ou 4 anos já domina essas normas, exceto as sutilezas e irregularidades que são apreendidas durante o estudo da língua.

Então, se muita gente afirma que o português é difícil, é porque não se estuda as verdadeiras regras do português brasileiro nas escolas. Regras ilógicas e nomenclaturas incoerentes são decoradas, ao invés de se chamar a atenção para as habilidades de expressão do aluno, para que ele não se sinta incapaz de produzir um bom texto após a sua longa passagem pela escola.

Com a difusão de que português é difícil, “esta disciplina fascinante foi transformada numa ‘ciência esotérica’, numa ‘doutrina cabalística’ que somente alguns ‘iluminados’ (os gramáticos tradicionalistas) conseguem dominar completamente” (BAGNO, 2007, p. 38). Muitos deles, segundo o autor, fazem sucesso em meios de comunicação em cima da falsa “dificuldade” da língua. Com isso, o domínio da “dificuldade” da língua é mais uma forma de manter *status* privilegiado para algumas classes sociais. Isso, segundo o discurso incisivo de Bagno (2007, p.39), constrói um enorme abismo entre os poucos iluminados que “sabem a língua” e os “asnos”, que formam a grande maioria da população.

MITO 4: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”.

A partir da crença de que existe apenas uma língua portuguesa (uma língua homogênea, de acordo com o mito nº1, forma-se o preconceito linguístico. Essa língua “homogênea” é ensinada nas escolas, explanada em gramáticas e relacionada em dicionários. Segundo Bagno (2007),

Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português” (BAGNO, 2007, p. 40).

Uma das pronúncias estigmatizadas pela visão preconceituosa dos fenômenos linguísticos é a transformação de “l” em “r” em encontros consonantais como em *Cráudia*, *chicrete*, *praca*. No entanto, cientificamente falando, essa transformação trata de um fenômeno fonético chamado *rotacismo*, que auxiliou na formação da língua portuguesa padrão, como: branco > *blank* (origem germânica); brando > *blandu* (origem latina); cravo > *clavu* (origem latina). As pessoas que realizam essa troca fonética estão apenas seguindo uma regra que foi utilizada pela população da província romana Lusitânia quando a língua portuguesa estava se formando.

Portanto, podemos afirmar que ao considerar *Cráudia* e *praca* “errado” e *frouxo* e *escravo* “certo”, trata-se de uma questão social e política, e não linguística. As pessoas que utilizam os termos considerados “errados” pertencem a uma classe social desprestigiada, sem acesso à educação formal e aos bens culturais de elite, e com isso, a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que essas pessoas. “Assim, o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social” (BAGNO, 2007, p. 43).

MITO 5: “O certo é falar assim porque se escreve assim”.

Todas as línguas do mundo, segundo Bagno (2007), possuem variações em sua pronúncia. Mas, infelizmente, muitos gramáticos não reconhecem isso, querendo obrigar os alunos a falar da mesma forma que escrevem.

Para Bagno (2007),

É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada “artificial” e reprovando como “erradas” as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o idioma (BAGNO, 2007, p. 52-3).

O correto seria dizer ao aluno que ele possui várias formas de pronunciar uma mesma palavra, mas que deve escrevê-la apenas de um modo, pois a ortografia é única para a totalidade da língua. Por exemplo, o aluno tem que saber que ele pode falar *bunito* e *bonito*, mas que ele deve escrever apenas *bonito*, para que todos os usuários da língua possam compreendê-lo.



É necessário deixar claro que a escrita é apenas uma tentativa de representar graficamente a língua falada, ou seja, a língua escrita não equivale à língua falada, é apenas uma representação, pois nenhuma língua é capaz de reproduzir fielmente a língua falada.

MITO 6: “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”.

Muitas pessoas afirmam essa falácia, entre elas estão professores de português e compêndios gramaticais. Segundo Bagno (2007), se isso fosse verdade, todos os gramáticos seriam ótimos escritores e os escritores consagrados seriam exímios em funções gramaticais. Esse mito existe por causa da confusão entre *língua* e *gramática normativa*, confundindo o todo (língua) com a parte (gramática normativa).

A “propaganda enganosa” contida na afirmação que “é preciso saber gramática para falar e escrever bem” é percebida pelos alunos, mesmo que eles não consigam explicar porque isso ocorre; mas, conseqüentemente, gera a descredibilidade da disciplina entre eles.

De acordo com Bagno (2007, p.64), o linguista brasileiro Sírio Possenti afirma que as primeiras gramáticas gregas (as primeiras do ocidente) só foram elaboradas no século II a.C., sendo que tempos antes já existia uma literatura ampla e diversificada, como a *Ilíada* e a *Odisseia*. Ou seja, grandes obras reconhecidas até hoje foram escritas sem a ajuda de uma gramática.

Na verdade, com o passar dos anos, houve uma inversão de valores. As gramáticas foram criadas para descrever e estabelecer como “regras” as manifestações utilizadas espontaneamente pelos escritores, ou seja, a gramática normativa possuía uma relação de subordinação em relação à língua. Mas com o tempo, a gramática passou a ser, segundo Bagno (2007),

*Instrumento de poder e de controle*, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua “bonita”, “correta” e “pura” (BAGNO, 2007, p. 64).

Com isso, a língua se tornou subordinada à gramática e tudo o que está fora dela não é considerado língua portuguesa. Mas não é a gramática que estabelece a norma “cultura”. Na verdade, a norma “cultura” simplesmente existe e o que cabe à gramática é localizar os falantes cultos, coletar e descrever essa língua de forma simples e objetiva.

Portanto, não é a gramática que garantirá uma língua totalmente uniforme e homogênea, pois a língua é utilizada por seres humanos que não são idênticos e que estão em constante transformação.

MITO 7: “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”

Esse mito já é logo desmentido em sua origem. Professores de português afirmam que o domínio da norma padrão é um instrumento de ascensão social, mas se fosse assim, esses mesmos professores ocupariam o topo da pirâmide social, pois, hipoteticamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma culta. No entanto, todos sabem que os salários dessa classe são dos mais baixos no Brasil. Por outro lado, um fazendeiro com pouco estudo, muitas cabeças de gado e influência política pode utilizar sem receio a sua língua “caipira”, pois ninguém irá interrompê-lo devido ao seu grande poder financeiro.

De nada adianta o domínio da norma culta “a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto” (BAGNO, 2007, p. 70). O domínio da norma padrão não é uma fórmula mágica para resolver os problemas sociais de um indivíduo. É preciso garantir a todos os brasileiros o reconhecimento da variação linguística, e, além disso, “também garantir o acesso à educação em seu sentido amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade [...]” (BAGNO, 2007, p. 71).

Essa tão desejada ascensão social não depende apenas de um indivíduo que vai aprender a língua padrão, mas da transformação de uma sociedade que já possui em sua essência a desigualdade social.

## 2.6 O certo, o errado e o diferente: deficiência ou variação?

Neste item do trabalho, refletimos a respeito da temática “o certo, o errado e o diferente”, apoiados principalmente nas reflexões de Cagliari (2002), e de outros autores.

De início, é necessário afirmar que, segundo Cagliari,

A língua portuguesa, como qualquer outra língua, tem o certo e o errado somente em relação à sua estrutura. Com relação a seu uso pelas comunidades falantes, não existe o certo e o errado linguisticamente, mas o diferente (CAGLIARI, 2002, p. 35).

Com isso, na situação linguística em que um falante diz “carta longa escrevi uma” ao invés de “Eu escrevi uma longa carta” há um erro, pelo fato de o sistema linguístico não aceitar que as palavras se organizem dessa ordem. Assim, como é considerado um erro linguístico quando o falante diz “cavalo” para o referente que na realidade tem que ser chamado de “panela”.

Esses casos, conforme Cagliari (2002, p. 36), são erros linguísticos porque divergem do sistema da língua. No entanto, raramente, um falante nativo comete erros linguísticos, e quando, por ventura, isso acontece, o falante tenta se corrigir prontamente.

Todavia, a Língua Portuguesa, assim como qualquer outra língua, é um fenômeno social, um bem cultural de um povo, pertencente a todos os falantes dos vários níveis de estratificação social. Assim, “o português, como qualquer outra língua, é um fenômeno dinâmico, não estático, isto é, evolui com o passar do tempo” (CAGLIARI, 2002, p. 36).

Bortoni-Ricardo (2006) colabora com a presente discussão, afirmando que a sociedade chama de “erro” na fala das pessoas o que a Sociolinguística caracteriza como inadequação linguística à expectativa do ouvinte. Essas expectativas dependem das imagens que os interlocutores fazem uns dos outros, dos papéis sociais que desempenham e das normas e crenças vigorantes na comunidade de fala.

“O erro na língua falada não é um erro de transgressão de algum sistema de regras da língua, mas uma variedade linguística (mais prestigiada ou mais culta) existente em uma sociedade” (COELHO et alii., 2015, p. 27). Dessa forma, o dito “erro” nada mais é do que uma espécie de inadequação de uso.

Com diferentes usos da língua no tempo e nas mais diversas comunidades sociais, a língua passa a ter um conjunto de falares diferentes, com muitas semelhanças entre si, mas cada qual com a sua peculiaridade relacionada a alguns aspectos sociolinguísticos.

Essas discussões a respeito da heterogeneidade constitutiva das línguas não são levadas em consideração nas escolas. A variação linguística é vista como uma questão de gramática (como certo ou errado), conseqüentemente não é levada em consideração nas avaliações escolares.

A valorização indevida que se dá à escrita nas atividades de português nas escolas é outra interface da questão do certo, errado e diferente. É comumente disseminado nas escolas que a linguagem escrita é a correta, “que a linguagem escrita é por natureza lógica, clara, explícita, ao passo que a linguagem falada é, por natureza, mais confusa, incompleta, sem lógica etc” (CAGLIARI, 2002, p. 37).

Entretanto, sabemos que na verdade a fala e a escrita são dois usos diferentes, sendo que cada um possui as suas próprias características e suas próprias finalidades. A fala tem aspectos que a escrita não descreve, e a escrita tem aspectos que a fala não utiliza.

A partir das discussões que fizemos a respeito de conceitos e fatos linguísticos, da heterogeneidade linguística inerente à Língua Portuguesa, da relação entre variantes e sociedade, de variáveis linguísticas e extralinguísticas, da apresentação de mitos que geram

preconceito linguístico e de atitude linguística em relação ao certo, ao errado e ao diferente, apresentamos e analisamos no capítulo a seguir, de forma sucinta, opiniões de jornalistas, gramáticos e linguistas a respeito da polêmica gerada, em 2011, em torno do livro *Por uma vida melhor*.

### **CAPÍTULO III – PRECONCEITO LINGUÍSTICO E A POLÊMICA EM TORNO DO LIVRO DIDÁTICO “POR UMA VIDA MELHOR”**

No mês de maio de 2011, grande parte da mídia brasileira se empenhou em criticar o livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, Aprender* adotado pelo Ministério da Educação (MEC) em turmas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Foi criada uma polêmica nacional devido ao tratamento que o capítulo “Escrever é diferente de falar” destinava à variação linguística, como o próprio título já sugere.

A discussão em torno do livro promoveu embates entre linguistas e gramáticos; leigos e jornalistas também expressaram suas opiniões. A polêmica gerada em torno desse livro, juntamente com as opiniões a favor e contrárias disponibilizadas pela mídia, são o objeto de estudo do presente tópico.

O livro didático *Por uma vida melhor* é destinado ao Ensino de Jovens e Adultos, informação ignorada por muitos, pois segundo a Ação Educativa<sup>2</sup> (2011), órgão responsável pela construção da proposta pedagógica da obra, “é necessário levar em consideração a bagagem cultural do adulto para incentivá-lo a adquirir novos conhecimentos” (2011, p. 4). Portanto, a ideia inicial dos autores do livro é partir daquilo que o aluno já tem conhecimento, reconhecendo sua vivência e sua linguagem, pois, segundo Repulho (2011, p. 9)<sup>3</sup>, jovens e adultos dessa modalidade de ensino enfrentam problemas com a autoestima devido à defasagem da idade/série e também possuem a necessidade de dividir tempo e dedicação entre escola, trabalho e família.

No capítulo “Escrever é diferente de falar”, escrito por Heloísa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto (três professores de língua portuguesa, autores de livros didáticos e estudiosos do tema variação linguística), está presente o conteúdo polêmico. Alguns fragmentos do livro foram rechaçados até o esgotamento e outros de suma importância foram desconsiderados, sendo que tais trechos importantes complementam os trechos em discussão.

Basicamente, a mídia criticou apenas uma página do capítulo que trata da variação linguística<sup>4</sup>. Nessa página, há a explicação de que a concordância nominal e verbal nas

---

<sup>2</sup> ONG responsável pelo livro, que há 16 anos promove debates e atua em projeto de melhoria da educação e políticas para a juventude

<sup>3</sup> Dirigente Municipal de Educação de São Bernardo do Campo/SP em artigo publicado no dossiê *Por uma vida melhor: intelectuais e educadores falam sobre o livro* organizado pela Ação Educativa.

<sup>4</sup> Uma cópia desta página está disponível nos Anexos deste trabalho (Anexo 1, página 73).

variantes ditas populares é diferente da variante padrão da Língua Portuguesa. É o seguinte fragmento do livro que aborda a questão da concordância verbal:

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:  
 Nós pega o peixe.  
 nós - 1ª pessoa, plural  
 pega - 3ª pessoa, singular  
 Os menino pega o peixe.  
 menino - 3ª pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)  
 pega - 3ª pessoa, singular (p. 16 ).

E ainda o fragmento que explica a concordância nominal: “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado. Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar ‘os livro?’.’ Claro que pode”. E os autores do livro ainda chamam a atenção do aluno para o seguinte fato:

Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião (p. 15).

Muito se comentou também a respeito do trecho que segue:

É importante saber o seguinte: as duas variantes [norma culta e popular] são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros (p. 12) .

Podemos perceber que em nenhum momento o livro disse “barbaridades”, o material didático apenas descreve fatos corriqueiros inerentes às variantes não-padrão da Língua Portuguesa.

Criticaram muito os trechos mencionados acima, mas não se destinou a devida atenção a essência do conteúdo debatido. Como, por exemplo, a afirmação óbvia das diferenças que há entre língua falada e língua escrita (objetivo do capítulo em questão); ou a declaração clara de que há distinções entre as variantes da Língua Portuguesa e cada uma segue a sua gramática; também a alegação de que a fala e a escrita apresentam níveis diferentes, pois o falantes se enganam quando acreditam que falam da mesma forma que escrevem ou falam da mesma maneira em todas as situações de comunicação; e, por fim, o livro afirma que é necessário tomar conhecimento das diversas variedades da língua e, em nenhum momento,

presa-se o ensino da norma não-padrão da Língua Portuguesa em detrimento da norma dita “cultura”.

Na verdade, o livro didático em questão esclarece ao aluno que ele, como falante, pode fazer uso das duas formas, mas que cada variante deve ser utilizada em situações que o seu uso é adequado, ou seja, o falante deve adequar o seu repertório linguístico de acordo com a situação da interação linguística. Daí a importância de o aluno ter conhecimento das possibilidades que a língua lhe oferece, pois lhe fornece escolhas e cabe a ele adequar-se linguisticamente conforme a ocasião.

De acordo com a Ação Educativa (2011, p.4), os autores do livro não se negam a ensinar a norma padrão, pelo contrário, a linguagem formal é ensinada em todo o livro, inclusive no trecho em questão. Na verdade, o capítulo do livro se volta para as diferenças entre as variantes padrão e não-padrão, e não faz apologia ao “erro”, como muitos puristas afirmaram. Por isso, é descabível a “afirmação de que o livro ‘contém erros gramaticais’, ou ainda que ‘ensina a falar e escrever errado’” (AÇÃO EDUCATIVA, 2011, p.4).

O livro *Por uma vida melhor*, distribuído para 4.236 escolas, como afirma a Ação Educativa (2011), pertence ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>5</sup> e está totalmente de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Língua Portuguesa, publicados em 1997.

### 3.1 A ideia estigmatizada

Muitas revistas, programa de televisão, artigos da *Internet* e jornais impressos e televisivos discutiram a polêmica gerada em torno do livro analisado neste trabalho. No entanto, em sua maioria, a imprensa se posicionou contrária à adoção desse livro nas escolas, impulsionada pelo mito que afirma que a língua portuguesa é homogênea.

Várias dessas mídias cederam espaços para que gramáticos e puristas expusessem as suas opiniões sobre o assunto. Uma delas é a *Revista Veja* (2011), uma das instituições que mais destinou espaço para a condenação do livro em questão, publicando em três edições seguidas (25/ 05/ 2011, 01/ 06/ 2011 e 08/ 06/ 2011) artigos, entrevistas e cartas ao leitor abordando o tema. Por isso, devido a sua grande circulação e importância dada pelos brasileiros, expomos e analisamos textos que envolvem a polêmica, circulados por essa revista.

---

<sup>5</sup> Por meio do PNLD, desde 1996, o Ministério da Educação avalia, compra e distribui obras destinadas a diferentes matérias do ensino fundamental.

Na edição de 25 de maio de 2011 da referida revista, a escritora Lya Luft, em seu artigo *Chancela para a ignorância*<sup>6</sup>, opina contrariamente ao livro, afirmando que tal livro “promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar” (LUFT, 2011, p. 26).

Também alega que considera a adoção do material didático como um “[...] coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua e de algum laivo ideológico torto [...]” (idem), mostrando-se avessa aos ideais da variação linguística.

Mas, por outro lado, a autora demonstra conhecimento a respeito da variação estilística, competência que o falante deve desenvolver e que é trabalhada no livro *Por uma vida melhor*, como no trecho a seguir:

Não vamos de cueca ao cinema, não entramos de camisola no avião. Da mesma forma, não escrevemos um trabalho escolar com a linguagem válida nos torpedos ou na internet. Essa variedade se chama adequação, é essencial, é natural e enriquece a língua (LUFT, 2011, p. 26).

No entanto, Luft (2011) acredita que o conteúdo do livro ignora a presença de uma norma-padrão e dá mais importância à norma não-padrão.

Para defender essa ideia, a autora afirma que

[...] querer que a escola ignore que existe uma língua-padrão, que todos temos o direito de conhecer, é nivelar por baixo, como se o menos informado fosse incapaz. É mais uma vez discriminar quem não pode desenvolver plenamente as suas capacidades (LUFT, 2011, p. 26).

E, por fim, ainda alega que isso tornará a escola “dispensável” com o tempo, “pois se ela não deve colocar à nossa disposição o melhor conhecimento em todos os campos, como direito de todos, poderá ser fechada sem maiores problemas” (idem).

Na mesma edição da *Revista Veja* em que foi publicado o artigo de Luft, Renata Betti e Roberta de Abreu Lima se pronunciaram ferrenhamente contra a adoção do livro didático no artigo intitulado como *Os adversários do bom português*<sup>7</sup>, em que fazem duras críticas aos linguistas e até ao MEC.

Logo de início, tem-se o subtítulo: “Doutrinar crianças com a tese absurda de que não existe certo ou errado no uso da língua é afastá-las do que elas mais precisam para ascender na vida” (BETTI; LIMA, 2011, p.86). Nesse pequeno trecho já há pelo menos três equívocos. O primeiro é que as autoras, como muitos outros, ignoraram a informação de que esse livro não é destinado a crianças, apelando para o lado emocional, mas sim, à Educação de Jovens e

<sup>6</sup> O texto encontra-se disponível nos Anexos deste trabalho.

<sup>7</sup> Consta nos Anexos.



Adultos (EJA). Essa informação é muito importante, pois o livro parte do pressuposto de que os falantes que não dominam a norma padrão, mas sim a variante popular, precisam partir desta última para chegar ao conhecimento da primeira. Então, é necessário que o ensino, principalmente nessa modalidade, aproxime-se da realidade linguística do aluno e, a partir disso, comece a apresentar a norma padrão da língua e o seu potencial linguístico como falante. E essa proposta é cumprida pela obra analisada.

Mas mesmo na educação infantil, muitos livros didáticos abordam temas que envolvem a variação linguística, pois os PCN (1997) afirmam a necessidade de admitir o caráter heterogêneo da Língua Portuguesa para evitar, justamente o que se vem discutindo neste trabalho, o preconceito linguístico contra as variantes normalmente desprestigiadas.

O segundo equívoco procede da afirmação da existência de “certo” e “errado” na Língua Portuguesa, alimentando, assim, o mito de a língua ser homogênea e que apenas a norma padrão exerce com excelência a comunicação entre os falantes, desprezando toda variante que não seja essa.

O terceiro equívoco cometido é a reafirmação do mito de que o domínio da norma “cultura” é um instrumento de ascensão social. Como já discutimos anteriormente, o conhecimento da norma padrão ajuda o falante a ter essa “ascensão social”, na medida em que os concursos públicos, processos seletivos e vestibulares, por exemplo, levam em conta apenas a norma prestigiada, na maioria das vezes.

Mas esse conhecimento da norma padrão não é uma fórmula mágica. Há vários outros elementos necessários para um cidadão “ascender na vida”, como o acesso a uma educação em seu sentido amplo, à moradia e ao transporte de boa qualidade. Ou seja, a ascensão social tão desejada não advém exclusivamente do domínio da norma padrão, mas da transformação dessa sociedade que possui como realidade a desigualdade social. No artigo, as autoras afirmam que a adoção do livro didático *Por uma vida melhor* é “certamente um desserviço aos jovens de uma nação de iletrados sedenta de conhecimentos” (BETTI; LIMA, 2011, p. 86). Mas Betti e Lima não reconhecem que recusar a existência da ampla variação linguística na Língua Portuguesa é negar ao aluno o conhecimento da verdadeira essência de sua própria língua e também da sua capacidade linguística. Isso também é omitir conhecimento.

As autoras também criticam o MEC pelo fato desse órgão, mesmo com toda a polêmica gerada, não retirar o livro didático de circulação como confirma o trecho a seguir: “Mas as autoridades já estão cientes desse desastre e cuidam de reverter seus efeitos, certo? Errado. A ignorância prospera sob a chancela oficial” (BETTI; LIMA, 2011, p.86).

Em seu artigo, as autoras atacam o termo *preconceito linguístico* utilizado pelo livro *Por uma vida melhor*, com seguinte citação: “Para esse grupo, chamar a atenção do aluno que infringe tais regras – papel fundamental de um bom professor – é ‘preconceito linguístico’” (BETTI; LIMA, 2011, p.86). Essa afirmação é oriunda de uma interpretação equivocada, pois em seu conteúdo, ao destacar a capacidade do falante de se adequar linguisticamente perante várias situações de comunicação, o livro alerta o aluno que se usada a variante linguística inadequada para uma determinada situação, ele poderá sofrer algum tipo de represália (ou preconceito linguístico). Assim, a obra reafirma a necessidade do domínio e conhecimento não apenas da variante com que o aluno chega à escola (a não-padrão), mas também da variedade padrão da língua.

Por fim, no decorrer de todo o artigo, as autoras usam denominações irônicas e desrespeitosas para se referir ao linguistas ou a corrente sociolinguista, como, por exemplo, “falsos intelectuais”, “motor ideológico do obscurantismo”, “desvarios”, “ortodoxia”, “talibãs da linguística”, “talibãs acadêmicos”, “preguiça mental desses doutores do atraso”, “lixo acadêmico travestido de vanguarda cultural”, entre outras ofensas

Na edição de 01 junho de 2011, a *Revista Veja* publicou uma entrevista denominada “Em defesa da gramática”, concedida a uma das autoras do artigo analisado anteriormente, Roberta de Abreu Lima, feita com Evanildo Bechara, doutor em Letras, escritor e um dos gramáticos tradicionalistas mais renomados do Brasil.

Bechara (2011) se pronunciou contra a adoção do livro didático e avesso às teorias da Sociolinguística, como se pode provar nesse trecho: “alguns de meus colegas subvertem a lógica em nome de uma doutrina que só serve para tirar das crianças e jovens a chance de ascender socialmente” (BECHARA, 2011, p. 21). Como em muitos outros artigos publicados, inclusive o texto analisado anteriormente, Bechara defende o ensino da norma padrão como um fator que tem como consequência a ascensão social. Mas tal afirmação já foi desconstruída pela da mitologia do preconceito linguístico.

Para o entrevistado, a defesa feita a esse livro é equivocada, pois, segundo ele, os defensores “estão confundindo um problema de ordem pedagógica, que diz respeito às escolas, com uma velha discussão teórica da sociolinguística, que reconhece e valoriza o linguajar popular” (BECHARA, 2011, p. 21). E ainda afirma que todos concordam que a variedade não-padrão também pode ser considerada uma forma de expressão, “só que é preciso que se reconheça que a língua culta reúne infinitamente mais qualidades e valores” (idem).

Na verdade, a norma padrão possui mais valor do que a não-padrão porque a própria sociedade lhe atribuiu tal adjetivo, no entanto, ambas possuem “qualidades” que são inerentes a qualquer variante linguística, em desacordo com a opinião de Bechara.

Ao ser questionado a respeito da afirmação, defendida pelos sociolinguistas, que a norma “cultura” é um instrumento de dominação das elites, Bechara afirma que “isso não passa de uma ortodoxia política” (2011, p. 24) e assemelha os linguistas a uma corrente de comunistas russos de Josef Stalin (1879-1953) que queriam estabelecer algo como “a nova língua do partido”, mas essa proposta foi negada por Stalin. Porém, o gramático entrevistado não percebeu que são duas situações totalmente distintas. A proposta do livro didático não é “desvalorizar o bom português”, como Bechara mesmo afirma na entrevista, e nem quer implantar um idioma totalmente desconhecido pelos brasileiros, mas, na realidade, a intenção do material didático é conscientizar o aluno da natureza heterogênea que a Língua Portuguesa possui. Com isso, o alunado reconhecerá a sua variante linguística como uma possibilidade e tomará conhecimento também da tão valorizada norma padrão.

Bechara alega que a Sociolinguística surgiu no país em uma época de ditadura militar, na década de 60, que possuía o lema “é proibido proibir”, contestando qualquer tipo de norma ou autoridade. Daí o seu caráter “revolucionário”. Para ele, “as teorias sociolinguísticas jamais deveriam ter deixado as fronteiras da academia” (BECHARA, 2011, p.24) e ainda diz que “nas escolas, elas só reduzem as chances de os estudantes aprenderem o bom português” (idem).

Em resposta à questão “esse tipo de debate é levado a sério em algum outro país?”, Bechara pondera “que nenhum país desenvolvido prega a desvalorização da norma culta na sala de aula ou inclui esse tipo de ideia nos livros didáticos” (BECHARA, 2011, p. 24). Outros países provavelmente não adotam tal conduta, pois a realidade de ensino da língua materna no Brasil é distinta da deles, já que aqui se ensina na escola regras que não fazem sentido a quase nenhum falante, adotando ainda certa herança lusitana.

A entrevistadora Roberta de Abreu Lima afirma que os brasileiros falam e escrevem muito mal. Bechara garante que causa da falta de “domínio” do idioma é resultado de uma educação de má qualidade, principalmente ligada à formação profissional dos professores. Nessa resposta, o entrevistado tem certa razão, pois a educação brasileira está defasada e necessita passar por uma transformação.

Contudo, no caso do ensino da Língua Portuguesa, além de reafirmar constantemente o mito de que os brasileiros não sabem português, não se leva em consideração, como já afirmamos repetidas vezes, a essência heterogênea da língua e, ainda, não se estuda a

verdadeira realidade da norma, mas o ensino da língua fica preso a uma realidade lusitana que não cabe mais no Brasil.

Em meio a tanta desvalorização do livro *Por uma vida melhor*, a sociedade também se posicionou contrária, como podemos perceber nas cartas dos leitores destinadas a um espaço reservado da *Revista Veja*, na edição de 08 de junho de 2011, em resposta à entrevista de Evanildo Bechara. Serão transcritos dois trechos das opiniões dos leitores para que se possa observar seus posicionamentos.

Benjamim Batista, presidente da Academia de Cultura da Bahia julga como “louvável a entrevista com renomado gramático pernambucano Evanildo Bechara (1º de junho) Estimular o conhecimento e a aplicação da norma culta é imprescindível para abrir portas a quem necessite ascender cultural e socialmente”<sup>8</sup>.

E, ainda, o leitor Luís Andreoli afirma que “o respeitoso Evanildo Bechara nos faz acompanhar, angustiados, a escuridão na qual o Brasil está mergulhado. É o fim previsto, não do mundo, mas da imoralidade?”<sup>9</sup>.

Infelizmente, os grandes veículos de informação pouco ou nada cederam espaço para que os sociolinguistas expusessem suas opiniões a respeito da polêmica e do conteúdo do livro didático. Contudo, é possível encontrar relatos desses linguistas em artigos e entrevistas publicadas via *Internet*.

### 3.2 O conteúdo prestigiado

Linguistas e associações de linguística brasileiras se colocaram em defesa ao livro. A organização Ação Educativa (2011) publicou via *Internet* um dossiê denominado *Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro*, que reúne opinião de vários especialistas em linguística, e algumas dessas opiniões apresentamos a seguir.

Para a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), o grande incômodo gerado com a relativização do uso da norma culta feita pelo livro *Por uma vida melhor* e também com a substituição da concepção de “certo e errado” por “adequado e inadequado”, desconstruindo a noção de língua homogênea, “retrata a incompreensão da imprensa e população em relação ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem” (ALAB, 2011, p.5).

<sup>8</sup> Carta ao leitor da *Revista Veja*, n. 23, p. 42, 8 de jun., 2011.

<sup>9</sup> Carta ao leitor da *Revista Veja*, n. 23, p. 42, 8 de jun., 2011.

Ainda afirma que a imprensa e a população continuam a interpretar de forma deturpada a proposta de ensino defendida nos PCN e transposta didaticamente nas obras aprovadas pelo PNLND, mesmo depois de uma década da implantação das duas instituições. “Tal deturpação ressalta um problema sério de leitura, muito provavelmente decorrente da prática cristalizada historicamente de se ensinar a gramática pela gramática, de forma abstrata e não situada” (ALAB, 2011, p.5).

Então, ao contextualizar as frases soltas condenadas pela mídia em seu contexto real, percebe-se que não há razão para a polêmica criada pelos preocupados em garantir o ensino da norma “cultura”, pois “fica clara a intenção dos autores de mostrar que precisamos adequar a linguagem e optar pela variante mais adequada à situação de comunicação” (ALAB, 2011, p.5). E se os “erros” em questão forem interpretados e explorados de forma consciente em sala de aula, eles contribuirão “para o desenvolvimento da consciência linguística, mostrando que apesar de todas as variedades serem aceitáveis, o domínio da norma culta é fundamental para efetiva participação nas atividades sociais de mais prestígio” (idem).

Por fim, a ALAB (2011) “expressa seu repúdio à atitude autoritária e uníssona de vários veículos da imprensa em relação à concepção deturpada de ‘erro’” (2011, p.5) e convida “seus membros a se posicionarem de forma mais efetiva e veemente sobre as questões relacionadas ao ensino de línguas e políticas linguísticas, construindo leituras mais situadas, persuasivas e plurilíngues” (ALAB, 2011, p.5).

Já a presidente da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Maria José Foltran<sup>10</sup>, também sentiu a necessidade de ir a público e manifestar-se a respeito da polêmica, pois, segundo ela, os linguistas tinham sido pouco ouvidos até o momento, e ainda demonstrou a sua indignação por eles não terem sido os primeiros consultados a respeito do assunto.

Segundo a professora, “os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente. As críticas se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas largamente citadas” (FOLTRAN, 2011, p.7). Além disso, Foltran (2001) relembra que o livro acata orientações dos PCN em relação à concepção de língua/linguagem, orientações essas que há muito tempo já são seguidas por muitos livros didáticos.

Então, segundo Foltran (2001), em nenhum momento se teve a intenção de defender o não-ensino da norma padrão nas escolas, mas, pelo contrário, entende-se que o papel das instituições de ensino é garantir o domínio da norma culta para o acesso efetivo aos bens

---

<sup>10</sup> Professora do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná, com doutorado em Linguística pela USP.

culturais: “esta é a única razão que justifica a existência de uma disciplina que ensine língua portuguesa a falantes nativos de português” (FOLTRAN, 2011, p.7).

A presidente da ABRALIN também ressalta que o trabalho investigativo dos linguistas permitiu que eles elaborassem constatações que constituem hoje material essencial para a descrição e explicação de qualquer língua humana. Entre essas constatações estão os fatos de que as línguas mudam com o tempo (isso não significa que mudam para pior ou para melhor; elas simplesmente mudam) e que toda e qualquer língua varia num mesmo tempo<sup>11</sup>.

Segundo Foltran (2011) “independentemente da questão didático-pedagógica, a linguística demonstra que não há nenhum caos linguístico (há sempre regras reguladoras desses usos), que nenhuma língua já foi ou pode ser ‘corrompida’ ou ‘assassinada’” (FOLTRAN, 2011, p. 8) e que “independentemente da variedade que usa, qualquer falante fala segundo regras gramaticais estritas” (idem). Assim, a concordância “errada” “os livro”, utilizada no livro didático em questão, segue as regras de concordância nominal da variante não-padrão da Língua Portuguesa, em que não se tem a marca redundante de plural (marca-se pluralmente apenas o determinante), ao invés de utilizar “os livros”, de acordo com a norma padrão. “Mas certamente nunca se ouviu dizer ‘o livros’” (FOLTRAN, 2011, p.8), que finaliza ressaltando:

O uso de formas linguísticas de menor prestígio não é indício de ignorância ou de qualquer outro atributo que queiramos impingir aos que falam desse ou daquele modo. A ignorância não está ligada às formas de falar ou ao nível de letramento (FOLTRAN, 2011, p.8).

Para o colunista e professor de Língua Portuguesa Pasquale Cipro Neto (2011) é inadequado afirmar que o livro ensina errado, e ainda afirma que “a linguística não discute como deve ser [a língua]; discute como é, como funciona. O que parece cabível discutir é se princípios de linguística devem ser abordados num livro que não se destina a alunos de letras, em que a linguística é disciplina essencial” (CIPRO NETO, 2011, p.12).

Já para o sociolinguista Marcos Bagno (2011), “a discussão em torno do livro didático ‘Por uma vida melhor’ nos revela, para começar, a patente ignorância que impera nos nossos meios de comunicação a respeito de língua e de ensino de língua” (BAGNO, 2011, p.13), pois ignoram que o tratamento da variação linguística está presente no currículo educacional há mais de dez anos. Também alega que muitos críticos nem tiveram acesso ao conteúdo completo do livro ou apenas só ouviram falar da polêmica e se sentiram no direito de julgar o

---

<sup>11</sup> Para uma discussão mais detalhada, indica-se a seguinte bibliografia: FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

material inspirados “única e exclusivamente em suas crenças e superstições sobre o que é uma língua e o que significa ensiná-la” (BAGNO, 2011, p.13).

A afirmação de que o livro, segundo Bagno (2011), “ensina a falar errado” é falsa. Na verdade “o livro apenas quer fazer o trabalho honesto de apresentar a seus usuários a realidade do português brasileiro em suas múltiplas variedades” (BAGNO, 2011, p.13) e mostrar aos alunos do EJA “que seu próprio modo de falar não é absurdo nem ilógico, mas tem uma gramática própria, segue regras tão racionais quanto as que vêm codificadas pela tradição normativa” (idem).

Como os críticos não tiveram e nem fizeram questão de ter acesso ao conteúdo íntegro do capítulo “Escrever é diferente de falar”, Sírio Possenti (2011) faz questão de analisar as três passagens que causaram a reação da mídia. A primeira questão refere-se ao conceito de regra: “quem acha que gramática quer dizer gramática normativa toma o conceito de regra como lei e o de lei como ordem” (POSSENTI, 2011, p.15), ou seja, só há uma forma de escrever/falar e todas as outras formas estão erradas. Mas o conceito de regra/lei para a linguística refere-se a outro sentido: o de regularidade. Portanto, o livro aborda uma gramática descritiva, e como o próprio nome já diz, descreve fatos que são normais (regulares) no uso da língua.

Para Possenti (2011), “outro problema foi responder ‘pode’ à pergunta se se pode dizer ‘os livro’. ‘Pode’ significa possibilidade (pode chover), mas também autorização (pode comer buchada). No livro, ‘pode’ está entre possibilidade e autorização” (POSSENTI, 2011, p.15). Foi tal interpretação que gerou polêmica. E ainda muitos comentaristas decodificaram “pode” como “deve”, e com isso alegaram que o livro ensina errado e despreza a norma padrão. A terceira passagem polêmica analisada por Possenti (2011) refere-se a:

A advertência de que quem diz **os livro** pode ser vítima de preconceito. Achou-se que não há preconceito linguístico. Mas a celeuma mostra que há, e está vivíssimo. Uma prova foi a associação da variedade popular ao risco do fim da comunicação” (POSSENTI, 2011, p.15, grifos nossos).

O linguista Carlos Alberto Faraco (2011, p. 21) também assegura que a polêmica gerada em torno do livro não tem qualquer fundamento. Para ele, o que houve na verdade foi erro de interpretação e falta de análise criteriosa do material.

Segundo o autor, o livro segue o que o bom senso e a boa pedagogia da língua recomendam, abordando as diferenças significativas existentes entre as variedades ditas populares e as variedades ditas cultas. Pois, segundo Faraco (2011, p. 21), os linguistas

defendem que o ensino de português condicione o aluno ao domínio das variedades “cultas”, pelas quais o mundo da cultura letrada se expressa.

Faraco (2011) ainda julga como:

Indispensável informar os alunos sobre o quadro da variação linguística existente no nosso país e, a partir da comparação das variedades, mostrar-lhes os pontos críticos que as diferenciam e chamar sua atenção para os efeitos sociais corrosivos de algumas dessas diferenças (o preconceito linguístico – tão arraigado ainda na nossa sociedade e que redundava em atitudes de intolerância, humilhação, exclusão e violência simbólica com base na variedade linguística que se fala). Por fim, é preciso destacar a importância de conhecer essa realidade tanto para dominar as variedades cultas, quanto para participar da luta contra o preconceito linguístico (FARACO, 2011, p. 21).

Para finalizar, Faraco (2011) alega que o desmascaramento da cara linguística do Brasil tem incomodado profundamente alguns intelectuais: “a complexidade parece que lhes tira o ar e o chão. Preferem, então, apegar-se dogmática e raivosamente à simplicidade dos juízos absolutos do certo e do errado” (FARACO, 2011, p.21). Pode-se perceber essa atitude perante as críticas e comentários feitos contra o livro didático *Por uma vida melhor*.

### 3.3 Explicando o nosso ponto de vista

Podemos perceber, pela análise de diversos documentos, entre eles reportagens, cartas, artigos, etc., que grande parte da sociedade se nega a admitir ou ao menos tomar conhecimento da existência da variação linguística. Isso reforça o mito que se refere à homogeneidade ilusória da Língua Portuguesa e ainda sustenta outros: os brasileiros não sabem português; o português é muito difícil; deve-se falar como se escreve; é preciso saber gramática para falar e escrever bem e, principalmente, o mito que afirma que o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

As manifestações contrárias ao livro didático evidenciaram o preconceito linguístico existente na sociedade brasileira. Tais opiniões foram tão fortemente marcadas que os próprios termos utilizados por seus autores, ao se referirem aos combatentes do preconceito, falam por si: “falsos intelectuais”, “motor ideológico do obscurantismo”, “desvarios”, “ortodoxia”, “talibãs da linguística”, “talibãs acadêmicos”, “preguiça mental desses doutores do atraso”, “lixo acadêmico travestido de vanguarda cultural”.

Diante disso, percebemos o total desrespeito que algumas pessoas demonstram não apenas diante dos linguistas, mas também diante de questões linguísticas das quais não têm



conhecimento teórico e nem se interessam em ter. Tal desinteresse fica comprovado na falta de abertura de espaço para que os sociolinguistas expusessem sua visão sobre o assunto.

Frente a uma polêmica como essa, a mídia deveria tratar com igualdade os que criticam e os que são criticados, não tomando parte antes de ter conhecimento dos argumentos de todos os envolvidos. Em extremo, esse comportamento pode ser comparado a um julgamento sem defesa: os acusados não tendo o direito de se defender e provar aos jurados (população) que têm suas razões, sendo condenados injustamente.

O livro didático *Por uma vida melhor* serviu de palco para uma disputa entre gramáticos e sociolinguistas, que quase sempre divergem em relação a conceitos voltados para a língua e também ao ensino da língua.

A intenção do livro, na realidade, era de proporcionar aos alunos da classe de aceleração Educação de Jovens e Adultos (EJA) um conhecimento mais profundo de sua língua: a noção da heterogeneidade linguística da Língua Portuguesa e de seu potencial linguístico como falante, tudo isso em total consonância com os preceitos dos órgãos que controlam o ensino no Brasil. Omitir essas informações é privar os alunos do conhecimento real de sua língua.

Observamos, ainda, que o capítulo “Escrever é diferente de falar”, que gerou tantas discussões, intenciona, na verdade, esclarecer as distinções que há entre língua falada e língua escrita. Afirmando que a língua escrita não representa a fala, e a fala é diferente da escrita, pelo fato de ser espontânea e menos planejada. Além do fato de língua falada e a língua escrita terem usos diferentes, cada uma possui as finalidades e características. A escrita, por exemplo, apresenta aspectos que a fala não utiliza, assim, como a fala tem aspectos que a escrita não descreve.

Essas diferenças entre escrita e fala, podemos perceber não só na fala de falantes de baixa renda e baixa escolarização, mas também na voz de letrados e doutores, consideradas como fenômenos pan-brasileiros (fenômenos que ocorrem em todo o Brasil), como: a redução de “e” a “i” e de “o” a “u”, tais como em: escola/*iscola*; campo/*campu*; em sílabas pré-tônicas e pós-tônicas; a eliminação do “R” final, usa-se “*canta*” ao invés de “cantar”; a desnasalização do m, tal como em homem//*homi*; a redução das proparoxítonas, como em cócega/*cosca*.

Dessa forma, discordamos do gramático Pasquale Cipro Neto (2011) quando postula que os autores do livro não deveriam abordar “princípios de linguística em um livro que não se destina a alunos de letras, em que a linguística é disciplina essencial” (CIPRO NETO, 2011, p.12).

E entendemos que a pesquisa acadêmica precisa sim ultrapassar os muros da universidade, contrariando as afirmações do gramático Evanildo Bechara, e devem chegar à população em forma de benefícios, e não de teoria. Pois o próprio MEC em seu Inciso 15 das Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa, postula, “Cabe às Faculdades de Letras a efetivação de investigações aprofundadas sobre a realidade linguística do Brasil, seja na forma falada popular ou culta, seja na forma escrita não apenas literária” (SILVA, 2004).

Assim, bastaria que os autores esclarecessem aos alunos as questões de variação linguística, mostrando as possibilidades oferecidas pela língua, todas igualmente valiosas, sem a utilização do termo “preconceito linguístico”.

Enfim, uma “celeuma” desnecessária, retomando o termo de Possenti, que na verdade traz à luz o quanto é importante discutir sobre o assunto para que o preconceito evidenciado possa ser desconstruído.

No próximo capítulo, exporemos o que pensam as professoras de Língua Portuguesa da Educação Básica de Dourados/MS sobre variação linguística a partir de um questionário abordando essa temática.

## **CAPÍTULO IV – O QUE PENSAM PROFESSORAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DOURADOS SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Após as discussões realizadas anteriormente, neste capítulo, apresentamos as respostas das professoras de língua portuguesa da educação básica de Dourados/MS ao questionário estruturado de questões sobre variação linguística e ensino do português. Com isso, o questionário<sup>12</sup> aplicado nesse estudo visa investigar como os professores atuantes na educação básica da cidade de Dourados/MS abordam a variação linguística em sala de aula; e averiguar a opinião das professoras entrevistadas a respeito da norma padrão e da variação linguística no ensino da Língua Portuguesa.

No Brasil, de acordo com estatísticas oficiais do Ministério da Educação, 85% dos docentes de Língua Portuguesa são do sexo feminino (BAGNO, 2007). Por esse motivo, o questionário foi realizado apenas com professoras, pois não tivemos contato com professores do sexo masculino nas escolas em que realizamos a pesquisa.

O questionário foi aplicado em quatro escolas que ofertam ensino fundamental e ensino médio, na cidade de Dourados/MS. As escolas foram selecionadas de acordo com a sua localidade, perfil socioeconômico, se pública ou particular, e de acordo com o enquadramento social de os alunos atendidos.

Uma das escolas (a que nos referimos como “Escola 1”) está localizada na periferia da cidade, oferecendo o ensino fundamental, e atende alunos carentes da região. A segunda escola (a “Escola 2”) está localizada em um bairro periférico mais populoso, ofertando o ensino fundamental e ensino médio para alunos de baixa renda.

Já a terceira instituição (a “Escola 3”) está localizada em uma área central da cidade, com a oferta do ensino fundamental e médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou seja, a escola atende alunos adultos que, em sua maioria, já estão inseridos no mercado de trabalho. A Escola 4 é uma escola particular e está localizada na região central da cidade de Dourados. Esta instituição atende alunos com maior poder aquisitivo.

O questionário foi respondido por nove professoras de Língua Portuguesa. Devido ao fato de essa pesquisa ser de cunho qualitativo e de que não temos como objetivo principal analisarmos fenômenos linguísticos nos discursos dessas professoras, o questionário foi respondido virtualmente via *e-mail*. Consideramos esse procedimento mais prático, pois, pelo

---

<sup>12</sup> Os questionários respondidos estão na íntegra nos anexos desse trabalho.

fato de as professoras sempre estarem em intenso ritmo de trabalho, elas apresentaram certa resistência para realizarmos encontros presenciais.

Para resguardar a identidade das participantes dessa pesquisa, decidimos referir-nos a elas de forma genérica, como: “Professora A”, “Professora B” e assim por diante. Dessa forma, evitamos qualquer possível constrangimento por parte das docentes e também por parte das escolas em que elas lecionam.

Na Escola 1, duas professoras responderam o questionário : a Professora A tem 47 anos de idade e leciona há 20 anos a disciplina de Língua Portuguesa; a Professora B tem 25 anos de idade e atua como professora há dois anos. Essa disparidade de idade dessas professoras e, conseqüentemente, a diferença de tempo de formação são fatores bastante relevantes para a análise.

Devido à dificuldade de comunicação com a coordenação da instituição, aplicamos apenas um questionário na Escola 2. Referir-nos-emos à professora participante como Professora C. Essa professora tem 34 anos e leciona há 3 anos, tanto Língua Portuguesa como Língua Inglesa.

Já na Escola 3, aplicamos quatro questionários: com a Professora D, que tem 29 anos de idade e leciona aulas de Língua Portuguesa e Literatura por 7 anos; com a Professora E, que tem 30 anos de idade e exerce a profissão há 5 anos; com a Professora F, com 45 anos de idade e 20 anos lecionando português; e a Professora G com 36 anos idade e 3 anos lecionando a disciplina de Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Infelizmente, com a Professora E, realizamos apenas o questionário piloto, pois não conseguimos contatá-la novamente para aplicarmos o questionário definitivo, pelo fato de essa profissional ter entrado em licença gestante. Apesar disso, decidimos refletir sobre as respostas já recolhidas porque as consideramos relevantes para uma pesquisa de natureza qualitativa como esta. Dessa forma, essa docente respondeu quatro questões, ao invés de seis, como as demais professoras.

Na Escola 4, aplicamos o questionário com a Professora J, que tem 27 anos de idade e leciona português há 4 anos, e com Professora K, com 38 anos de idade, que leciona há 14 anos, desde que se formou em 2002.

Após a apresentação dos perfis das participantes desta pesquisa, no próximo tópico, apresentamos cada uma das respostas das professoras.

#### 4.1. Descrição e análise das respostas das professoras de Língua Portuguesa da Educação Básica de Dourados/MS ao questionário aplicado

Neste tópico do trabalho, apresentamos os questionários respondidos por 9 professoras voluntárias que lecionam nas escolas selecionadas para essa pesquisa. O questionário é composto por 6 perguntas dissertativas, que visam recolher opiniões das docentes no que concerne à variação linguística presente na Língua Portuguesa, ao tratamento dos fenômenos linguísticos em sala de aula, e ao que diz respeito ao ensino da norma padrão.

Com a pergunta número 1 (“Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?”) detectamos quais das professoras tiveram a formação sociolinguística na graduação. Duas das professoras questionadas não tiveram essa formação específica: a Professora A e a Professora D. Por outro lado, as outras sete professoras afirmaram ter tido a disciplina em questão.

Através da pergunta número 2, que versa “Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?”, podemos realizar reflexões importantes a respeito da temática. Para a professora A, a norma padrão deve ser ensinada para se ter um parâmetro na língua, para que todos se entendam, e ainda afirma que o aluno vai para escola para aprendê-la. A professora A complementa afirmando que

Quem usa a norma culta tem maior prestígio social, isto é, é mais bem visto na sociedade. Está certo que mesmo não dominando muito da norma culta, as pessoas conseguem se comunicar e o maior objetivo da língua é a comunicação, mas não é só isso, junto com a comunicação conhecemos as pessoas. Quando falam, elas mostram seu poder aquisitivo, seu nível social, seu caráter etc. (Professora A).

Com essa afirmação, a docente reafirma o mito de que “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”, explicado anteriormente.

Por outro lado, a Professora B, demonstrando um posicionamento sociolinguístico, acredita que a norma padrão deve ser ensinada em sala de aula, “pois, o estudante tem o direito de conhecer a forma culta de sua língua-mãe. Ou seja, a norma padrão da Língua Portuguesa” (Professora B).

Nesse mesmo raciocínio, a Professora E alega que o aluno tem que conhecer as variações da língua e saber discernir qual variedade usar em cada ato de fala.

Já a Professora C, concordando com a Professora A, afirma que o ensino da norma padrão é necessário devido à natureza padronizadora dessa variedade, para que todos se

compreendam. Na opinião da Professora D, o ensino da norma padrão “É de grande importância, embora atualmente é pouco utilizada na linguagem cotidiana” (Professora D).

Por sua vez, a Professora F afirma que considera o ensino da norma padrão importante, “na verdade essencial, mas com a ressalva de que podemos encontrar uma forma menos mecanizada, ‘engessada’”. Aqui, a professora F chama a atenção para o fato de o ensino da Língua Portuguesa ser tradicionalmente mecanizado, onde se estuda basicamente regras gramaticais descontextualizadas.

A Professora G acredita que o ensino da norma padrão é importante para que o aluno saiba utilizá-la em diversas situações. A professora J acredita ser importante o ensino da norma padrão e afirma que:

[...] o uso da norma padrão da língua portuguesa tem sido cobrada constantemente. Na minha opinião não devemos ficar presos a preconceitos em relação a isso. Sabemos que temos diferentes formas de falar , e claro devemos nos moldar de acordo com a ocasião, ou seja, não podemos falar da mesma maneira que falamos com amigos e familiares em uma entrevista de emprego, por exemplo. Sabemos também das variações da língua, da falta de estudo e etc que devem ser respeitadas (Professora J).

A professora K, que leciona em escola particular, acredita que o ensino da norma padrão é importante porque se deve “apresentar ao aluno a língua mais valorizada socialmente para que tenham condições e oportunidades de emprego e socialização com todos os grupos de falantes da sociedade” (Professora K). Essa docente também acredita que há ascensão social por meio do ensino da norma padrão da Língua Portuguesa.

Em resposta a pergunta número 3 (“Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?”), a Professora A respondeu que aborda a temática da variação linguística em sala de aula, e complementa que, assim, o aluno consegue entender “outras formas de comunicação, outros sotaques, outras formas de dizer a mesma coisa, mas varia de região para região. Existem as variações regionais, sociais, culturais, temporais” (Professora A). Também aponta a necessidade de o aluno saber distinguir em quais situações deve usar a norma padrão da Língua Portuguesa, destacando, assim, a capacidade de o falante adaptar-se linguisticamente de acordo com o ato linguístico.

A Professora D também entende dessa forma, afirmando que “é importante que os alunos entendam que a linguagem pode ser utilizada de diferentes formas, em diferentes contextos” (Professora D).

A Professora B acredita ser importante o tratamento da variação linguística em sala de aula, assim como afirma a Professora C. Sendo que essa última destaca que as variedades diferentes da norma padrão não estão erradas, “desde que você compreenda o que o outro está falando não será ‘errado’” (Professora C).

A Professora E não respondeu essa pergunta, pois essa não pertencia ao questionário piloto que a docente respondeu.

A Professora F, que leciona para a modalidade EJA, demonstra um comportamento sociolinguístico ao afirmar que considera as vivências que o aluno traz do ambiente familiar, ainda mais se tratando de alunos adultos, que, em sua maioria, já tem história profissional e família constituída. A docente afirma:

Procuro sempre interagir sem menosprezar o conhecimento e a regionalização, trabalho a autoestima de cada aluno levando-o a perceber a importância de partilhar palavras que outros da sala nunca tinham ouvido, gosto muito da expressão ampliação de vocabulário, cada palavra nova uma aventura (Professora F).

A Professora G afirma que acredita ser importante trabalhar variação linguística em sala de aula, e diz aos alunos que a variação linguística está presente em todo momento, e alerta que elas não são erradas, são apenas diferente da norma padrão.

Já a Professora J pensa que é importante a abordagem da variação em sala devido à diferença de usos de uma língua entre seus falantes. Ainda afirma que a fala é diferente da escrita. Porém, acredita que a língua a ser ensinada deve ser a padrão, sempre mostrando as variações e os tipos de variações, mas que temos sim uma linguagem comum e que se cada um escrever como fala, a comunicação será prejudicada (Professora J).

Em resposta a essa questão, a Professora K afirma que aborda a variação linguística em sala de aula com a intenção de:

[...] desmistificar o conceito de erro e de preconceito linguístico presente na fala de muitos. Geralmente lemos textos que falam a respeito, comparamos com as vivências diárias dos alunos, promovemos debates a respeito para que os próprios falantes possam tirar suas conclusões sobre a variação adequada à situação (Professora K).

Na questão número 4 (“Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação ‘teia’ ao invés de ‘telha’ ou ‘bicicreta’ ao invés de ‘bicicleta’? Você as considera como ‘variação feia’?”), questionamos a opinião das docentes a respeito de algumas das variações mais estigmatizadas (a troca do fonema /lh/ por /i/ e do fonema /l/ por /r/) da Língua Portuguesa. A Professora A responde que estará

mentindo se ela disser que não se choca quando vê essas variações nos trabalhos dos alunos, pelo fato de ela ser professora de Língua Portuguesa, e aprendeu durante anos que essas variantes diferentes da norma padrão são erradas.

Por sua vez, a Professora B afirma que,

Antes de estudar a disciplina linguística, havia certo preconceito com essas variações. Porém, com mais informação e estudo, as vejo com bons olhos. Levando em consideração, a escolaridade, a região, condições sociais e históricas do falante não as consideram feias (Professora B).

São depoimentos como esse que reforçam a necessidade de o professor de Língua Portuguesa ter uma formação sociolinguística, para que ele reconheça a verdadeira essência heterogênea de sua língua.

Em sua resposta, a Professora C diz não considerar as variantes em questão como “feias”, mas sim, diferentes da norma padrão. Da mesma forma afirma a Professora D, que pensa “ser normal, pois muitas pessoas que tiveram acesso a uma formação pronunciam dessa maneira, não, não considero uma variação feia, embora quando escuto alguém pronunciar dessa maneira, sinto que é minha obrigação corrigir”.

Por sua vez, a Professora E também alega que não considera essas variações “feias”, mas que são decorrentes da formação de cada um. No entanto, essa docente defende que essas variações devem ser discutidas em sala de aula, “de forma que o aluno possa entender que esse tipo de variação não é correta na nossa língua”. Com essa afirmação, Professora E repete o discurso em que se confunde a norma padrão como sendo a própria Língua Portuguesa, quando, na verdade, aquela é apenas uma das variações da nossa língua.

A professora F responde essa questão afirmando que respeita as limitações dos alunos, e que eles têm o direito de conhecer grandes autores, como Machado de Assis, Castro Alves e Drummond. Tomando o papel de um agente transformador, a Professora F ainda afirma: “essa possibilidade ajuda na transformação do outro, tornar-se parceiro do avanço e mediar o conhecimento que me fascina. Considerar feio ou não, não pesa para mim, gosto de ver os olhos brilhando porque aprenderam algo novo, isso basta” (Professora F).

A professora G afirma que não pensa que os fenômenos em questão são feios, “essas maneiras são somente maneiras diferentes, ou seja, fora da norma-padrão, mas que entendemos perfeitamente o seu significado” (Professora G). Já a Professora J afirma que essas variações têm que ser respeitadas.

Entretanto algumas variações como as citadas acima (“teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”) ainda confesso ficar um pouco



assustada ao ouvi-las, mas na fala julgo ser comum e normal, porém na escrita é necessário corrigi-las de acordo com a norma culta da língua (Professora J).

A Professora K concorda com a maioria das outras docentes, afirmando que não considera essas variantes feias, mas sim, inadequadas em algumas situações linguísticas.

Em relação à questão número 5 (“Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações ‘Brasileiro não sabe português’ e ‘Português é muito difícil?’”), a Professora A reproduz o discurso de que confunde “norma culta” com a Língua Portuguesa, e ainda mais, super valoriza quem domina a norma padrão:

Existem muitos brasileiros que dominam a norma culta, estudaram para aprendê-la. E um parabéns a essas pessoas. Concordo com a afirmação que a Língua Portuguesa é muito difícil, tanto pelo fato de não escrevermos como falamos, ‘Casa’ esse S com som de Z (Professora A).

Na resposta da Professora B, também há essa confusão entre norma padrão e Língua Portuguesa quando a docente afirma que na “Língua Portuguesa há muitas regras e várias exceções”, quando, na verdade, essa é uma característica da norma padrão.

A Professora C também salienta a dificuldade da aprendizagem da língua por causa da presença de muitas regras. No entanto, a docente afirma “Se os brasileiros não soubessem português ninguém conseguiria comunicar-se. Concordo que a língua portuguesa tem muitas regras, isso acaba dificultando o processo de aprendizagem” (Professora C). Aqui, a docente consegue distinguir a norma dita “cultura” da Língua Portuguesa.

No entanto, a Professora D, apesar de afirmar que o brasileiro sabe Português, acredita que os falantes dessa língua, devido à formação cultural deles, acabam utilizando inadequadamente a linguagem. Aqui, a docente não reconhece as variações linguísticas como sendo constitutivas da própria Língua Portuguesa.

Por sua vez, a Professora E responde a questão da seguinte forma: “Respondo sempre para os meus alunos que, português não é difícil, e sim que aprendemos desde muito cedo a falar errado, justamente porque tudo é aceito na nossa língua” (Professora E). Assim como as demais professoras, essa docente ajuíza que a Língua Portuguesa é sinônimo de norma padrão, e que as demais variedades não pertencem à Língua Portuguesa. Com isso, o falante que não faz uso da norma padrão é estigmatizado e sua variedade é avaliada como errada.

A Professora F demonstra desconforto perante essas afirmações, pois acredita que o brasileiro domina o Português desde que começa a falar. Sendo assim, pensa ser “Falta de respeito isso, o que é preciso fazer é aproximar a oralidade da escrita, aos poucos

conseguimos ver o quanto as discussões em sala podem auxiliar no aprendizado (Professora F).

A Professora G ajuíza que o brasileiro sabe Português, pois, caso contrário, não haveria comunicação. No entanto, acredita que a nossa língua é difícil pelo fato de ter muitas regras. Aqui, confunde-se novamente Língua Portuguesa e norma padrão.

A Professora J faz considerações importantes em torno do tema em questão:

Em relação a primeira afirmação, acho que isso ainda diz respeito a preconceitos em relação à língua e as pessoas (brasileiros). Muito comum ouvirmos por aí que o verdadeiro português é o de Portugal, isso para mim não se aplica, pois acho que cada país é diferente do outro e a língua sofre variações como qualquer outra, assim atendendo as necessidades da sua população.

Na segunda afirmação, a maioria dos brasileiros acha sim, português é mesmo muito difícil em relação a outras línguas. Na minha opinião o português ou qualquer outra língua é fácil dependendo do uso que se faz dela. O português DIFÍCIL está sendo construído pelo ensino tradicional do português nas escolas, que faz com os alunos decorem estruturas que jamais usarão em outro contexto a não ser o da sala de aula (Professora J).

A Professora K tem consciência que o ensino do Português é pautado na norma padrão que, por sua vez, é pautada na Gramática Tradicional, conforme podemos perceber no seguinte trecho de sua resposta:

Brasileiro sabe português, aliás, um português riquíssimo, cheio de criatividade e figuras de linguagens inteligentíssimas. O que é muito difícil é adaptar-se a uma língua que é usada por algumas camadas da nossa sociedade, e que é usada como oficial imposta a todos (Professora K).

Por fim, em resposta à questão 6 (“O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir: Eu canto/ Você canta/ Ele canta/ Nós canta/ Eles canta?”), a Professora A demonstrou preconceito linguístico totalmente desvelado com a afirmação “um horror, onde vamos parar?”. Essa variação é uma das mais estigmatizadas devido ao fato de as pessoas desconhecerem que essa conjugação tem as suas próprias regras, que preza pela economia linguística. Assim, como na Língua Inglesa, por exemplo, o sujeito da ação já está marcado pelo pronome, então, a marcação de pessoa no verbo é considerada redundante, desnecessária.

Já a Professora B tem a seguinte opinião: “a língua está em constante mudança, logo, é natural que haja esses fenômenos”. Por outro lado, apesar de considerar uma variação compreensível, a Professora C defende que se deve “explicar que norma padrão exige a conjugação diferenciada de acordo com os pronomes pessoais”. Aqui, a docente faz a distinção correta entre norma padrão e Língua Portuguesa. Por outro lado, a Professora D

demonstra-se totalmente contrária ou desconhece essa variação ao responder essa questão com quatro pontos de interrogação (“????”).

Por sua vez, a Professora F orienta seus alunos de que essa redução da conjugação verbal é puramente oral e que o falante tem que saber adequar-se à situação linguística de acordo com o interlocutor. A Professora G aponta que entendemos perfeitamente essa conjugação, mas é necessário orientar o aluno às exigências da norma padrão. A Professora J afirma que esse fenômeno diz respeito à norma popular da Língua Portuguesa, mas não é aceitável na língua escrita.

Em resposta a questão 6, a Professora K demonstra um importante conhecimento linguístico em relação ao fenômeno apresentado, como podemos ver no trecho a seguir:

É o fenômeno de supressão dos plurais, como os que já acontecem em outras línguas de grande prestígio mundial, mas como é uma mudança promovida pelas camadas mais humildes da sociedade há uma rejeição gigantesca a essa variação de fala, fora que podemos dizer que representa a fala de grande parte da população (Professora K).

A partir das respostas das docentes voluntárias a essa pesquisa, podemos detectar que algumas afirmações errôneas consolidadas no que concerne à variação linguística da Língua Portuguesa ainda são propagadas nas salas de aula. No entanto, por outro lado, percebemos que as professoras que possuem a formação em Sociolinguística apresentam um discurso menos preconceituoso e mais consciente da heterogeneidade constitutiva à Língua Portuguesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as línguas são essencialmente heterogêneas, devido ao dinamismo que lhes é inerente e aos diversos aspectos sociais que as envolvem. Partindo desse ponto de vista, o presente trabalho teve como objetivo discutir a respeito de atitudes linguísticas através da exposição das opiniões contra e a favor do conteúdo do livro didático *Por uma vida melhor*, e também através de opiniões a respeito da variação linguística de professoras de Língua Portuguesa da Educação Básica de escolas públicas e particulares da cidade de Dourados/MS.

Para tanto, acreditamos ser necessário, primeiramente, trazer as discussões realizadas no capítulo 1, sobre as concepções da língua, a respeito da natureza da gramática e das noções de norma existentes, bem como discutir a respeito da chamada norma “cultura” e da norma padrão no Brasil. Para finalizar essa seção, procuramos mostrar a relação que a norma padrão mantém com a sociedade e com o ensino da Língua Portuguesa. Isso tornou possível a comparação dos PCN de Língua Portuguesa com uma pedagogia tradicionalista, baseada nas Gramáticas Tradicionais.

No capítulo 2, tratamos da essência heterogênea da Língua Portuguesa, abordando o caráter das diversas variantes linguísticas que a compõem, as causas de suas origens e as suas relações com a estrutura social, com o propósito de desfazer a imagem de que a língua é homogênea e corresponde integralmente à norma-padrão.

Para isso, de início tratamos sobre as variantes linguísticas e extralinguísticas; posteriormente, discutimos a respeito da variação e mudança. Além disso, com o apoio do livro a “Língua de “Eulália”, de Marcos Bagno, expusemos alguns fenômenos sociolinguísticos mais recorrente no uso da Língua Portuguesa (como, o Yeísmo, eliminação do plural e da conjugação verbal redundantes, entre outros).

Nesse sentido, para colaborar com a discussão a respeito da heterogeneidade característica da Língua Portuguesa, foi exposta a “Mitologia do Preconceito Linguístico, defendida pelo sociolinguista Marcos Bagno, que aponta os principais mitos construídos em torno dessa língua. E também discutimos sobre a questão do certo, do errado e do diferente e os embates que esse assunto provoca sobre tais conceitos estarem vinculados ao erro ou à variação linguística resultante da escolha do falante.

No terceiro capítulo do trabalho, expusemos a polêmica gerada em torno do livro didático *Por uma vida melhor*, buscando analisar as opiniões favoráveis e contrárias a obra, e expusemos a nossa opinião a respeito da polêmica.

Buscamos, dessa forma, esclarecer os fatores que levam a essas atitudes linguísticas, as formas de propagação do preconceito linguístico, bem como provar que além de existir, ele é comum e reafirmado a todo tempo, em especial pela mídia e pelos defensores de um ensino que enfatiza apenas a norma-padrão.

Por fim, no quarto e último capítulo, apresentamos opiniões de professoras de Língua Portuguesa através de um questionário que aborda a variação inerente ao Português. A partir das respostas das docentes, podemos refletir sobre a relação de variação e ensino de Língua Portuguesa em escolas particulares e públicas da Educação Básica da Cidade de Dourados/MS.

É senso comum entre as professoras entrevistadas que o ensino da norma padrão é essencial nas escolas, para que, segundo elas, mantenha-se a língua padronizada e para que todos os falantes do Português no Brasil consigam manter comunicação.

De início, logo percebemos que a formação em Sociolinguística influencia na forma como as professoras veem a heterogeneidade da Língua Portuguesa. Isso se concretizou nas respostas das Professoras A e D, que não tiveram essa formação acadêmica específica.

Essas docentes demonstraram aversão aos fenômenos linguísticos apresentados a elas no questionário (como, a rotacização e a redução da conjugação verbal). Além do mais, reafirmaram que a função do professor é corrigir o aluno/falante, quando este pronuncia algumas palavras em desacordo com a norma padrão da língua.

Por outro lado, as professoras com formação acadêmica mais recente e em Sociolinguística apresentaram postura mais respeitosa diante das variações a que foram expostas por meio do questionário. E ainda afirmaram, como a Professora B, que após terem contato com a Sociolinguística, começaram a enxergar as influências que fatores sociais e externos exercem na língua, e, por isso, possui uma essência heterogênea.

Para essas docentes, as variações têm que ser respeitadas, e o ensino da norma padrão é visto como o ensino de mais uma variedade, no sentido de soma à variedade do aluno, e não para eliminar essa variedade que o aluno traz do seu meio social.

Quando o professor de Língua Portuguesa enxerga a variação como “errado”, e não como diferente ou como inadequação linguística, isso torna-se um problema nas avaliações escolares, pois o aluno será avaliado por uma norma que ele ainda não domina e nem compreende.

Dessa forma, a heterogeneidade constitutiva da língua não é considerada no ensino da Língua Portuguesa. A variação linguística é concebida como um erro gramatical que deve ser corrigido.

Com isso, conseqüentemente, é consensual nas escolas e nos discursos dos professores a supervalorização da escrita, que é tida como lógica e correta, em detrimento da língua falada, considerada como ilógica e incompleta. No entanto, na verdade, a língua escrita e a língua falada são dois usos diferentes da língua, cada uma com as suas características e com os seus próprios recursos.

Além disso, também foi possível perceber, por meio das críticas ao livro didático *Por uma vida melhor* e com a opinião da Professora D, por exemplo, que algumas afirmações errôneas a respeito da essência da Língua Portuguesa ainda são propagadas, sem que haja reflexão ou estudo a respeito do assunto, como o mito “o Português é muito difícil”. Mas quando, na verdade, estão se referindo às regras da norma padrão, como se essa variedade da língua fosse sinônimo de Língua Portuguesa.

Afirmações como essa prejudicam o processo de ensino/aprendizagem, pois o aluno sente-se linguisticamente incapaz. Além disso, o aluno/falante não compreende as regras gramaticais porque, para ele, elas não fazem sentido, pelo fato de essas regras gramaticais serem apresentadas em meio a nomenclaturas, e não há a reflexão sobre essa o seu uso na linguagem cotidiana.

A partir das discussões realizadas neste trabalho, concluímos que o ensino de Língua Portuguesa deve respeitar as variedades linguísticas constitutivas da nossa língua, de modo que, conseqüentemente, admite-se a riqueza cultural do Brasil. Para isso, é necessário que se reconheça a diversidade linguística e as particularidades de cada grupo social. Considerando, portanto, que não há uma forma correta de falar, mas sim, situações comunicativas que aceitam variedades linguísticas diferentes, de acordo com o contexto em que o falante estiver inserido.

A maioria das professoras entrevistadas demonstrou uma postura sociolinguística perante os fenômenos apresentados e os questionamentos feitos. Com isso, podemos perceber que os recentes estudos sociolinguísticos na academia estão resultando em formação de professores mais conscientes da natureza heterogênea da Língua Portuguesa. E, como consequência disso, o ensino da Língua Portuguesa poderá se tornar mais eficaz, e os alunos terão mais consciência de sua capacidade linguística.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE LINGUÍSTICA APLICADA DO BRASIL. Posicionamento da Associação de linguística aplicada do Brasil. In: AÇÃO EDUCATIVA. (org). **Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro**. Disponível Em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi\\_da\\_polmica\\_livro\\_Por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2012.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (orgs.). **Introdução a Linguística: domínios e fronteiras**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009,. p. 21-47.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2004. 215 p.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 186 p.

\_\_\_\_\_. Uma falsa polêmica. In: AÇÃO EDUCATIVA. (org). **Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro**. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi\\_da\\_polmica\\_livro\\_Por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2012.

BECHARA, Evanildo. **Em defesa da gramática**. [1º de junho, 2011]. São Paulo: *Revista Veja*. Entrevista concedida a Roberta de Abreu Lima.

BETTI, Renata; LIMA, Roberta de Abreu. **Os adversários do bom português**. *Revista Veja*, São Paulo, n. 21, p. 86-7, 21 de maio, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 110 p.

\_\_\_\_\_. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. O estudo do erro na língua oral e na língua escrita. In: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl (Org's). **Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006, p. 267-76.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: 1997.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

CAMACHO, Roberto. A variação Linguística. In: **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus**: coletânea de textos. São Paulo, SE/CENP, 1988.

\_\_\_\_\_. Sociolinguística: Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (orgs.). **Introdução a Linguística**: domínios e fronteiras. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 49-75

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTLOTTA, Mário Eduardo (org). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

CIPRO NETO, Pasquale. O que discutir sobre o polêmico livro? In: AÇÃO EDUCATIVA. (org). **Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro**. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi\\_da\\_polmica\\_livro\\_Por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2012.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria; SOUZA, Cristiane Maria N. de Souza; MAY, Guilherme Henrique. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 11-54.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 207 p.

\_\_\_\_\_. Polêmica vazia. In: AÇÃO EDUCATIVA. (org). **Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro**. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi\\_da\\_polmica\\_livro\\_Por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2012.

FOLTRAN, Maria José. Língua e ignorância. In: AÇÃO EDUCATIVA. (org). **Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro**. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi\\_da\\_polmica\\_livro\\_Por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2012.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 392 p.

LUFT, Lya. **Chancela para a ignorância**. *Revista Veja*, São Paulo, n. 21, p. 26, 21 de maio, 2011.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org's). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000. 168p.



NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?: norma e uso na Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2004. 174 p.

Por uma vida melhor: Educação de jovens e adultos: segundo segmento de ensino fundamental, volume 2 – I. Ed. – São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009, (Coleção Viver, aprender), p. 11 – 27.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org's). **Introdução a sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 33-42.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996, 95 p.

\_\_\_\_\_. Analisar e opinar. Sem ler. In: AÇÃO EDUCATIVA. (org). *Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro*. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi\\_da\\_polmica\\_livro\\_Por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2012.

REVISTA VEJA, *Leitor*. São Paulo, n.23, p. 42, 8 de jun., 2011.

REPULHO, Cleuza Rodrigues. Educação de jovens e adultos e programa nacional do livro didático/ EJA. In: AÇÃO EDUCATIVA. (org). **Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro**. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi\\_da\\_polmica\\_livro\\_Por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf). Acesso em: 20 de ago. 2012.

SILVA, Rosângela Villa da. **Aspectos da pronúncia do <s> em Corumbá/MS: uma abordagem sociolinguística**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 2002.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org's). **Introdução a sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 52-57.

# ANEXOS

## ANEXO 1 - Página mais comentada do Livro Didático *Por uma Vida Melhor*

Alguns insetos provocam doenças, às vezes, fatais à população ribeirinha.

-insetos (masculino, plural) ← alguns (masculino, plural)  
doenças (feminino, plural) ← fatais (feminino, plural)  
população (feminino, singular) ← ribeirinha (feminino, singular)

As palavras centrais (insetos, doenças, população) são acompanhadas por outras que esclarecem algo sobre elas. As palavras acompanhantes são escritas no mesmo gênero (masculino/feminino) e no mesmo número (singular/plural) que as palavras centrais.

Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja:

Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) → os (masculino, plural)  
ilustrado (masculino, singular)  
interessante (masculino, singular)  
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra os (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro'?"

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

O menino pegou o peixe. menino → singular pegou → singular	Os meninos pegaram o peixe. meninos → plural pegaram → plural
O menino pegou o peixe. menino → 3.ª pessoa pegou → 3.ª pessoa	Eu peguei o peixe. eu → 1.ª pessoa peguei → 1.ª pessoa

Na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1.ª/2.ª/3.ª) com o ser envolvido na ação que ele indica.

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.  
nós → 1.ª pessoa, plural  
pega → 3.ª pessoa, singular

Os menino pega o peixe.  
menino → 3.ª pessoa, ideia de plural (por causa do "os")  
pega → 3.ª pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

**Observação:** Quando se refere à concordância, a palavra pessoa não tem o sentido de ser humano. Nesse contexto, pessoa refere-se aos envolvidos no ato de fala, que não precisam ser indivíduos. Existe aquele que fala (1.ª pessoa), aquele com quem se fala (2.ª pessoa) e aquele de quem se fala (3.ª pessoa). Exemplos:  
Não vi sua revista, mãe.  
(1.ª pessoa: o filho; 2.ª pessoa: a mãe; 3.ª pessoa: a revista).  
Mas eu a deixei aqui!  
(1.ª pessoa: a mãe; 2.ª pessoa: o filho; 3.ª pessoa: a revista)

ANEXO 2 - Texto *Chancela para a Ignorância*, de Lya Luft

Luft

Lya

## Chancela para a ignorância

Esse título me foi dado por Alexandre Garcia, no programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo: ele certamente não se importará com esse pequeno “furto” de seu talento. Referia-se ao tema que, mais do que me preocupar, me causa escândalo e assombro. Um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação e incluído entre os livros comprados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que consagra muitas obras didáticas no país, promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar. O livro e a ideia que o fundamenta começam a merecer críticas de entidades como a Academia Brasileira de Letras e de centenas de estudiosos. Eu o vejo como o coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua e de algum laivo ideológico torto, que não consigo entender bem. Pois uma das ideias seria não submeter os

**“Um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar”**

alunos menos informados — isto é, os que devem aprender, como todos nós — a nenhum “preconceito” porque falam e escrevem errado. Portanto, nada de ensinar nada a ninguém, ou ele se sentirá humilhado em vez de estimulado a melhorar. O mais indicado seria poupar o dinheiro e fechar as escolas. Se devemos permanecer como somos, a escola será supérflua. Essa minha dedução não é maldosa nem ficcional: é apenas natural.

Educar é ajudar a crescer. A educação se divide em duas grandes salas ligadas por muitas portas. Uma das salas se chama formação. A outra, informação. A formação ajuda o indivíduo de qualquer idade a moldar seu caráter e sua visão de mundo, a se desenvolver como ser humano. A cultivar valores; a observar e buscar entender e res-

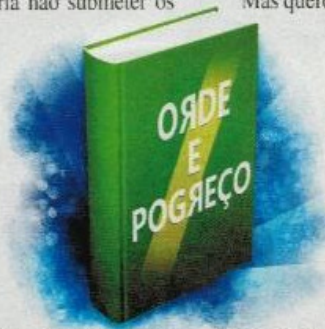
peitar o mundo e a natureza, o outro e a si mesmo; a construir o seu lugar na terra, por mais simples que ele seja. A discernir entre certo e errado, bom e mau, e a curtir o belo e o bom que devem ser buscados, dentro das condições de cada um; a dar um sentido a sua vida, seu trabalho, seu convívio. A colaborar, com esse aperfeiçoamento pessoal, para que sua família, a comunidade, o país se tornem um pouco melhores.

A outra sala do complexo Educação é a informação: é onde adquirimos conhecimentos sobre ciências, arte, história, geografia, matemática, idiomas estrangeiros e, em primeiro lugar, aprendemos a usar melhor nosso próprio idioma, pois esse é nosso melhor cartão de visita, nossa apresentação, e o que nos distingue como mais ou menos preparados. É natural usarmos roupas e modos diferentes quando estamos em ambientes diversos, com a turma na escola ou na balada, buscando emprego numa entrevista ou pedindo um empréstimo num banco. Não vamos de cueca ao cinema, não entramos de camisola no avião. Da mesma forma, não escrevemos um trabalho escolar com a linguagem válida nos torpedos ou na internet. Essa variedade se chama adequação, é essencial, é natural e enriquece a língua.

Mas querer que a escola ignore que existe uma língua-padrão, que todos temos o direito de conhecer, é nivelar por baixo, como se o menos informado fosse incapaz. É mais uma vez discriminar quem não pôde desenvolver plenamente suas capacidades. E, esta sim, uma postura preconceituosa: os menos privilegiados que fiquem como estão. Com o tempo isso tomará a escola dispensável, pois se ela não deve colocar à

nossa disposição o melhor conhecimento em todos os campos, como direito de todos, poderá ser fechada sem maior problema.

Talvez a adoção desse livro e dessa teoria no MEC nem tenha sido percebida, na montanha de trabalhos que ali se empilham. Imagino que, dando-se conta do havido, as autoridades tomem as providências urgentes que saltam aos olhos de qualquer pessoa minimamente racional e nos livrem de mais esse pesadelo para quem ainda acredita um pouco em educação. Ou, coroada a ignorância, as futuras gerações, livres da escola e do dever de crescer, escreverão e falarão sempre achando naturais e boas coisas como “os home espera”, “nós achemo”, “as mulher precisa”. (Ou “precisa” seria melhor?)



LYA LUFT  
é escritora

## ANEXO 3 - Texto *Os Adversários do Bom Português*, de Renata Betti e Roberta de Abreu Lima

### Educação

# OS ADVERSÁRIOS DO BOM PORTUGUÊS

Doutrinar crianças com a tese absurda de que não existe certo ou errado no uso da língua é afastá-las do que elas mais precisam para ascender na vida

RENATA BETTI E ROBERTA DE ABREU LIMA

**E**m um mundo em que o sucesso na vida profissional depende cada vez mais do rigor intelectual e do conhecimento, causa perplexidade a bandeira que vem sendo empunhada em escolas públicas e particulares brasileiras por uma corrente de professores de linguística. Eles defendem a ideia de que não existe certo ou errado na língua portuguesa, mas que a norma culta, ancorada na gramática, é só mais uma entre as várias maneiras de expressar-se. Para esse grupo, chamar a atenção do aluno que infringe tais regras — papel fundamental de um bom professor — é “preconceito linguístico”. Adotado nas aulas de português de meio milhão de estudantes do ensino fundamental, o livro *Por uma Vida Melhor* é uma amostra do que propaga esse círculo de falsos intelectuais. Escreve Heloisa Ramos, uma das autoras: “Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar *os* livro?’. Claro que pode”. O erro crasso de concordância seria apenas uma “variação popular”, segundo a autora. Certamente um desserviço aos jovens de uma nação de iletrados sedenta de conhecimentos. Mas as autoridades já estão cientes desse desastre e cuidam de reverter seus efeitos, certo? Errado. A ignorância prospera sob a chancela oficial. O Ministério da Educação (MEC), que pagou pelos livros e os distribuiu, decidiu não retirá-los das escolas. Diz a educadora Maria Inês Fini: “A escola que não enfatiza a norma culta da língua está excluindo seus alunos da cul-

tura dominante, que todos devem almejar e à qual devem ter acesso”.

O motor ideológico dos obscurantistas se move em torno da visão de que a língua culta é um instrumento de dominação das elites. Essa tolice é disseminada nas faculdades brasileiras de pedagogia. Resume o historiador Marco Antonio Villa: “O discurso dominante nessas instituições valoriza a ignorância”. Essa visão mesquinha deturpa a sociolinguística, ramo de estudo focado nas variações do uso de um idioma — o que é bem diferente de menosprezar a norma culta e ensinar às crianças que elas podem falar “nós vai” ou “nós pegou o pei-

**APOLOGIA DO ERRO** *Trechos extraídos do livro didático Por uma Vida Melhor: para a autora, não há problema em construir frases ignorando a concordância*

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar *os* livro?”

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:



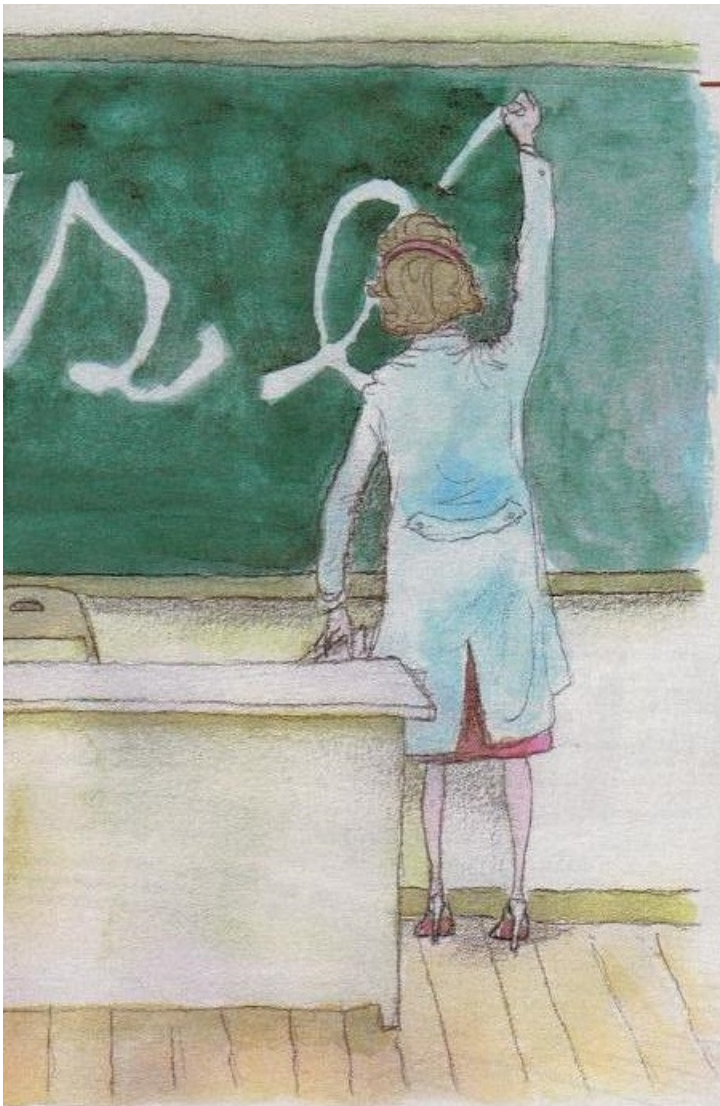


ILUSTRAÇÃO: RICARDO

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.ª pessoa, plural

pega → 3.ª pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.ª pessoa, ideia de plural (por causa do "os")

pega → 3.ª pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. **Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.**

xe" e que, se alguém as admoestar, é por "preconceito linguístico". Esses desvarios são o retrato da atual situação política brasileira, comandada por uma ortodoxia cada vez mais ousada em sua destruição impune de todo bem cultural que não se encaixa na sua estreita visão de mundo. "A ideia de que a língua culta é um instrumento de dominação da elite é um absurdo que não se vê em nenhuma outra nação desenvolvida", diz o linguista Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de dezenas de livros. Um dos expoentes dos talibãs da linguística no Brasil é um certo Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB), hoje o grande draçal da ortodoxia dessa estupidez. Bagno criou o termo "preconceito linguístico" em um livro de mesmo nome lançado na década de 1990.

Já é um escândalo planetário que o suado dinheirinho dos brasileiros honestos e trabalhadores esteja sendo usado para sustentar os desvarios dos talibãs acadêmicos. A preguiça mental desses doutores do atraso é sustentada por brasileiros de quem o Fisco arranca a maior carga de impostos do mundo entre os países emergentes, por pais e mães que gastam metade do que ganham para pagar uma boa escola privada aos filhos, suprimindo com seu suor o que deveria ser obrigação do estado. Para a procuradora da República Janice Ascari, está-se diante de um crime "contra nossos jovens... um desserviço à educação já deficientíssima no país". É espantoso que as crianças brasileiras estejam sendo expostas a esse tipo de lixo acadêmico travestido de vanguarda cultural, quando deveriam estar aprendendo as disciplinas obrigatórias e acumulando o conhecimento e as habilidades que as tornarão capazes de enfrentar com sucesso os desafios do mundo real. O crime apontado pela procuradora Janice Ascari ocorre em um país em que, ao final do ciclo escolar, 62% dos estudantes são incapazes de interpretar textos, onde 1 milhão de vagas abertas pelas empresas brasileiras não podem ser preenchidas por falta de gente qualificada. Enquanto isso, nas salas de aula das escolas públicas, as crianças brasileiras carentes de "aprender a pescar", no sentido do provérbio, são ensinadas que é certo falar "nós pega o peixe". ■

ANEXO 4 - Entrevista *Em Defesa da Gramática*, com Evanildo Bechara

## Entrevista EVANILDO BECHARA

ROBERTA DE ABREU LIMA

## Em defesa da gramática

Um dos mais respeitados especialistas da língua portuguesa condena os colegas que se insurgem contra a norma culta — e diz que disseminá-la é crucial para o país avançar

O pernambucano Evanildo Bechara é um dos mais respeitados gramáticos da língua portuguesa. Doutor em letras e autor de duas dezenas de livros, entre os quais a consagrada *Moderna Gramática Portuguesa*. Bechara, de 83 anos, passou décadas lecionando português, linguística e filologia românica em universidades do Rio de Janeiro, da Alemanha e de Portugal. Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), ele é, por profissão, um propagador do bom uso do português. A fala mansa de Bechara contrasta com o tom incisivo de suas críticas a certa corrente de professores entusiastas da tese de que é “preconceito linguístico” corrigir os alunos. Diz Bechara: “Alguns de meus colegas subvertem a lógica em nome de uma doutrina que só serve para tirar de crianças e jovens a chance de ascenderem socialmente”.

A defesa que o livro *Por uma Vida Melhor*, distribuído a 500 000 estudantes ao custo de milhões de reais para o bolso dos brasileiros, faz do uso errado da língua deveria ter provocado uma revolta maior, não? A defesa que foi feita desse livro decorre de um equívoco. Estão confundindo um problema de ordem pedagógica, que diz respeito às escolas, com uma velha discussão teórica da sociolinguística, que reconhece e valoriza o linguajar popular. Esse é um terreno pantanoso. Ninguém de bom-senso discorda de que a expressão popular tem validade como forma de comunicação. Só que é preciso que se reconheça que a língua culta refina infinitamente mais qualidades e valores. Ela é a única que consegue produzir e traduzir os pensamentos que circulam no mundo da filosofia, da literatura, das artes e das ciências. A linguagem popular a que alguns colegas meus se referem,

“Dizer que a língua culta é um instrumento de dominação das elites é uma ortodoxia política e um obstáculo para o país”



ANDRÉIA THISTON

## Entrevista EVANILDO BECHARA

por sua vez, não apresenta vocabulário nem tampouco estatura gramatical que permitam desenvolver ideias de maior complexidade — tão caras a uma sociedade que almeja evoluir. Por isso, é óbvio que não cabe às escolas ensiná-la.

**Alguns de seus colegas consideram a norma culta um instrumento de dominação das elites...** Isso não passa de ortodoxia política. Eles subvertem a lógica em nome de uma doutrina. É semelhante ao que uma corrente de comunistas russos apregoava quando Josef Stalin (1879-1953) chegou ao poder. Os comunistas queriam estabelecer algo como “a nova língua do partido”, um absurdo que enterraria a norma culta. O próprio Stalin condenou essa aberração e manteve a norma erudita, o imenso manancial dos grandes escritores russos, como a língua oficial da União Soviética. Agora, um grupo de brasileiros tenta repetir essa mesma lógica equivocada, empenhando-se em desvalorizar o bom português.

**Qual o papel da norma culta de uma língua?** Não resta dúvida de que ela é um componente determinante da ascensão social. Qualquer pessoa dotada de mínima inteligência sabe que precisa aprender a norma culta para almejar melhores oportunidades. Privar cidadãos disso é o mesmo que lhes negar a chance de progredir na vida. Para mim, o linguista italiano Raffaele Simone, ainda em atividade, foi quem situou esse debate de forma mais lúcida. Ele critica os populistas que, ao fazer apologia da expressão popular, contribuem para perpetuar a segregação de classes pela língua. Pois justamente é o ensino da norma culta, segundo Raffaele, que ajuda na libertação dos menos favorecidos. Suas palavras se encaixam perfeitamente no debate atual.

**Quais as raízes do ranço ideológico brasileiro?** Vemos resquícios de um movimento que surgiu no meio acadêmico na década de 60, pregando a

**“As teorias da sociolinguística jamais deveriam ter deixado as fronteiras da academia. Nas escolas, elas só reduzem as chances de os estudantes aprenderem o bom português”**

abolição da gramática nas escolas. Eram tempos de ditadura militar, período em que, por princípio, se contestava qualquer tipo de norma ou autoridade. Para se ter uma ideia, agitava-se nas universidades a bandeira “é proibido proibir”. Isso ecoava nos colégios — um verdadeiro desastre. Foi nesse contexto que começaram a estudar no Brasil a sociolinguística. Em diferentes tempos e sociedades, os estudiosos sempre estiveram atentos aos diferentes usos da língua. A primeira gramática portuguesa, que data de 1536, já apontava tais variantes. Só que, repito, essas são teorias que nunca deveriam ter deixado as fronteiras da academia. O próprio Mattoso Câmara (1904-1970), a quem se atribui a introdução da lingüística no país, já alertava para os perigos na confusão de papéis entre teóricos e professores.

**Esse tipo de debate é levado a sério em algum outro país?** Nenhum país desenvolvido prega a desvalorização da norma culta na sala de aula ou inclui esse tipo de ideia nos livros didáticos. Esse desserviço aos alunos e à sociedade como um todo só encontra eco mesmo no Brasil.

**Como o domínio disseminado da norma culta da língua pode contribuir para o avanço do país?** Antes de tudo, forjando cidadãos mais capacitados para preencher vagas que demandem alta qualificação, algo crucial para a economia. Ao questionar a necessidade do estudo da gramática nas escolas do país, linguistas como Marcos Bagno e tantos outros estão nivelando por baixo o ensino do português. Acabam reduzindo com isso as chances de milhões de estudantes aprenderem a se expressar com correção e clareza, tanto na escrita quanto na fala. A história reforça a importância disso. Ela é feita em exemplos de como uma oratória eficaz, por exemplo, pode catapultar carreiras.

**Essa capacidade tem atualmente o mesmo valor que no passado?** O domínio da língua falada vem sendo um importante instrumento para o protagonismo na vida pública desde a Antiguidade. Os principais líderes políticos sempre dominaram a língua falada. No auge da democracia clássica grega, valorizava-se tanto a oralidade que as primeiras disciplinas que uma criança aprendia na escola eram lógica, gramática e retórica. Em Roma, os inimigos do estadista e filósofo Marco Túlio Cícero (106 a.C.-43 a.C.) o mataram e sua língua teria sido cortada como vingança contra seu poder como orador. A norma culta bem falada persiste como um valor nas sociedades modernas. O excelente domínio do inglês revelado por Winston Churchill (1874-1965) foi instrumental em sua brilhante carreira, lembrada por discursos que mesmerizavam as audiências.

**Como se explica a eficácia do discurso cheio de erros de português do ex-presidente Lula?** Apesar das frequentes incorreções, Lula faz parte do grupo de políticos com grande poder de retórica. Os erros o aproximam do povo, uma vez que, como ele, a maior parte dos brasileiros também passa ao largo da

norma culta. Isso faz com que se identifiquem com seu discurso. Não significa que as pessoas devam ter Lala como um modelo. Para conquistar um bom lugar no mercado de trabalho, o pré-requisito principal é que elas não saiam por aí dizendo "Nós pega o peixe", versão ensinada no livro distribuído às escolas pelo Ministério da Educação. É preciso que se atente ainda para outro fato: além de divulgarem um discurso que funciona na prática como um obstáculo à evolução dos indivíduos, os teóricos brasileiros que pregam o que chamo de mesmice idiomática atrapalham o próprio progresso do idioma. O resultado é que o Brasil está ficando para trás nesse campo.

**De que maneira?** Quanto mais a norma culta de uma língua é praticada, mais esse idioma e sua gramática evoluem. Para dar a dimensão de nosso atraso nessa área, a academia espanhola acaba de publicar uma gramática de 4 000 páginas. O volume mais extenso que temos no Brasil possui 1 000 páginas, um quarto do tamanho. Um país que se pretende globalizado não pode se dar o direito de empobrecer seu idioma. As línguas mais difundidas no mundo são justamente aquelas mais avançadas do ponto de vista gramatical. É o caso do francês e do inglês. As pessoas costumam dizer que a língua inglesa é simples demais, mas isso só vale para certos aspectos. Sua fonética e o emprego que exige das preposições são complicadíssimos. O vocabulário inglês é extremamente rico. Afinal de contas, estamos falando do produto de uma cultura humanística e científica notável.

**Por que tantos brasileiros falam e escrevem tão mal?** O domínio do idioma é resultado da educação de qualidade. Isso nos falta de maneira clamorosa. O ensino do português nas escolas é deficiente. Uma das razões recai sobre o evidente despreparo dos professores. É espantoso, mas, muitas

**“É espantoso,  
mas a maioria  
dos professores  
de português não  
domina a gramática,  
não detém boa  
cultura geral e quase  
não lê mais  
os clássicos,  
como faziam os  
antigos mestres”**

vezes, antes de lecionarem a língua, eles não aprenderam o suficiente sobre a gramática. Além disso, não detêm uma cultura geral muito ampla nem tampouco costumam ler os grandes autores, como faziam os antigos mestres. A verdade é que a maioria não tem vocação para o magistério. Só escolhe essa carreira porque, quando chega o momento de ingressar na universidade, ela é uma das menos concorridas no vestibular. A situação do mercado de trabalho também conspira contra a permanência dos melhores professores nas salas de aula. Por falta de incentivos, muitos abandonam o magistério para se empregar na iniciativa privada como revisores, tradutores e editores.

**A adoção de palavras estrangeiras no Brasil é exagerada?** Sou a favor de combater os estrangeirismos que nada acrescentam à riqueza da nossa língua. Não faz sentido nenhum usarmos “delivery” no lugar de entrega ou “coffee-break” para nos referir a intervalo. Esse hábito é fruto de um esnobismo cultural. Mas também não endosso a tese de que, por definição, os vocábulos

estrangeiros corrompem a pureza da nossa língua. Eles podem até enriquecê-la à medida que ajudam na expansão do vocabulário. O idioma que acolhe uma palavra de outra língua tende, inclusive, a lhe emprestar características próprias. Só para citar um caso, hoje não escrevemos mais “yacht”, em inglês, mas, sim, iate.

**Não há excesso de reformas ortográficas no Brasil?** É verdade que muitos países jamais passaram por reformas ortográficas. No Brasil, elas tiveram os mais diversos propósitos e, apesar de certa confusão que acarretaram no princípio, acho que acabaram trazendo benefícios para a língua. As primeiras mudanças ocorreram no início do século XX, impulsionadas por uma necessidade didática. O português era, então, erudito demais. Com as mudanças, a ideia era distanciar-lo do latim, tornando-o mais acessível ao homem comum. Já a última reforma, que passou a vigorar em 2009, envolve interesses políticos e comerciais. A língua portuguesa é a única que tem duas ortografias oficiais — a do Brasil e a de Portugal. Parece razoável unificá-las para simplificar a redação de documentos e contratos internacionais.

**A internet está empobrecendo a língua culta?** Não vejo a coisa dessa maneira. Se uma criança for bem apresentada à norma culta na escola, vai saber utilizá-la quando necessário, fora do ambiente da rede. Na internet, de fato, pratica-se uma linguagem muito particular, repleta de abreviações e símbolos no lugar de palavras. Tal modo de expressão é só mais um dentre tantos outros que uma mesma pessoa é capaz de assimilar. O maior perigo da rede, a meu ver, é de natureza distinta. Preocupa-me que ela tome de crianças e jovens um tempo precioso em que eles poderiam estar debruçados sobre os livros — e aprimorando assim o bom português. ■



## ANEXO 5 - Capítulo 1 do livro didático *Por uma Vida Melhor: Escrever é Diferente de Falar*

# Capítulo 1

## *Escrever é diferente de falar*

“Preciso entregar esse texto e queria que você lesse antes, para ver se está bom.”

A frase acima traduz uma situação bastante comum. Mesmo alguém experiente na leitura e na escrita sente necessidade da avaliação de outra pessoa sobre o que escreve. Escritores consagrados, do passado e da atualidade, também mantiveram, e mantêm, o hábito de trocar correspondências sobre sua obra.

Há momentos em que surgem dúvidas sobre a grafia das palavras (se têm acento, se levam um *s* ou dois...), sobre a pontuação, o emprego de maiúsculas etc. Às vezes, somos dominados por uma insegurança que nos impede até mesmo de saber ao certo qual é nossa dúvida. Sentimos que falta algo no texto, mas não sabemos o que é. Isso é natural, pois se trata de uma dificuldade enfrentada por todos que estão aprendendo o funcionamento da *língua escrita*. À medida que ampliamos nosso conhecimento sobre ela, essas sensações vão sendo superadas.

A língua escrita não é o simples registro da fala. Falar é diferente de escrever. A fala espontânea, por exemplo, é menos planejada, apresenta interrupções que não são retomadas. Além disso, conta com outros recursos, como os gestos, o olhar, a entonação. Já a escrita possui muitas convenções. Ela precisa ser mais contínua, sem os cortes repentinos da fala, e mais exata, porque geralmente não estamos perto do

leitor para lhe explicar o que queremos dizer.

Você, que é falante nativo de português, aprendeu sua língua materna espontaneamente, ouvindo os adultos falarem ao seu redor. O aprendizado da língua escrita, porém, não foi assim, pois exige um *aprendizado formal*. Ele ocorre intencionalmente: alguém se dispõe a ensinar e alguém se dispõe a aprender. Geralmente há local, momento e material próprios para isso. Obviamente, em algumas ocasiões, é possível improvisar: um irmão mais velho pode ensinar o que já aprendeu na escola para o irmão mais novo, por exemplo. De qualquer forma, dificilmente aprendemos a ler e a escrever por acaso, sem ter a intenção disso.

Outro ponto importante: da mesma forma que uma criança aprende a falar observando os outros falarem, o aprendizado da língua escrita requer acesso a textos escritos, ou seja, aprendemos a ler lendo e a escrever escrevendo. A leitura e a escrita necessitam de prática. Por isso, mesmo que uma ou outra atividade de escrita lhe ofereça dificuldade, você deve se empenhar ao máximo para realizá-la. Procure reler e revisar o que foi escrito, e, quando necessário, passe o texto a limpo. No começo, você pode achar difícil, mas os resultados compensarão.

Neste capítulo, vamos exercitar algumas características da linguagem escrita. Além disso, vamos estudar uma variedade da língua portuguesa: a norma culta. Para entender o que ela é

e a sua importância, é preciso antes conhecer alguns conceitos.

Em primeiro lugar, não há um único jeito de falar e escrever. A língua portuguesa apresenta muitas variantes, ou seja, pode se manifestar de diferentes formas. Há variantes regionais, próprias de cada região do país. Elas são perceptíveis na pronúncia, no vocabulário (fala-se “pernilongo” no Sul e “muriçoca” no Nordeste, por exemplo) e na construção de frases.

Essas variantes também podem ser de origem social. As classes sociais menos escolarizadas usam uma variante da língua diferente da usada pelas classes sociais que têm mais escolarização. Por uma questão de prestígio — vale lembrar que a língua é um instrumento de poder —, essa segunda variante é chamada de **variedade culta** ou **norma culta**, enquanto a primeira é denominada **variedade popular** ou **norma popular**.

Contudo, é importante saber o seguinte: as duas variantes são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros.

Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana.

Como a linguagem possibilita acesso a muitas situações sociais, a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário.

Há ainda mais um detalhe que vale a pena lembrar. A norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta. Algo semelhante ocorre quando falamos: conversar com uma autoridade exige uma fala formal, enquanto é natural conversarmos com as pessoas de nossa família de maneira espontânea, informal. Assim, os aspectos que vamos estudar sobre a norma culta podem ser postos em prática tanto oralmente como por escrito. Neste capítulo, vamos ler dois textos. Eles permitirão aprofundar questões relativas à escrita e à maneira formal de as pessoas se expressarem em português.

### Convite à leitura

O primeiro texto é um parágrafo produzido por um aluno.

*A violência em nosso país esta a cada dia que passa se acentuando mais, isto devido a diversos fatores podemos citar o fator economico a ganancia do homem pelo dinheiro, o desemprego dos pais, a falta de moradias, alimentação e educação impedem o de criar seus filhos dignamente dai a grande violencia da sociedade o menor abandonado, que sozinho sem ter uma mão firme que o conduza pela vida, parte para o crime o roubo na tentativa de sobreviver.*

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 75. (Fragmento.)

## Diálogo com o texto

Respondam às questões oralmente.

1. Qual é o assunto do texto?
2. Que aspecto desse assunto é expresso no parágrafo que você leu?
3. Releia o texto, tente identificar os problemas dele e explique-os aos colegas.

### Emprego do ponto

De acordo com a norma culta escrita, o parágrafo acima apresenta falhas. Para adequá-lo, é preciso que se apliquem algumas regras da *modalidade escrita*, como as que serão vistas a seguir.

As várias ideias que compõem um texto precisam ser apresentadas de maneira que o leitor possa acompanhá-las. Por isso, é importante saber usar um determinado sinal de pontuação: o **ponto** [.]. Ele marca o fim de uma declaração. Em seguida, pode-se iniciar outra, empregando sempre a *letra maiúscula*.

Leia o parágrafo abaixo:

*As cidades são obras complexas as características marcantes delas são a concentração de pessoas e edificações e a grande diversidade social e econômica sobretudo em países como o Brasil a cidade também é cenário de grandes desigualdades.*

GIANSANTI, Roberto. *A cidade e o urbano no mundo atual*. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2003. p. 11. (Fragmento adaptado para fins didáticos.)

Agora, examine a sequência abaixo para entender como empregar o ponto nesse texto, a fim de separar suas ideias.

a) O autor faz a primeira declaração:

“As cidades são obras complexas.”

b) Em seguida, acrescenta uma frase que justifica essa declaração:

“As cidades são obras complexas. As características marcantes delas são a concentração de pessoas e edificações e a grande diversidade social e econômica.”

c) Como a explicação não está completa, ele prossegue:

“As cidades são obras complexas. As características marcantes delas são a concentração de pessoas e edificações e a grande diversidade social e econômica. Sobretudo em países como o Brasil, a cidade também é cenário de grandes desigualdades.”

É essa divisão que permite ao leitor acompanhar a informação que o autor traz. Seria difícil se o leitor tivesse que, sozinho, identificar cada ideia do texto. Ele provavelmente precisaria ler repetidas vezes para corrigir os enganos que certamente ocorreriam.

A frase que se inicia com a letra maiúscula e se estende até o ponto é chamada de período. Os períodos também podem terminar com *ponto de interrogação* (?) e *ponto de exclamação* (!).

Em alguns textos, os períodos são mais longos. Isso é possível desde que o leitor possa acompanhá-los sem se perder.

### Emprego de alguns pronomes

Na língua, alguns pronomes são usados para evitar repetições de palavras, ou seja, eles substituem substantivos ou expressões mencionados antes. Alguns estão apresentados a seguir:

- a) **O rapaz** entregou o dinheiro ao comerciante.  
**Ele** entregou o dinheiro ao comerciante. (*Ele* substitui quem entrega.)
- b) O rapaz entregou **o dinheiro** ao comerciante.  
 O rapaz entregou-**o** ao comerciante. (*O* substitui o que foi entregue.)
- c) O rapaz entregou o dinheiro **ao comerciante**.  
 O rapaz entregou-**lhe** o dinheiro. (*Lhe* substitui a pessoa para quem foi entregue.)

Os pronomes *ele* e *o* substituem termos masculinos no singular e *eles* e *os* substituem termos masculinos no plural. Para os termos femininos, empregam-se *ela* e *a* no singular, e *elas* e *as* no plural.

Os pronomes *lhe* e *lhes* servem para os dois gêneros.

É comum na linguagem informal o emprego de *ele* e *ela* no lugar de *o* e *a*. As pessoas dizem, por exemplo, “Minha irmã viu ele lá”. Na norma culta, a frase seria: “Minha irmã viu-o lá”, porque o pronome “*o*” está substituindo quem foi visto.

**Observação:** Há casos em que os pronomes *o*, *os*, *a*, *as* passam por algumas adaptações a fim de ter sua pronúncia facilitada.

- a) Um dos casos é quando o verbo termina em *-r*. Veja o que ocorre:  
*Encontraram a aluna e foram chamar a aluna.*  
*Encontraram a aluna e foram chamá-la.*  
 O verbo *chamar* perde o *-r* final e o pronome passa a ser **la**, em vez de **a**.
- b) Outro caso de adaptação ocorre quando o verbo termina em *-m*. Examine:  
*Procuraram as meninas e encontram as meninas no parque.*  
*Procuraram as meninas e encontraram-nas no parque.*  
 O pronome passa a ser **nas** em vez de **as**.

### A concordância entre as palavras

A concordância entre as palavras é uma importante característica da linguagem escrita e oral. Ela é um dos princípios que ajudam na elaboração de orações com significado, porque mostra a relação existente entre as palavras.

Verifique como isso funciona:

Alguns insetos provocam doenças, às vezes, fatais à população ribeirinha.

insetos (masculino, plural) ← alguns (masculino, plural)

doenças (feminino, plural) ← fatais (feminino, plural)

população (feminino, singular) ← ribeirinha (feminino, singular)

As palavras centrais (insetos, doenças, população) são acompanhadas por outras que esclarecem algo sobre elas. As palavras acompanhantes são escritas no mesmo gênero (masculino/feminino) e no mesmo número (singular/plural) que as palavras centrais.

Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja:

Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) →

os (masculino, plural)  
ilustrado (masculino, singular)  
interessante (masculino, singular)  
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro?'"

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

O menino pegou o peixe.  
menino → singular  
pegou → singular

Os meninos pegaram o peixe.  
meninos → plural  
pegaram → plural

Na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1.ª/2.ª/3.ª) com o ser envolvido na ação que ele indica.

O menino pegou o peixe.  
menino → 3.ª pessoa  
pegou → 3.ª pessoa

Eu peguei o peixe.  
eu → 1.ª pessoa  
peguei → 1.ª pessoa

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.ª pessoa, plural

pega → 3.ª pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.ª pessoa, ideia de plural (por causa do "os")

pega → 3.ª pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

**Observação:** Quando se refere à concordância, a palavra *pessoa* não tem o sentido de ser humano. Nesse contexto, *pessoa* refere-se aos envolvidos no ato de fala, que não precisam ser indivíduos. Existe aquele que fala (1.ª pessoa), aquele com quem se fala (2.ª pessoa) e aquele de quem se fala (3.ª pessoa). Exemplos:

Não vi sua revista, mãe.  
(1.ª pessoa: o filho; 2.ª pessoa: a mãe; 3.ª pessoa: a revista).

Mas eu a deixei aqui!  
(1.ª pessoa: a mãe; 2.ª pessoa: o filho; 3.ª pessoa: a revista)

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.<sup>a</sup> pessoa, plural

pega → 3.<sup>a</sup> pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.<sup>a</sup> pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)

pega → 3.<sup>a</sup> pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

**Observação:** Quando se refere à concordância, a palavra *pessoa* não tem o sentido de ser humano. Nesse contexto, *pessoa* refere-se aos envolvidos no ato de fala, que não precisam ser indivíduos. Existe aquele que fala (1.<sup>a</sup> pessoa), aquele com quem se fala (2.<sup>a</sup> pessoa) e aquele de quem se fala (3.<sup>a</sup> pessoa). Exemplos:

Não vi sua revista, mãe.

(1.<sup>a</sup> pessoa: o filho; 2.<sup>a</sup> pessoa: a mãe;  
3.<sup>a</sup> pessoa: a revista).

Mas eu a deixei aqui!

(1.<sup>a</sup> pessoa: a mãe; 2.<sup>a</sup> pessoa: o filho;  
3.<sup>a</sup> pessoa: a revista)

### Sílaba e acento gráfico

Para entender o sistema de acentuação gráfica, é preciso conhecer alguns conceitos. Um deles é o de **sílaba**.

Repare que, quando falamos uma palavra, nossa pronúncia é marcada por impulsos sonoros. Preste atenção em como pronunciamos as palavras. Observe: *pa la vra*. Cada som que você pronunciou em uma só emissão de voz representa uma sílaba. Assim, “palavra” tem três sílabas.

Atente à separação de sílabas: *vogais idênticas, rr, ss, sc, xc* ficam separados na escrita.

Exemplos: ca-a-tin-ga; co-or-de-na-ção; car-ro; as-sa-do, nas-ci-men-to, ex-ce-ção etc.

*Sílaba tônica* é aquela pronunciada com mais intensidade. O *acento gráfico* é o sinal que marca a sílaba tônica de algumas palavras na escrita. Os acentos mais empregados com essa finalidade são o acento agudo (´) e o acento circunflexo (^).

Toda palavra com mais de duas sílabas apresenta uma sílaba tônica, que poderá ser a última, a penúltima ou a antepenúltima. Exemplos:

moderno → mo-der-no (a sílaba tônica é **der**)

moderníssimo → mo-der-nis-si-mo (a sílaba tônica é **nís**)

modernizar → mo-der-ni-zar (a sílaba tônica é **zar**)

Portanto: *Modernizar* tem a **última** sílaba tônica; *moderno* tem a **penúltima**; *moderníssimo* tem a **antepenúltima**.

Veja ao lado a classificação que essas palavras recebem, de acordo com a posição da sílaba tônica.

Última sílaba é a tônica	<b>Oxítona</b>
Penúltima sílaba é a tônica	<b>Paroxítona</b>
Antepenúltima sílaba é a tônica	<b>Proparoxítona</b>

Existem algumas regras que orientam o emprego dos acentos agudo e circunflexo. Vamos estudar quatro delas.

1. Toda palavra proparoxítona tem a sílaba tônica marcada com acento.

Exemplo: pássaro (pás-sa-ro); lâmpada (lâm-pa-da).

2. Quando palavras paroxítonas ou oxítonas terminam em **a**, ocorre o seguinte: as oxítonas têm a sílaba tônica acentuada; as paroxítonas, não.

- Paroxítonas sem acento **onda** on — da **revista** re — vis — ta **economia** e — co — no — mi — a
- Oxítonas com acento **sofá** so — fá **guaraná** gua — ra — ná **tamanduá** ta — man — du — á

Essa regra permite marcar a pronúncia diferente de palavras escritas com as mesmas letras. Exemplos:

Eu não **sabia** de nada. (sa-bi-a → paroxítona terminada em **a**: não é acentuada)

Um **sabiá** pousou no galho da laranjeira. (sa-bi-á → oxítona terminada em **a**: é acentuada)

Na semana anterior, ele **comprara** o material. (com-pra-ra → paroxítona terminada em **a**: não é acentuada)

Na próxima semana, ele **comprará** o material. (com-pra-rá → oxítona terminada em **a**: é acentuada)

3. Quando a vogal **i** estiver sozinha em uma sílaba tônica, ela é acentuada.

Exemplos:

A chuva **cai** sem parar. (cai → letra **i** não está sozinha: não é acentuada)

Eu **caí** na escada. (ca-í → letra **i** está sozinha na sílaba tônica: é acentuada)

Essa regra permite marcar a pronúncia diferente de palavras escritas com as mesmas letras.

Observações:

- Se houver **nh** na sílaba seguinte à letra **i**, que está sozinha na sílaba tônica, ela não é acentuada. É o que ocorre com *rainha* (ra-i-nha → letra **i** sozinha na sílaba tônica, seguida de **nh**: não é acentuada).
- Se houver apenas **is** na sílaba tônica, haverá acento. É o que ocorre com: *egoísta* (e-go-ís-ta → apenas **is** na sílaba tônica: é acentuada).

4. Quando uma palavra paroxítona tem na última sílaba ditongos como **-ia**, **-ie**, **-io**, **-ua**, **-ue** etc., ela é acentuada.

Exemplos:

história → his-tó-ria (paroxítona terminada em **ia**: é acentuada)

série → sé-rie (paroxítona terminada em **ie**: é acentuada)

água → á-gua (paroxítona terminada em **ua**: é acentuada)

incêndio → in-cên-dio (paroxítona terminada em **io**: é acentuada)

Com o último Acordo Ortográfico, os acentos relativos ao item **c** são válidos se, na sílaba anterior a um **i** paroxítono, houver apenas uma vogal. Havendo ditongo, não se acentua. Exemplos:

**Chei-i-nho** (Letra **i** é tônica e está sozinha, mas é paroxítona e antes dela há o ditongo **ei**. Por isso, a palavra não recebe acento.)

**Pi-au-í** (Ocorre o mesmo, mas a letra **i** é oxítona. Por isso, recebe acento.)

Essa regra permite marcar a pronúncia diferente de palavras escritas com as mesmas letras. Exemplos:

A **notícia** chegou. (no-tí-cia → paroxítona terminada em **ia**: é acentuada)

O jornal **notícia** as mortes. (no-ti-ci-a → paroxítona terminada em **a**, não em **ia**: não é acentuada)

### Explorando o universo textual

Você examinou apenas o primeiro parágrafo de um texto escrito por um aluno. Mesmo assim, verá que esse trecho possibilita muitas observações e descobertas a respeito da língua escrita. Releia-o:

*A violência em nosso país esta a cada dia que passa se acentuando mais, isto devido a diversos fatores podemos citar o fator economico a ganancia do homem pelo dinheiro, o desemprego dos pais, a falta de moradias, alimentação e educação impedem o de criar seus filhos dignamente dai a grande violencia da sociedade o menor abandonado, que sozinho sem ter uma mão firme que o conduza pela vida, parte para o crime o roubo na tentativa de sobreviver.*

Você deve ter observado que o tema do texto é a violência, pois isso fica claro logo no início. Mas o texto não facilita o trabalho do leitor, e você, que tentou lê-lo, deve saber por quê. A divisão do texto em períodos, marcados com ponto, não ocorreu.

Em uma das partes, o leitor consegue determinar onde poderia estar o ponto:

*A violência em nosso país está a cada dia que passa se acentuando mais, isto devido a diversos fatores podemos citar [...]*

Nesse trecho, percebe-se que a intenção do autor era escrever:

*A violência em nosso país está a cada dia que passa se acentuando mais. Isto devido a diversos fatores. Podemos citar [...]*

Porém, a partir daí, o leitor não detecta com facilidade o que o autor quis dizer. De todas as possibilidades, vamos optar por uma que pareça coerente a fim de prosseguir em nossa análise:

*Podemos citar o fator econômico, a ganância do homem pelo dinheiro. O desemprego dos pais, a falta de moradias, alimentação e educação impedem o de criar seus filhos dignamente. Daí a grande violência da sociedade.*

Esse trecho permite-nos constatar que uma cuidadosa divisão em períodos é decisiva para a clareza dos textos escritos. A língua oral conta com gestos, expressões, entonação de voz, enquanto a língua escrita precisa contar com outros elementos. A pontuação é um deles.



Vamos analisar outro aspecto: a relação entre alguns elementos do texto. Releia o trecho acima, atentando à expressão “impedem o de criar seus filhos”. Impedem quem de criar os filhos? A quem se refere a palavra “o”? Pelo sentido que o texto tem, você provavelmente responderá que “impedem os pais”. Como a expressão “os pais” já foi usada anteriormente, o autor não precisa mesmo repeti-la; ele pode empregar um pronome no lugar dela. Repare que a expressão “os pais” está no plural, por isso deve ser substituída por um pronome plural, como vimos anteriormente; no caso, “os”, não “o”. Observe:

*O desemprego dos pais, a falta de moradias, alimentação e educação os impedem de criar seus filhos dignamente. Daí a grande violência da sociedade.*

Há ainda outra ocorrência bastante comum em textos longos: o autor parece perder a sequência do raciocínio. Vamos examinar um trecho para tornar a questão mais perceptível:

*O menor abandonado, que sozinho sem ter uma mão firme que o conduza para a vida, parte para o crime o roubo na tentativa de sobreviver.*

Você notou que o período começou e não terminou? O que se passa com esse menor? Falta completar.

Uma maneira de corrigir esse trecho seria eliminando a palavra “que”. Veja:

*O menor abandonado, **que** sozinho sem ter uma mão firme que o conduza para a vida, parte para o crime o roubo na tentativa de sobreviver.*

E, depois, com a inclusão de três vírgulas:

*O menor abandonado, **que** sozinho, sem ter uma mão firme que o conduza pela vida, parte para o crime, o roubo, na tentativa de sobreviver.*

O trecho original ainda necessita de algumas alterações. A primeira consiste em escrever “moradia”, no singular, porque trata-se da condição de morar, no geral, não de residências específicas. Outra mudança que pode contribuir para a clareza do texto é o uso da palavra *e*, em vez da vírgula, para ligar dois elementos (fator econômico + ganância do homem). Além desse acréscimo, convém fazer outro no trecho em que se indicam as carências: “falta de moradia, de alimentação e de educação”. Convém repetir a palavra *de* antes de *alimentação* e *educação*, caso contrário, pode parecer que a presença de alimentação e educação impede a criação digna.

No texto original, há erros de acentuação gráfica. Com base nas regras que você estudou, é possível acompanhar as correções: país (não *pais*); daí (não *dai*); está (não *esta*); econômico (não *economico*); ganância e violência (não *ganancia* e *violencia*).

Se juntarmos tudo que foi revisado, teremos:

*A violência em nosso país está a cada dia que passa se acentuando mais. Isto devido a diversos fatores. Podemos citar o fator econômico e a ganância do homem pelo dinheiro. O desemprego dos pais, a falta de moradia, de*

*alimentação e de educação os impedem de criar seus filhos dignamente. Daí a grande violência da sociedade. O menor abandonado, sozinho, sem ter uma mão firme que o conduza pela vida, parte para o crime, o roubo, na tentativa de sobreviver.*

### Roda de escrita

1. Separe as sílabas das palavras destacadas, analise se elas precisam ou não de acento e reescreva as frases corretamente.
  - a) Eu **percebia** uma vantagem na troca de **horario**.

b) A **infancia** parecia ter terminado.

c) Não **inicio** a leitura porque não há clareza.

d) A **cerimonia** já teve **inicio**.

e) A ferida não **doia** mais.

f) Nós **caimos** na conversa dele.

2. Leia as palavras da lista abaixo. Reescreva-as dividindo suas sílabas, circule a sílaba tônica de cada uma e acentue quando necessário.

príncipe: \_\_\_\_\_ japonesa: \_\_\_\_\_

tucano: \_\_\_\_\_ grafico: \_\_\_\_\_

magico: \_\_\_\_\_ tecnologia: \_\_\_\_\_

cupuaçu: \_\_\_\_\_ tecnologico: \_\_\_\_\_

maximo: \_\_\_\_\_ onibus: \_\_\_\_\_

**Lembre-se:** todas as palavras proparoxítonas são acentuadas.

3. Reescreva as frases e, se necessário, acentue as palavras destacadas.

a) Será que até amanhã ela **descobrirá** a resposta?

b) **Esta** caneta é sua ou minha?

c) Antes de terminar o prazo ela já **descobrirá** a resposta.

## ANEXO 6 - Entrevista com a Professora A

**Professora A**

**Idade: 47 anos**

**Anos lecionando: 20 anos**

**Tipo de escola: Pública**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:**Linguística

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:**Para ter parâmetro, a norma culta serve para transmitirmos o que pensamos de uma maneira que todos entendam, não importa se o aluno não conhece, domina totalmente a norma culta, ele vai para escola para aprendê-la. Quem usa a norma culta tem maior prestígio social, isto é, é mais bem visto na sociedade. Está certo que mesmo não dominando muito da norma culta, as pessoas conseguem se comunicar e o maior objetivo da língua é a comunicação, mas não é só isso, junto com a comunicação conhecemos as pessoas. Quando falamos, elas mostram seu poder aquisitivo, seu nível social, seu caráter etc.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Sim, para que o aluno entenda que existem outras formas de comunicação, outros sotaques, outras formas de dizer a mesma coisa, mas varia de região para região. Existem as variações regionais, sociais, culturais, temporais. Todas essas variações são aceitas para nos comunicar e nos fazer entender, mas tem que estar bem claro para o aluno que a norma culta, norma padrão é a que ele precisa dominar e saber usar no ambiente certo, como uma entrevista de emprego, fazer um discurso, dar uma entrevista para uma rádio, e que a linguagem do cotidiano ele deve usar com os amigos, pais (se não tem muito estudo), em ambiente descontraído.

**4)** Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R:** Eu vou estar mentindo se disser que ela não me choca quando as vejo em uma prova que estou corrigindo a nível de Ensino Médio ou em um cartaz, pois sou professora de Língua Portuguesa, durante anos aprendi que isto é errado.

**5)** Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R:** Não vamos generalizar, existem muitos brasileiros que dominam a norma culta, estudaram para aprendê-la. E um parabéns a essas pessoas. Concordo com a afirmação que a Língua Portuguesa é muito difícil, tanto pelo fato de não escrevermos como falamos, “Casa” esse “S” com som de “Z”, o fato da nossa língua ter sido derivada do radicais gregos e latinos, depois mais misturas de vocábulos indígenas, africanos, estrangeirismos, nossa que salada mista!

**6)** O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:

Eu canto

Você canta

Ele canta

Nós canta

Eles canta

**R:** Um horror, onde vamos parar?

## ANEXO 7 - Entrevista com a Professora B

### Professora B

**Idade: 25 anos**

**Ano de formação: 2013**

**Anos lecionando: 2 anos**

**Tipo de Escola: Pública**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:** Sim. A disciplina foi oferecida no segundo e terceiro ano do curso. Além disso, na matéria de Língua Portuguesa a educadora ia fazendo ganchos com a Língua Portuguesa nas explicações.

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:** É necessário aplicá-la em sala de aula. Pois, o estudante tem o direito de conhecer a forma culta de sua língua-mãe. Ou seja, a norma padrão da Língua Portuguesa.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Sem dúvida. O aluno tem que saber que existe a variação da língua. Dessa forma, ele pode reconhecer ao seu redor, essa alteração. Ficando mais fácil e prático trabalhar com eles.

Tive a oportunidade de trabalhar com o ensino fundamental e médio, no qual, o primeiro trabalhou em forma de pesquisa. Os próprios alunos fizeram as investigações das variações existentes na língua e trouxeram para a sala de aula. Assim, houve uma discussão a respeito do assunto. O segundo utilizei o livro didático, que trazia o poema “Aos poetas universitários” de Antônio Gonçalves da Silva.

4) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R:** Confesso que, antes de estudar a disciplina linguística, havia certo preconceito com essas variações. Porém, com mais informação e estudo, as vejo com bons olhos. Levando em consideração, a escolaridade, a região, condições sociais e históricas do falante não as consideram feias.

5) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R:** A primeira afirmação ocorre porque os brasileiros utilizam muitas variações de sua língua. A segunda afirmação é muito repetida, pois, a Língua Portuguesa há muitas regras e várias exceções.

6) O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:  
Eu canto

Você canta  
Ele canta  
Nós canta  
Eles canta

**R:** A língua está em constante mudança, logo, é natural que haja esses fenômenos.

## ANEXO 8 - Entrevista com a Professora C

**Professora C**

**Idade: 34**

**Ano de formação: 2012**

**Anos lecionando: 3 anos**

**Tipo de escola: Pública**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:** Sim

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:** É necessária, pois como o próprio nome diz "padroniza" a língua, isso dá uma base para que todos compreendam-se.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Sim. Porque faz parte do cotidiano da vida de todos nós. Mostrando que as pessoas falam de formas diferentes, mas isso não significa que está "errado", desde que você compreenda o que o outro está falando não será "errado".

4) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação "teia" ao invés de "telha" ou "bicicreta" ao invés de "bicicleta"? Você as considera como "variação feia"?

**R:** Não diria feia, mas sim diferente da norma padrão.

5) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações "Brasileiro não sabe português" e "Português é muito difícil"?

**R:** Se os brasileiros não soubessem português ninguém conseguiria comunicar-se. Concordo que a língua portuguesa tem muitas regras, isso acaba dificultando o processo de aprendizagem.

6) O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:

Eu canto

Você canta

Ele canta

Nós canta

Eles canta

**R:** É compreensível, mas devemos explicar que a norma padrão exige a conjugação diferenciada de acordo com os pronomes pessoais.

## ANEXO 9 - Entrevista com a Professora D

### Professora D

**Idade: 29 anos**

**Ano de Formação: 2009**

**Anos lecionando: 7 anos**

**Tipo de escola: Pública - EJA**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:** Não

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:** É de grande importância, embora atualmente é pouco utilizada na linguagem cotidiana.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Sim, pois é importante que os alunos entendam que a linguagem pode ser utilizada de diferentes formas, em diferentes contextos. Trabalho a variação linguística utilizando charges, vídeos e textos.

4) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R:** Penso ser normal, pois muitas pessoas que tiveram acesso a uma formação pronunciam dessa maneira, não, não considero uma variação feia, embora quando escuto alguém pronunciar dessa maneira, sinto que é minha obrigação corrigir.

5) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R:** Não concordo, pois penso que brasileiro sabe sim, contudo devido a sua formação cultural acaba utilizando inadequadamente a linguagem. Sim, penso que a língua portuguesa seja uma das mais complexas.

6) O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:

Eu canto

Você canta

Ele canta

Nós canta

Eles canta

**R:????**



## ANEXO 10 - Entrevista com a Professora E

**Professora E**

**Idade: 30 anos**

**Ano de Formação: 2011**

**Anos lecionando: 5 anos**

**Tipo de escola: Pública - EJA**

### Questionário

1) Você possui formação ou tem conhecimento sobre linguística/sociolinguística?

**R: Sim, no curso de letras.**

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R: Importantíssima, pois os alunos tem que conhecer a língua portuguesa de várias formas, suas variações e transformações, sabendo quando utilizá-la**

3) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R: Na verdade essas “variações” são decorrentes da formação de cada um, não as considero feia, mas acredito que devem ser trabalhadas, mas de forma que o aluno possa entender que este tipo de variação não é correta na nossa língua.**

4) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R: Respondo sempre para os meus alunos que, português não é difícil, e sim que aprendemos desde muito cedo a falar errado, justamente porque tudo é aceito na nossa língua.**

## ANEXO 11 - Entrevista com a Professora F

**Professora F**

**Idade: 45 anos**

**Ano de Formação: 1996**

**Anos lecionando: 20 anos**

**Tipo de escola: Pública - EJA**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:** Sim

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:** Considero importante, na verdade essencial, mas com a ressalva de que podemos encontrar uma forma menos mecanizada, “engessada”.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Sim, porque cada um vem para a escola “formado” pela família, ou seja, o meio influencia oralidade, escrita e comportamento. Procuro sempre interagir sem menosprezar o conhecimento e a regionalização, trabalho a autoestima de cada aluno levando-o a perceber a importância de partilhar palavras que outros da sala nunca tinham ouvido, gosto muito da expressão ampliação de vocabulário, cada palavra nova uma aventura.

4) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R:** Desde pequena tive bons professores e estes profissionais eram bastante exigentes com a questão do aprendizado, trago isso comigo, mas respeito as limitações de cada uma, digo isso, porque acredito que mesmo considerando uma variação a criança precisa compreender um outro mundo, o mundo de Machado de Assis, Castro Ales, Drummond, entre outros. Essa possibilidade ajudar na transformação do outro, tornar-se parceiro do avanço e mediar o conhecimento que me fascina. Considerar feio ou não, não pesa para mim, gosto de ver os olhos brilhando porque aprenderam algo novo, isso basta.

5) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R:** Elas realmente me tiram do sério, brasileiro domina o português desde que aprende a falar. Falta de respeito isso, o que é preciso fazer é aproximar a oralidade da escrita, aos poucos conseguimos ver o quanto as discussões em sala podem auxiliar no aprendizado. Cada um no seu tempo, mas seguindo, evoluindo e isso é o mais importante.

6) O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:

Eu canto

Você canta

Ele canta

Nós canta

Eles canta

**R:** Essa redução é puramente oral, é o que digo, os alunos precisam compreender a diferença entre fala e escrita, precisamos compreender também que numa roda de amigos, por ter intimidade posso me expressar da forma que melhor me convém, mas se vou me dirigir ao meu chefe ou escrever algo endereçado a ele preciso fazer o meu melhor sempre e isso significa fazer o uso das normas da Língua Portuguesa.

## ANEXO 12 - Entrevista com a Professora G

**Professora G**

**Idade: 36 anos**

**Ano de formação: 2012**

**Anos lecionando: 3 anos**

**Tipo de escola: Escola Pública - EJA**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:** Sim

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:** É uma padronização da língua, devemos ter conhecimento da norma padrão para que possamos utiliza-las em diversas situações.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Com certeza. A variação linguística está presente a todo momento, há inúmeras formas de se dizer uma mesma coisa. Mas tento alertá-los que não é que esteja errado, mas que há outra maneira de se dizer aquilo.

4) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R:** De maneira alguma. Essas variações são somente maneiras diferentes, ou seja, fora da norma-padrão, mas que entendemos perfeitamente o seu significado.

5) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R:** Primeiramente se o brasileiro não soubesse o português não haveria comunicação entre nós. O português por ser cheio de regras e mudanças, realmente dificulta o ensino-aprendizagem, tornando –o difícil.

6) O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:

Eu canto

Você canta

Ele canta

Nós canta

Eles canta

**R:** Entendemos perfeitamente essa conjugação, mas precisamos orienta-los para as exigências da norma-padrão.

## ANEXO 13 - Entrevista com a Professora J

**Professora J**

**Idade: 27 anos**

**Ano de formação: 2010**

**Anos lecionando: 4 anos**

**Tipo de escola: Particular**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:** Sim

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:** Hoje em dia estamos rodeados de preconceitos, e o uso da norma padrão da língua portuguesa tem sido cobrada constantemente. Na minha opinião não devemos ficar presos a preconceitos em relação a isso. Sabemos que temos diferentes formas de falar, e claro devemos nos moldar de acordo com a ocasião, ou seja, não podemos falar da mesma maneira que falamos com amigos e familiares em uma entrevista de emprego, por exemplo. Sabemos também das variações da língua, da falta de estudo e etc que devem ser respeitadas.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Sabemos que existem diferenças linguísticas entre falantes de um mesmo idioma. Pensando nisso, jugo ser importante a abordagem sobre variação linguística durante as aulas. Isso porque o aluno deve ficar ciente que temos sim variações da língua e que a língua falada é diferente da escrita. Porém, acho que a língua a ser ensinada deve ser a padrão, sempre mostrando as variações e os tipos de variações, mas que temos sim uma linguagem comum e que se cada um escrever como fala, a comunicação será prejudicada.

4) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R:** Como disse anteriormente, acho que as variações devem ser respeitadas de acordo com a ocasião, regionalismo, nível de estudo do falante, etc. Entretanto algumas variações como as citadas acima (“teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”) ainda confesso ficar um pouco assustada ao ouvi-las, mas na fala jugo ser comum e normal, porém na escrita é necessário corrigi-las de acordo com a norma culta da língua.

5) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R:** Em relação a primeira afirmação, acho que isso ainda diz respeito a preconceitos em relação a língua e as pessoas (brasileiros). Muito comum ouvirmos por aí que o verdadeiro português é o de Portugal, isso para mim não se aplica, pois acho que cada país é diferente do outro e a língua sofre variações como qualquer outra, assim atendendo as necessidades da sua população.

Na segunda afirmação, a maioria dos brasileiros acham sim, português é mesmo muito difícil em relação a outras línguas. Na minha opinião o português ou qualquer outra língua é fácil dependendo do uso que se faz dela. O português DIFÍCIL esta sendo construído pelo ensino tradicional do português nas escolas, que faz com os alunos decorem estruturas que jamais usarão em outro contexto a não ser o da sala de aula.

6) O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:

Eu canto  
Você canta  
Ele canta  
Nós canta  
Eles canta

**R:** Esse fenômeno diz respeito a norma popular da língua, que está intimamente ligada a variação linguística. Isso ocorre muito frequentemente na língua falada, mas não aceitável na língua escrita.

## ANEXO 14 - Entrevista com a Professora K

### Professora K

**Idade: 38 anos**

**Ano de formação: 2002**

**Anos lecionando: 14 anos**

**Tipo de escola: Particular**

### Questionário

1) Quando você fez o curso de Letras, você teve a disciplina linguística/sociolinguística?

**R:** Sim.

2) Para você, qual a importância do ensino da **norma padrão** da Língua Portuguesa?

**R:** Apresentar ao aluno a língua mais valorizada socialmente para que tenham condições e oportunidades de emprego e socialização com todos os grupos de falantes da sociedade.

3) Você acha importante abordar em sala de aula a questão da variação linguística com os alunos? Por quê? De que forma você faz isso?

**R:** Sim, claro. A intenção é desmistificar o conceito de erro e de preconceito linguístico presente na fala de muitos. Geralmente lemos textos que falam a respeito, comparamos com as vivências diárias dos alunos, promovemos debates a respeito para que os próprios falantes possam tirar suas conclusões sobre a variação adequada à situação.

4) Qual a sua opinião a respeito da variação linguística existente na Língua Portuguesa, como, por exemplo, a variação “teia” ao invés de “telha” ou “bicicreta” ao invés de “bicicleta”? Você as considera como “variação feia”?

**R:** Não as considero como variação feia, considero-as como variação, que em determinadas situações comunicativas pode estar muito bem adequadas, e dependendo da necessidade desse falante ele tem o direito de saber que essa “forma” de falar possui uma outra norma que é prestigiada em alguns campos da sociedade.

5) Qual a sua opinião a respeito das seguintes afirmações “Brasileiro não sabe português” e “Português é muito difícil”?

**R:** Brasileiro sabe português, aliás, um português riquíssimo, cheio de criatividade e figuras de linguagens inteligentíssimas. O que é muito difícil é adaptar-se a uma língua que é usada por algumas camadas da nossa sociedade, e que é usada como oficial imposta a todos.

6) O que você pensa a respeito do fenômeno da redução da conjugação verbal a seguir:

Eu canto



Você canta  
Ele canta  
Nós canta  
Eles canta

**R:** É o fenômeno de supressão dos plurais, como os que já acontecem em outras línguas de grande prestígio mundial, mas como é uma mudança promovida pelas camadas mais humildes da sociedade há uma rejeição gigantesca a essa variação de fala, fora que podemos dizer que representa a fala de grande parte da população.